



ubimuseum

REVISTA ONLINE DO MUSEU DE LANIFÍCIOS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR





ubimuseum

REVISTA ONLINE DO MUSEU DE LANIFÍCIOS
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

CONSELHO EDITORIAL

António dos Santos Pereira
Elisa Calado Pinheiro
Jorge Manuel Raimundo Custódio
José Amando Mendes
José Manuel Lopes Cordeiro
Manuel José Santos Silva

Índice

Apresentação	7
Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural ALEXANDRE ANTÓNIO DA COSTA LUÍS	9
Maceira de Covelliana: da cidade monástica à cidade do homem ANA MARIA TAVARES MARTINS	17
Ferreira de Castro, História e Imaginário: dos Emigrantes, através d' A Selva, até A Lã e a Neve ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA	31
Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica DONIZETE RODRIGUES	45
A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade ELISA CALADO PINHEIRO MANUEL JOSÉ DOS SANTOS SILVA	53
Santa Maria dos Olivais: uma freguesia património de Lisboa FRANCISCO CARVALHO	75
O património industrial na museologia contemporânea: o caso português JOSÉ AMADO MENDES	89
Rota da Lã – Translana: uma obra de referência sobre o património da indústria de lanifícios JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO	105



Apresentação

A produção de panos de lã modelou a civilização ocidental em mitos e metáforas e deu sentido global à Cultura. Todas as disciplinas técnico-científicas, desde a Engenharia à Química, concernem o respetivo ciclo produtivo; a esfera doutrinária e política põe em confronto protecionismo e abertura, mercantilismo e liberalismo ao perspectivá-la; a Economia enquadra-a no subsector dos têxteis e faz dela matéria permanente de estudo micro e macro; a Antropologia Humana e a Sociologia devem tê-la como referência permanente na caracterização das culturas e na abordagem das sociedades nas suas teias mais complexas; A Linguística procura perceber o seu vocabulário e a História não pode esquecê-la nas suas considerações globais ou de pormenor. Nem a Teologia dispensa o imaginário ligado a esta atividade. A revista *ubimuseum* assume-se como um novo espaço onde a produção dos panos e todo o património a ela ligada devem ser abordados pelos melhores especialistas de todas as áreas que estão convidados a enviar-nos o seu contributo. Publicaremos em Maio de cada ano um número. O primeiro é justamente dedicado a quem liderou o projeto da constituição do Museu que os Lanifícios mereciam na Covilhã, a Dr.^a Elisa Pinheiro.



Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural

Alexandre António da Costa Luís

aluis@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

ABSTRACT

This article consists of several loose notes which, basically, are addressed to the exposure of a general assessment on the regional and local history, underlining that it should not be qualified as “minor story” and also reinforcing the idea that it plays an extreme relevant role regarding the inventory, study and preservation of the heritage, specially the cultural one. Moreover, in what concerns the heritage, the text emphasizes its dimension of nuclear increment and identity features characterization of the Portuguese memory wires, integrating, with no doubt, the list of the foundations of our sovereignty.

KEYWORDS

History, Regional and Local History, Heritage, Identity, Sovereignty.

RESUMO

O artigo é composto por várias notas soltas que se destinam, no essencial, a expor uma apreciação genérica sobre a história regional e local, sublinhando que esta última não deve ser qualificada de “história menor” e cimentando ainda a ideia de que lhe cabe um papel de avultada relevância no que concerne ao levantamento, estudo e preservação do património, mormente cultural. De resto, a respeito do património, o texto destaca a sua dimensão de fator nuclear de incremento e de caracterização dos traços identitários e dos fios da memória portugueses, integrando, sem dúvida, a lista dos fundamentos da nossa soberania.

PALAVRAS-CHAVE

História, História Regional e Local, Património Cultural, Identidade, Soberania.

Ao longo do seu já apreciável percurso, a história tem apresentado várias aceções e sido classificada de distintas maneiras. Com efeito, no que concerne a este último aspeto, concretamente em relação às situações em que o juízo de valor privilegiou a forma, a exposição, a estética, a história foi, amiudadamente, encarada como “uma arte, uma forma literária ou uma narrativa” (Mendes 1987: 12). E se é certo que a escrita em história reflete, pelo menos em parte, um discurso pessoal, decorrente da interpretação de quem escreve (cf. Mattoso 1997), também não é menos verdade que, hoje em dia, muitos são aqueles que sustentam a ideia de que a história, enquanto pesquisa da realidade histórica, constitui uma ciência humana e social (cf. Mendes 1987), independentemente das vozes que consideram que a mesma reúne alguns traços peculiares. Assim, os conhecimentos científicos que tem gerado são, por norma, o resultado de uma construção do historiador, mormente do seu vincado labor de pesquisa (cartográfica, iconográfica, documental, bibliográfica...) e de rigor metodológico, de preferência sempre na busca de aproximações cada vez mais objetivas à realidade vivida pelos homens num tempo e espaço específicos. Nesse sentido, é de referir que a objetividade se constrói paulatinamente, resultando, em boa medida, de revisões incessantes em redor do trabalho histórico produzido, de sucessivas e laboriosas verificações.

Acrescente-se que ninguém ficará indiferente à função social exercida pela história, incidindo sobre vertentes que vão desde a formação da consciência e coesão nacionais à correspondente ação integradora geracional. Claro está que a história contribui decisivamente para o conhecimento e/ou o reconhecimento aprofundado da identidade pátria, entre outras dimensões, bem como para a colocação de freios aos extremos do nacionalismo, do bairrismo ou do mero desaparego. Em matéria de identidade lusíada, adite-se que os estudos levados a cabo por distintas mas complementares esferas do saber, onde figura necessariamente a história, têm chegado a conclusões algo contrastantes, emergindo Portugal como país plural/homogéneo, uno/diverso.

Pois bem, florescendo, como é sabido, vários tipos de história, isto é, histórias dentro da história, e ingressando progressivamente na temática central do presente artigo, não é difícil perceber que todo e qualquer programa traçado para uma monografia local ou regional possui certos limites. Realmente, conforme lembra Jorge Alarcão, “a variabilidade da história local [e regional] e a diversidade dos dados disponíveis não permite o estabelecimento de um plano rígido que, aliás, violentaria os interesses intelectuais de cada um” (Alarcão 1987: 53). Por outro lado, é uma evidência que a história de um país não se faz sem o auxílio daquela. Ou seja, executar um trabalho de história local e regional não é sinónimo de rejeitar o diálogo com a história geral (e vice-versa), antes pelo contrário. Em abono da verdade, deve aquele ser, dentro do possível e em função da pertinência da amostra, integrado na história global, contribuindo para o enriquecimento do fundo histórico. Claro que, no âmbito da história regional e local, se aprende a lidar com as condicionantes impostas pelo fator

geográfico e não se dispensa a prática de coordenadas-chave como, por exemplo, a delimitação espacial, a periodização, a interdisciplinaridade, a formulação de perguntas ao passado a partir de questões do presente e, consequentemente, a necessidade de saber “fazer falar” as fontes, cujo conceito é cada vez mais amplo, ou a averiguação do que é ou não essencial. No entanto, é realmente importante reconhecer que, ao se enveredar por uma determinada escala de observação, esta escolha acaba, forçosamente, por condicionar aquilo que será visto pelo historiador, podendo, contudo, o conhecimento produzido apresentar numerosas vantagens e possibilidades típicas da perspectiva micro e até pôr em dúvida certezas usualmente firmadas pela visão macro, digamos assim, mas sem deitar por terra a ocorrência de compatibilidades. Claramente, a redução de escala de análise, quer em termos geográficos quer temáticos, tem contribuído para o enriquecimento do saber histórico atual. Olhando atentamente para a história regional e local, fica evidente que a mesma permite a exploração de outros ângulos e dimensões de abordagem relativos aos atores, realidades e representações, chegando-se, não raramente, a conhecimentos virgens, uma vez que se descortinam novos contornos nos objetos estudados, incluindo a revelação de protagonistas anónimos da evolução histórica, a captação e reconstituição de vivências ou de uma variedade de experiências até aí invisíveis ou então pouco valoradas, tudo isto com óbvias repercussões na narrativa elaborada pelo historiador. De entre a lista de virtudes, não podemos olvidar que a história regional e local possibilita uma análise mais próxima e profunda de fenómenos circunscritos. Mas também neste género de história, que recusamos qualificar de “história menor”, de “pequena história” ou de “parente pobre”, devem existir cautelas especiais em relação aos excessos interpretativos praticados e que, por vezes, tendem a confundir simples indícios com provas efetivas. De qualquer modo, faz hoje todo o sentido aguardar da prática da variação de escalas, bem como da respetiva articulação, a recolha de importantes benefícios heurísticos, facilitando inclusivamente a compreensão do fenómeno crescente da globalização.

Perspetivando o caso luso, a pesquisa em história regional e local tem sido despertada em diversos momentos e variados contextos ao longo dos tempos, remontando, no mínimo, aos finais de Setecentos, “como se infere do processo legislativo referente à «demarcação» das províncias e de parte da produção historiográfica dos memorialistas da Academia das Ciências de Lisboa” (Torgal et al. 1996: 422). Em termos gerais, descortina-se facilmente que a aposta no mencionado tipo e campo de historiografia tem registado uma interessante expansão. Contudo, devemos precisar que este surto relativo à história regional e local não é exclusivo do espaço português, pois contempla outros países. Aliás, ressalta, com grande vulgaridade, que o progresso historiográfico se processa mais rapidamente no quadro das nações com pujante atividade científica noutros domínios do saber.

Regressando a Portugal, sem surpresa, as instituições académicas, as autarquias e os museus são largamente responsáveis pelo impulso e a difusão da história regional e local, sendo também digno de nota não só o salutar aumento da cifra de estudiosos envolvidos na citada área de estudo, mas também a abordagem de um número cada vez mais amplo e diversificado de temáticas, em cuja lista prosperam domínios complementares como a história económica e social, a história das mentalidades, dos costumes, a história política, a história militar,

o património cultural, o quotidiano, etc. Sublinhe-se igualmente, isto apesar da produção historiográfica portuguesa em apreço continuar a denotar certas carências em termos de reflexão teórica e metodológica, faltando-lhe, acima de tudo, um pendor mais sistemático, as opções que muitos investigadores, de modo particular aqueles que legitimamente qualificamos de profissionais, têm vindo a desenvolver aquando da feitura do seu trabalho, sobretudo as que traduzem o investimento na seleção e no uso de metodologias e ferramentas melhoradas e atualizadas pela dinâmica tecnológica em curso, algumas ainda recentes, é certo, mas já com créditos firmados, contribuindo, no fundo, para a gradual renovação da história. Neste particular, tocam-se, embora nem sempre com a profundidade mais desejável, em pontos essenciais como a história-problema, a sofisticação e redimensionamento da pesquisa, o trabalho intenso com as fontes, o exercício de comparar a documentação, o cruzar da informação ou a relação, liberta de hierarquias preconceituosas, entre as diversas escalas historiográficas (local, regional, nacional e inclusive internacional). A explicação para esta aperfeiçoada *performance* da história local e regional decorre, em boa medida, do facto de muitos dos estudos em causa terem sido ou serem elaborados no âmbito das diferentes provas de natureza académica, que vão desde o grau de licenciatura ao de mestrado, chegando também ao de doutoramento e mesmo pós-doutoramento, refletindo, por conseguinte, a exigência própria do meio universitário. Face a esta evolução operada no seio do género de história aqui descrito, não é difícil perceber o medrar da competição, por vezes tratando-se ainda de situações de forte rivalidade pessoal, entre historiadores profissionais e eruditos locais ou domésticos dotados de uma roupagem de amador e empirista. Diga-se que estes últimos tendem, na condução das suas investigações, a revelar um certo e nefasto desconhecimento de metodologias de referência ou mesmo básicas. Por outro lado, sem pretendermos, necessariamente, desvalorizar o esforço produzido por estes “historiadores locais”, até porque não estamos presos a impulsos corporativos, somos, todavia, obrigados a realçar que muitos, dispondo, portanto, da condição de amadores e de eruditos, reitere-se, preferem “cultivar uma «história monumental» ou de «antiquário» do que uma «história crítica», para empregarmos a conhecida classificação de Nietzsche” (Torgal et al. 1996: 423). Na realidade, ao percorrermos este universo de estudiosos «indígenas», acharemos bastantes elementos que demonstram uma série de dificuldades em dominar os meandros da história explicativa e problematizante, da aplicação escrupulosa dos conceitos operatórios, da correta elaboração de hipóteses e/ou modelos, preferindo antes alimentar uma história de franco pendor narrativo e descritivo. No fundo, o que pretendemos frisar é que a história, nos seus diferentes tipos e áreas de estudo, não é propriamente uma tarefa de amadores. Seja como for, o verdadeiro historiador, dispondo, à partida, de uma eficiente e especializada formação universitária, deve reunir diversas competências e capacidades, as quais, diga-se, só a longo prazo e por meio de um labor aturado e rigoroso serão adequadamente aperfeiçoadas. Concretizando um pouco melhor, para além de deter competência técnico-científica e aptidão para manusear os conceitos operatórios, deve ainda apresentar espírito crítico, revelar abertura à interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade, socorrendo-se, por exemplo, da geografia regional, da história rural, da arqueologia rural, da arqueologia industrial, do património local, da história da tradição oral (Nunes 1996: 74 e 77), possuir erudição e uma sólida cultura geral e histórica. cremos igualmente que o investigador da história local e regional deve tomar

consciência da sua posição perante o espaço que se propõe abordar. Por outras palavras, o seu trabalho, expressivamente voltado para a compreensão do percurso histórico e da identidade de uma dada comunidade/região, poderá sair assinalavelmente beneficiado caso participe do correspondente quotidiano, numa relação de crescente familiarização homem-meio. Claro está que o historiador, devidamente articulado com a comunidade/região, estará mais apto a definir soluções para alguns dos seus principais desafios, auxiliando-a na procura incessante da sua identidade e nos indispensáveis exercícios de descoberta e de preservação do respetivo património, assíduos fatores de integração, desenvolvimento e afirmação (Nunes 1996: 78).

Não muito anos atrás, Raquel Vilaça observava que o conceito de “património” atingiu uma “aceção ampla, mesmo vaga e difusa, e por isso não menos polémica”, “abrangendo também as «coisas menores» e até as imaterialidades” (Raquel 2000: 31). De facto, é especialmente importante salientar o abandono da visão mutilada do património cultural que florescia no tempo do Estado Novo e que encarava aquele como “sinónimo de «monumentos» (edifícios, objectos ou documentos), ou seja, de símbolos da grandeza nacional que cabia ao Estado preservar” (Nunes 1993: 5). Felizmente, a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, concretizou-se um salto qualitativo e quantitativo nesta matéria, visto que depressa se passou a sustentar que o “património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (Nunes 1993: 5). Aliás, acontecimentos como a integração de Portugal na hoje denominada União Europeia contribuíram não só para o amadurecimento dos estudos, mas também para o incremento de políticas afetas à defesa e valorização do património cultural, cujo conceito, como se disse, apresenta um nítido alargamento. De resto, temos vindo até a assistir a uma aposta cada vez mais declarada na articulação entre os vários domínios que compõem a realidade “património”, designadamente o natural e o cultural.

Anotemos que “o património, em todas as suas dimensões, entrou na linguagem dos políticos, homens de cultura e cidadãos comuns” (Pereira 2010: 1). De mais a mais, “estar atento ao Património cultural e à sua força constitui um modo de combater o esquecimento e a indiferença”, recorda, com determinação, Guilherme d’Oliveira Martins (Martins 2009: 47). Nesse sentido, o investigador dedicado à história regional e local não pode, de modo algum, depreciar o valioso papel que lhe cabe assumir no âmbito da concretização de um levantamento e de um estudo, que se desejam, tanto quanto possível, exaustivos, do património ligado ao espaço que aborda, tendo ainda presente que o património de uma povoação, freguesia ou concelho, por exemplo, está longe de se limitar aos seus monumentos (Alarcão 1987: 25).

Ora, Portugal, municiado de uma experiência vivencial já multissecular, reúne um legado histórico, cultural e patrimonial rico e diversificado, constituindo a sua análise mas também a sua salvaguarda imperativos inalienáveis para a correta afirmação da comunidade lusa, na medida em que estamos na presença de uma herança que contribui decisivamente para o incremento e a caracterização dos nossos traços identitários e fios da memória, seja à escala local, regional ou nacional. Sobretudo em relação

“a esta última dimensão espacial, torna-se hoje cada vez mais evidente que o conhecimento do respectivo património, verdadeiro elo de ligação entre o passado e o futuro, passando naturalmente pelo presente, vingando, no fundo, como valioso veículo de transmissão, conservação e reprodução da memória e operando como factor essencial do entendimento e potenciação da nossa especificidade colectiva, acaba por constituir um claro sustentáculo da soberania portuguesa, da sua legitimação existencial e preparação dos tempos vindouros”

(Luís e Luís 2010: 211-212).

Dito de outro modo, a articulação regular entre o património, a história, a identidade e a sobrevivência nacional não pode, naturalmente, ser menosprezada e, por conseguinte, votada ao desleixo, visto que os contornos da personalidade cultural portuguesa são, embora não exclusivamente, gravados e publicitados pelos valores patrimoniais (Saraiva 1996: 75 e ss.). Com efeito, se a aniquilação do património for bastante volumosa pode, num futuro mais ou menos longínquo, contribuir para a perigosa dissolução da matriz histórica do povo luso e respetiva consciência nacional, uma vez que favorece a emergência de crises de amnésia que afetam o grau de agregação interna. Assim, não só o país fica mais pobre, como o processo de fomento da sua individualidade perde força.

Em síntese, de mais a mais numa era fortemente influenciada pelo fenómeno da globalização e, conseqüentemente, pela tendência de derrubamento de inúmeras e variadas fronteiras, as sociedades contemporâneas, onde figura a nossa, não podem deixar de investir uma parte assinalável dos seus “recursos na conservação e divulgação do património, pois ele tornou-se fundamental na definição da identidade de uma determinada comunidade” (Magalhães 2005: 22), isto é, no zelo posto em torno da sua defesa e consistência. Como se percebe, os traços identitários de um povo encontram-se inscritos na sua cultura e o singular património reunido ao largo da sua existência ajuda a definir a personalidade de uma coletividade, estado ou nação (Campillo Garrigós 1998: 23).

No entanto, qualquer pretensão de salvar a globalidade dos bens produzidos ou simplesmente inventariados acabará por se revelar um objetivo claramente utópico, fruto de circunstâncias como a insuficiência de meios existentes. Importa, assim, mover todo um apurado e criterioso trabalho de seleção, segundo determinados critérios (o histórico, o da originalidade, o tecnológico, o funcional e o estético), das criações humanas a preservar. Claro está que o património cultural não deve ser apenas perspectivado segundo uma conceção elitista ou erudita, pois este caminho acabaria por discriminar e até por omitir o apreciável legado de índole popular.

Por outro lado, urge igualmente reter que determinados bens culturais, pela sua natureza, estrutura ou localização, estão em condições de serem positivamente utilizados como ferramenta económica ativa ao serviço do bem-estar das populações e, porventura, da anulação ou, no mínimo, minoração de certas assimetrias regionais (cf. Greffe 1990). Precisamente, servindo aqui de inspiração, “a Guarda e a sua região, bem como as regiões vizinhas [como a Cova da Beira], são potenciais elevadíssimos de património cultural. Este pode ser um factor de desenvolvimento económico e social, ao mesmo tempo que se transforma uma

matéria-prima, em estado de abandono e degradação, em recurso do presente e do futuro” (Gaspar 2007: 161; Sequeira d.l. 1986: 95-97).

No fundo, sendo Portugal um país que tradicionalmente acolhe um número significativo de turistas, os quais contactam e perspetivam a nossa realidade de múltiplas formas, compreende-se a aposta na diversificação da oferta, viabilizando uma série de possibilidades e recursos que se colocam ao dispor destes extensos contingentes de visitantes. Deste modo, há que louvar a estratégia do turismo cultural que várias entidades públicas ou privadas cuidam energeticamente de incentivar, entre outras razões por constituir um excelente meio de angariação de riqueza para a nação e, conseqüentemente, de elevação do nível de vida dos cidadãos. Sem dúvida, nos últimos anos, esta modalidade turística tem vindo a afirmar-se cada vez mais no panorama interno, formando, incontestavelmente, uma alternativa viável ao turismo convencional de praia, dinamizando áreas como o Interior de Portugal, desprovido da beleza do mar.

Devemos também assimilar a noção de que a manutenção/transmissão dos bens culturais deve ser encarada como um dos pilares do processo de humanização do homem. Mais ainda: a erosão ou destruição de células do património de relevância capital produz necessariamente um calamitoso efeito de depauperamento do tesouro patrimonial de todas as raças do orbe terráqueo. Por isso mesmo, a proteção de tamanho conjunto requer, crescentemente, o concurso da ciência e da internacionalização do movimento, sem que isso signifique qualquer atitude de menosprezo para com o precioso auxílio fornecido pela história regional e local em domínios como a inventariação, conservação, renovação, reabilitação, restauro e reconversão patrimonial. Ao certo, desde o ano de 1972, o programa Património Mundial, apoiado pela UNESCO, já classificou inúmeros locais e continua a defender os bens culturais, naturais e mistos de excecional valor universal (Cruz 1999: 63-69). Em suma, tem ajudado a firmar a globalização da importância do património para o futuro das comunidades humanas, que se pretende próspero e harmonioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Jorge de (1987). *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Campillo Garrigós, Rosa (1998). *La Gestión y El Gestor del Patrimonio Cultural*. Murcia: Editorial KR.
- Cruz, Liberto (1999). A Integração da Cultura e da Natureza na Convenção do Património Mundial. O Novo Conceito de Paisagem Cultural. In *O Verde*. N.º especial, *Patrimónios, Natural e Cultural. De um Olhar Comum a uma Intervenção Integrada*: 63-69.
- Gaspar, José A. Quelhas (2007). Guarda – Uma Cidade Histórica: Património e Turismo. In *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*. 21: 153-165.
- Greffé, Xavier (1990). *La Valeur Économique du Patrimoine: la Demande et l'Offre de Monuments*. Paris: Anthropos.

- Henriques, Pedro Castro (1999). Perspectivas na Gestão de Áreas Protegidas em Portugal. O Natural e o Cultural. In *O Verde*. N.º especial, *Patrimónios, Natural e Cultural. De um Olhar Comum a uma Intervenção Integrada*: 39-51.
- Luís, Alexandre António da Costa, Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2010). Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais. In *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*. 28: 209-224.
- Magalhães, Fernando (2005). *Museus Património e Identidade. Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profedições, Lda./Jornal a Página.
- Martins, Guilherme d'Oliveira (2009). *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva.
- Mattoso, José (1997). *A Escrita da História – Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mendes, José M. Amado (1987). *A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Nunes, Graça Maria Soares (1996). A História Regional e Local – Contributos Para o Estudo das Identidades Locais. In *Cadernos de Sociomuseologia*. 8: 71-81.
- Nunes, João Paulo Avelãs (1993). Património Cultural o que é?. In *Vértice*. 54: 5-7.
- Pereira, António dos Santos (2010). Património Rural, Ambiente e Educação. In *UBILETRAS. Revista Online do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior*: 1-18.
- Saraiva, António José (1996). *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, vol. I, *Introdução Geral à Cultura Portuguesa*. 2.ª ed.. Lisboa: Gradiva.
- Sequeira, Helder (d.l. 1986). Património do Distrito da Guarda: uma Realidade a Preservar e a Defender. In *Jornadas da Beira Interior*. Vol. I. Fundão: Edição do Jornal do Fundão: 95-97.
- Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado, Catroga, Fernando (1996). *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vilaça, Raquel (2000). Notas Soltas sobre o Património Arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In *Beira Interior – História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: 31-49.

Maceira de Covelliana: da cidade monástica à cidade do homem

Ana Maria Tavares Martins
amtfm@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

The Cistercian Order was introduced in Portugal in the 12th century. The monastic space is the reflection of an ideal, of a worldview, a system of values that all organizes and models. The Cistercian Monastery of Santa Maria da Estrela (Boidobra, Covilhã) was a foundation of the Monastery of Santa Maria de Maceira Dão (Fornos de Maceira Dão, Mangualde). Over time this monastic space is no longer understood as a Monastic City to be absorbed by the City of Man, which is today Covilhã, although still placed on the periphery of the city as it was the precept of the Rule of St. Benedict.

KEYWORDS

Cistercian Order, Monastery, Heritage, Boidobra, Covilhã.

RESUMO

A Ordem de Cister foi introduzida em Portugal no séc. XII. O espaço monástico é o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. O Mosteiro cisterciense de Santa Maria da Estrela (Boidobra, Covilhã) foi uma fundação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Fornos de Maceira Dão, Mangualde). Com o tempo este espaço monástico deixou de ser entendido como uma Cidade Monástica para ser absorvido pela Cidade do Homem, que é hoje a Covilhã, embora ainda se localize na periferia da cidade tal como era o preceito da Regra de S. Bento.

PALAVRAS-CHAVE

Ordem de Cister, Mosteiro, Património, Boidobra, Covilhã

INTRODUÇÃO

Este texto repõe a conferência com o mesmo título, proferida por convite, no âmbito das Jornadas Europeias do Património, que decorreram no dia 24 de Setembro de 2011, no Museu dos Lanifícios, na Covilhã. Efectivamente o trabalho agora apresentado faz parte de uma investigação mais abrangente intitulada “As Architecturas de Cister em Portugal. A Actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território”, que constituiu a tese de doutoramento da autora, defendida na Universidade de Sevilha. Com este contributo, pretende-se reflectir sobre o património monástico cisterciense da Covilhã, em particular sobre o Mosteiro de Santa Maria da Estrela, Boidobra, Covilhã. Este é um Património esquecido por vezes, mas existente, que merece ser lembrado e acarinhado.

A Ordem de Cister chegou a Portugal, no séc. XII, na sua fase de expansão quando Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação (Marques, 1998). De acordo a Maur Cocheril (1976), aponta-se como primeiro mosteiro a ser fundado o de S. João de Tarouca, entre 1143 e 1144, e último, o de Nossa Senhora de Tabosa em 1692. Porém a primazia de S. João de Tarouca é questionada por Maria Alegria Marques (1998) ao sugerir que a primeira fundação cisterciense em Portugal fora o Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões.

Desde os primórdios da nação, as fundações e filiações portuguesas estiveram ligadas a objectivos de ocupação ou administração do território. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território e a extensão dos seus domínios e áreas de influência. Em 1567, dá-se a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência de Claraal com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça.

O MOSTEIRO FACE À CIDADE

Em termos arquitectónicos, a Cidade pode ser interpretada como um aglomerado complexo. É constituída por inúmeras relações entre aquilo que a compõe tanto material como imaterialmente, sendo umas de submissão, outras de reacção. (Ansay, 1989; Martins, 2003: 760 - 761). Em simultâneo é possuidora de uma estrita relação com a sociedade que a habita seja ela uma cidade no verdadeiro sentido do termo ou uma micro-cidade como é o caso do mosteiro, mas a cidade pode entender-se igualmente como um ideal (Martins, 2002; Eaton, 2002). Não foi por acaso que Santo Agostinho atribuiu a uma das suas obras o título “A cidade de Deus”, concebendo para a humanidade uma ordem ideal obtida sob a forma de uma cidade governada e legislada por Deus – a Cidade de Deus. (Mattoso, 1987; St. Augustin, 1994) Na obra de Santo Agostinho, encontra-se a ideia de salvação, em conotações urbanas, uma dicotomia entre a Babilónia terrestre e a Jerusalém celeste. A cidade é a evocação de um mundo estruturado, racional, mas também é possuidora de uma ordem consciente, planeada, assim como de uma organização convergente para um fim, neste caso a salvação, que se opõe a uma natureza desgovernada, lugar de contradições.

MONAQUISMO E CISTER

O monaquismo procura dar resposta a algumas das mais profundas aspirações da alma humana: a busca da perfeição e o desejo da contemplação divina. Para tal ser possível, é necessária a *fuga mundi* ou *contemptus mundi* para buscar uma união do espírito com Deus. O espaço propício é o mosteiro onde se vive em comunidade. No caso dos cistercienses, a busca de Deus devia fazer-se através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o Paraíso. Fraternidade, pobreza, simplicidade e silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense. Os monges nada possuíam ou pelo menos assim era na sua génese: “O sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais (...)” (CAPITULA: XV).

Foi a vontade de alterar o que estava a acontecer quando a Ordem foi fundada que fez com que os Cistercienses procurassem um regresso às origens da Regra de S. Bento, isenta das interpretações e desvios dos séculos transcorridos, e assim tal como os Padres do Deserto no seu tempo buscaram a *fuga mundi* e estabeleceram os princípios do monaquismo, vivendo para atingir Deus e sonhando com um mundo melhor, o Paraíso (Martins, 2004: 21-25). Note-se que, desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não o regresso ao Éden do Génesis, mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste apresentada pelo Apocalipse de S. João e símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal. Esse Paraíso celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, o Paraíso na Terra e a Cidade de Deus. Segundo Braunfels, todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da *Civitas Dei*.” (Braunfels, 1993: introduction)

ESPAÇO MONÁSTICO CISTERIENSE

O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister.



01.

Mosteiro de Santa Maria das Júnias, Montalegre, Parque Nacional Peneda Gerês.

(fotografia da autora)

Frequentemente, os Cistercienses implantaram os seus mosteiros em vales (Fig. 1), sendo para isso necessário proceder a profundas transformações no território de modo a torná-los férteis e habitáveis. A procura e predilecção de vales para a implantação de mosteiros estão patentes não só na legislação primitiva como também nos versos caracterizadores das preferências das diferentes instituições religiosas: “Bernardus valles, colles Benedictus amabat, / Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes” (Dimier, 1999: 51) ou seja em tradução livre “Bernardo amava os vales, Bento as colinas, Francisco as vilas, Inácio as grandes cidades”. Obviamente aqueles espaços de implantação dos monges situavam-se junto a cursos de água. Estes locais permitiam assim o acesso a este bem precioso para a subsistência, tanto como o isolamento do bulício da vida urbana. Mas também era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e terras para cultivo.

O espaço monástico pode-se constituir como um organismo apropriador do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo. Quer na sua vertente física como na vertente ideal, este é o lugar construído pelos homens e ordenado segundo a vontade de Deus.

S. Bernardo compara a cidade ideal a este Paraíso, na sua Epistola 64 (S. Bernardo, 1994) ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível Jerusalém Celeste na terra. Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal e dotado de todos os elementos necessários à subsistência como refere a Regra de S. Bento: “Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas adentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas.” (RSB: LXVI), para além do facto que:

“Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. / Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um colectário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. / Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais. / Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja num pequeno traço.”

(CAPITULA: IX)

Para além de toda a sua carga simbólica, o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos Homens, mas também de Deus (Dias, 1997: 13-37). Segundo Bernardo de Claraval, o claustro era o *Paradisum Clausstralis* sendo a vida dentro dele não só um ideal de vida, mas também a imagem da antecipação do paraíso.

Deste modo, a nível formal e arquitectónico, o Claustro era o epicentro do espaço monástico, em que três dos quatro lados correspondem às funções essenciais (Fig. 2):

* *spiritus*, a Norte, onde se localizava a igreja lugar específico para a oração, introspecção e elevação espiritual;

* *anima*, a Este, onde se encontrava a sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual, lugares de trabalho mas também de elevação intelectual e espiritual;

* *corpus*, a Sul, onde se localizava a cozinha, o calefactório, o refeitório, as latrinas, ou seja tudo o que era necessário à sobrevivência e subsistência do corpo, do organismo vivo e humano que compunha cada monge;

* o quarto lado do claustro, a Oeste era aberto aos Conversos sendo constituído pelo celeiro, dormitório, refeitório, latrinas.



02.

Plano tipo de um Mosteiro cisterciense com separação por áreas operativas.

(desenho e síntese elaborados pela autora)

Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* sugerindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito. Os mosteiros cistercienses apresentam-se com uma divisão em dois sectores distintos, de acordo com as estruturas sociais da Ordem, de modo a poder albergar dois grupos tão díspares, como eram os monges e os conversos.

O plano arquitectónico cisterciense nunca foi estático pois foi-se adaptando consoante as suas necessidades e consoante os desafios da realidade do contexto em que se inseriam. Apesar da utilização de um plano tipo, dificilmente se encontram duas abadias cistercienses idênticas, pois deve-se ter em atenção, não só as devidas adaptações e alterações, como também as condicionantes de cada local.

MOSTEIRO DE SANTA MARIA DA ESTRELA

O Mosteiro de Santa Maria da Estrela, localizado na freguesia da Boidobra, Covilhã, foi uma fundação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão (Fig. 3) localizado em Fornos de Maceira Dão, Mangualde.

No testamento de D. Afonso III (1271), o Mosteiro é designado pelo nome de Maceira de Covelliana precisamente por ser fundação do Mosteiro de Maceira Dão (Cocheril, 1970: 572). O Mosteiro de Santa Maria da Estrela surge, por esta via, na ramificação cisterciense do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

03.

*Mosteiro de Santa Marial
de Maceira Dão, Fornos de
Maceira Dão, Mangualde.*

(fotografias da autora)

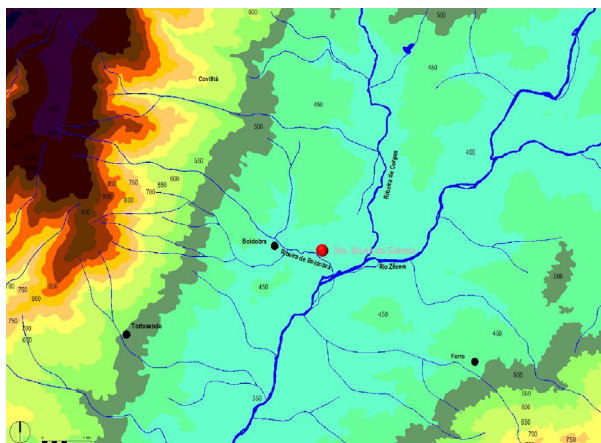


O mosteiro de Santa Maria da Estrela localiza-se no sopé da Serra da Estrela, numa situação de cota elevada e de planalto interior, por isso talvez os registos de invernos rigorosos e verões quentes que impediam a vida monástica neste mosteiro como se poderá constatar um pouco mais adiante neste texto.

04.

*Localização geográfica do
Mosteiro de Santa Maria
da Estrela.*

*(desenho elaborado pela
autora)*

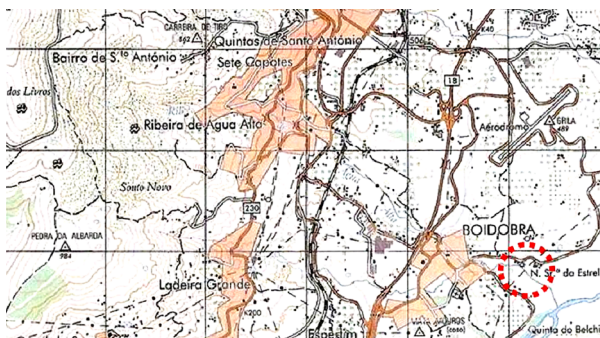


De facto, tal como a maior parte dos mosteiros cistercienses em território português, o Mosteiro de Santa Maria da Estrela localiza-se numa situação de vale, mas neste caso um vale pouco convencional, no âmbito das implantações cistercienses (fig. 4) uma vez que se encontra numa situação igualmente planáltica e de montanha (Fig.4 e Fig. 5). No entanto, a sua proximidade à linha de água, que constitui o rio Zêzere, vem comprovar a necessidade da implantação dos mosteiros cistercienses segundo este preceito (Fig. 6).

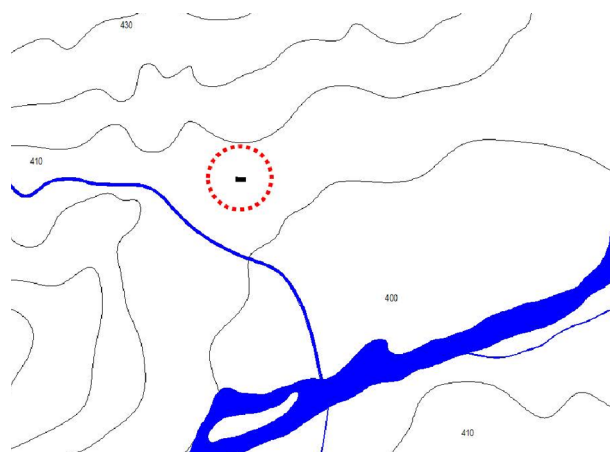
05.

*Localização do Mosteiro de
Santa Maria da Estrela.*

*(desenho da autora sobre
carta militar nº 20-I
COVILHÃ – 2005 - série
M782)*



Com efeito, o Mosteiro de Santa Maria da Estrela foi fundado cerca do ano 1220, por D. Mendo, Abade de Maceira Dão, tendo sido suprimido no dia 1 de Maio de 1579 e as suas receitas juntamente com as receitas do Mosteiro de Santa Maria do Ermelo, Ermelo, Arcos de Valdevez e do Mosteiro de Tamarães perto de Ourém, do qual já não há vestígios, foram acrescentadas às receitas do Colégio de S. Bernardo de Coimbra localizado na R. da Sofia, Coimbra.



o6.

Implantação do Mosteiro de Santa Maria da Estrela confirmando-se a proximidade à linha de Água / Rio Zêzere.

(desenho e síntese elaboradas pela autora).

É possível ainda hoje imaginar um pouco do que teria sido o Mosteiro de Santa Maria da Estrela ao ler quatro documentos coevos: sejam as memórias de Fr. Hilário das Chagas (in “Memórias várias...da fundação do Real Mosteiro de Alcobaça”) ou os apontamentos de Fr. Pedro de Aguiar, Abade de Santa Maria da Estrela (in “Apontamentos de frey pedro daguiar abbade do mosteiro de santa maria da estrela”) aquando a visitação do Abade de Claraval, D. Édme de Saulieu, acompanhado do seu secretário Fr. Claude de Bronseval (in *Peregrinatio Hispanica*). Não deixando de parte a descritiva Carta de Visitação feita ao Mosteiro de Santa Maria da Estrela [1533, Fevereiro, 11, Santa Maria da Estrela (Covilhã)]. Desta forma, observa-se que o Mosteiro localizado na Boidobra, apresentava nesta altura alguns aspectos difíceis.

Afirma Fr. Hilário das Chagas que o mosteiro parece um simples ermitério com: “Casa mal feita e mal proporcionada em toda a sua feitura.” (Cocheril 1970: 573). Também Fr. Pedro de Aguiar refere que “...segundo sua pobreza se pode mais chamar oratório que mosteiro... e portanto os vizitadores que pellos tempos vierão a este Reino nunca a foram visitar por saberem que era huma casa muito pequena e pobre.” (Cocheril 1970: 573) O abade do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, Fr. Pedro de Aguiar, ainda lembra que dois anos antes, quando se tornou abade, foi o responsável pela colocação de um novo telhado na igreja uma vez que os seus antecessores nada haviam feito: “...eu fiz a dita Igreja de novo no q. guastey mais de cincoenta mil reis de maneira que nestes dous anos que sou abbade repayrey e fiz mais obra na dita casa do que fizerão os outros abbades meus antecessores enquanto forão abbades pois que estando a igreja tam denificada e pera cair há tanto tempo nunca a mandaram renovar” (Cocheril 1970: 573). O abade Pedro de Aguiar vivia quase todo o ano em Alcobaça devido à insalubridade do local e também para economizar. Durante a sua ausência, dois habitantes da Covilhã guardavam e vigiavam o Mosteiro

de Santa Maria da Estrela. De facto, D. Édme de Saulieu, abade de Claraval, acompanhado pelo seu secretário Claude de Bronseval, visitou o Mosteiro de Santa Maria da Estrela em 10 de Fevereiro de 1533 e este último refere o seguinte:

“No dia 10, partimos depois da missa da manhã e descemos um vale de oliveiras. Um pouco mais longe apareceu a vila da Covilhã situada na montanha e rodeada de bosques de castanheiros e de oliveiras, sobre um fundo de altas montanhas a norte cobertas de neve. Seguimos sempre uma ribeira no fundo de um vale inserido numa grande região pouco fértil, até encontrarmos o Zêzere (...). O mosteiro da Estrela encontra-se ao lado numa planície. / Este Mosteiro encontra-se hoje [1533] na diocese da Guarda. Todas as dependências estão absolutamente arruinadas e perante esta desolação nem parece ter existido aqui, em tempos, um mosteiro. / O Abade chamava-se Fr. Pedro de Aguiar. Era monge de Alcobaça e exercia o cargo de prior. Havia dois monges de Alcobaça neste mosteiro: um padre e um converso. Receberam o Monsenhor como ignorantes e a custo foram capazes de o conduzir ao oratório. Não havia cerca. A Igreja é pequena. O abade havia mandado recobri-la dois anos antes. Não havia sacramentos. Quatro bancos dispostos um aqui e outro ali no presbitério serviam de coro aos monges. Todos os edifícios são contíguos à Igreja e posicionam-se em direcção ao sul. Não se vislumbra traço do claustro: todo o local foi invadido por árvores. / Vejamos o que posso dizer deste mosteiro, para além de que para serviço destes dois irmãos havia quatro mulheres que não sossegaram à nossa chegada, mas que mantinham o local realmente fechado como se fosse a sua própria casa. Elas iam e vinham para todo o lado, perfeitamente acostumadas a proceder dessa forma. / O monge afirma em consciência, ao Monsenhor, que o mosteiro poderia valer 700 000 reis por ano (...). Durante os três meses de Julho, Agosto e Setembro existe, ao que parece, um tal calor que ninguém deseja residir no mosteiro porque a humidade é intolerável. O calor juntamente com a humidade prejudica a saúde dos seus habitantes. Este monge foi aqui enviado, há apenas dois anos. Ele não recitava as horas canónicas no oratório. Eu toquei o sino para as vésperas, que recitamos no presbitério e durante as quais pude observar que este monge fazia bastantes erros na recitação do seu ofício. / No dia 11, Monsenhor celebra a missa à aurora. Em seguida ocupa a Sala do Capítulo onde obriga os dois irmãos a ler e comentar a Carta de visitação e prepara-se para a partida.”

(Bronseval, XVI: 571-573)

D. Edme de Saulieu redige a 11 de Fevereiro de 1533, no Mosteiro de Santa Maria da Estrela, Covilhã, a “Carta de Visitação feita ao Mosteiro de Santa Maria da Estrela (Covilhã)” que se passa a transcrever:

“[1] Para louvor de Deus e salvação das almas. Nós, Fr. Edmundo, abade de Claraval, da Ordem Cisterciense, na Diocese Lingoniense, visitador geral de todos e de cada um dos mosteiros da Ordem situados no ínclito Reino de Portugal, por autoridade do Capítulo Geral dessa Ordem e deputado por permissão e mandado do sereníssimo senhor rei e do reverendíssimo senhor cardeal seu irmão. Visitando nós o Mosteiro de Santa Maria da Estrela, da mesma Ordem, situado na Diocese da Guarda, imediatamente sujeito ao Mosteiro de Alcobaça, ficámos extremamente perplexos ao vermos a ruína dos seus lugares e das suas oficinas regulares, bem como por só aí encontrarmos um único monge. Todavia, em virtude do nosso ofício, ordenamos que sejam cumpridos os mandados seguintes:

[2] Primeiramente mandamos que, em cada dia, se celebre sempre uma missa na igreja deste Mosteiro e, quando possível, duas e sejam recitadas no coro todas as horas do ofício divino, tanto canónicas como as de Santa Maria e as de Defuntos; e para que possam cumprir isto com maior decência, determinamos que residam sempre neste Mosteiro, se o abade aqui estiver, ele e mais um outro monge ou, ausentando-se o abade, que deixe um outro religioso da nossa Ordem, que seja sacerdote, em seu lugar a fim de sempre estarem neste Mosteiro ao menos dois religiosos para cumprimento do dito ofício divino, segundo a piedosa intenção do fundador deste Mosteiro.

[3] *Determinamos também que o dito senhor abade, na sua ausência, dê procuração suficiente aos ditos religiosos para que possam receber os réditos do Mosteiro para acorrerem às suas necessidades e às do mesmo. Ordenamos a estes religiosos que vivam em verdadeira comunidade, não lhes sendo lícito possuírem qualquer pecúlio ou qualquer outra coisa própria sem a devida licença do superior.*

[4] *Ordenamos também que estes religiosos vivam, tanto quanto puderem, honesta e religiosamente, observando os mandamentos de Deus e da Santa Madre Igreja, bem como os preceitos da Santa Regra e dos estatutos da nossa Ordem, sobretudo evitem deambular fora do Mosteiro, nem sequer saiam dele se não houver uma causa urgente e necessária e sempre com permissão do superior. E evitem, tanto dentro como fora do Mosteiro, na medida que puderem, a conversação de pessoas ou a visita de lugares suspeitos e mal-afamados. E tenham sempre, em todo o lado, gravidade no falar, nos gestos e no vestir. Não usem nunca túnicas abertas ou com mangas desconformes e tragam sempre tonsura [do tamanho] de um palmo ou do dedo polegar.*

[5] *Ordenamos também que não será permitida a frequência desse Mosteiro por mulheres e, ainda mais rigorosamente, ninguém aí seja admitido, sob pena de excomunhão, se for suspeito ou de má fama.*

[6] *Determinamos também que os mesmos irmãos, realizado o ofício divino, se entreguem à leitura, à meditação ou a qualquer outra ocupação manual honesta, para que nunca sejam ociosos.*

[7] *Mandamos também ao abade, segundo a sua consciência e a possibilidade do Mosteiro, que proceda às reparações de que o edifício necessita, segundo louvavelmente já fez na igreja, devendo-se prioritariamente reparar o tecto da Capela de S. Brás e o cálice de prata, até à Páscoa, e também, o mais depressa que seja possível, restaurar os livros antigos lacerados que servem ao ofício divino. Tenha ainda especial cuidado na construção dos lugares regulares, que nada há neste Mosteiro, e faça despejar do Capítulo as tulhas de azeite e pipas de vinho e outros vasos que agora aí se encontram e, de futuro, não se façam tais usos profanos nesse lugar.*

[8] *Ordenamos também que os títulos e cartas e documentos do Mosteiro sejam depositados em lugar fechado e seguro, com diversas chaves, e dêem, todos os anos, inteira conta de todas as receitas e despesas desse Mosteiro, que ali depositarão com os demais títulos, para conservação futura dos direitos do mesmo.*

[9] *E porque, nesta visitação, a fim de proceder à restauração desse Mosteiro muitas outras coisas é necessário ordenar, deixamo-las para as apresentar, com serenidade, quando falarmos, havendo audiência, com o dito senhor rei e com o dito senhor abade.*

[10] *Finalmente, rogamos, imprecamos e apelamos ao senhor abade e aos religiosos que pelo tempo fora habitarem neste Mosteiro, a cada um deles, que, vivendo assim neste vale de miséria, por sua estrela terreal possam alcançar o sol eterno.*

[11] *Determinamos, também, que esta nossa carta de visitação seja conservada e se execute o que nela se manda e, ainda, que seja trasladada do latim para o idioma pátrio a fim de melhor ser lida e exposta, quatro vezes em cada ano, diante dos irmãos.*

[12] *Dado no mesmo Mosteiro da Estrela debaixo da aposição do nosso selo. No dia undécimo do mês de Fevereiro. Ano do Senhor milésimo quingentésimo trigésimo terceiro do calendário romano."*

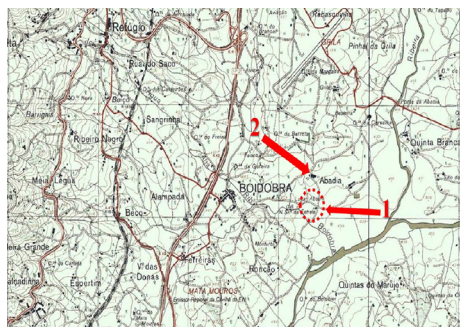
(Saulieu, XVI: 243-248)

É curioso se pensarmos que a Ordem de Cister procurava o isolamento do bulício das cidades facto que está patente no Mosteiro de Santa Maria da Estrela. Decerto este localiza-se na Covilhã longe da implantação das indústrias que nos anos subsequentes foram surgindo adossadas à Ribeira da Carpinteira

ou à Ribeira da Goldra. Certamente existiriam rebanhos sob o olhar atento dos conversos cistercienses deste mosteiro, uma vez que a toponímia o regista, pois ainda hoje existe “Quinta da Abadia” um pouco mais a norte da localização de Santa Maria da Estrela (Fig. 7).

07.

Localização do (1) Mosteiro de Santa Maria da Estrela e da (2) Quinta da Abadia (desenho da autora sobre carta militar nº 235 COVILHÃ – 2000 série M788).



Curiosamente, os Cistercienses partem da Covilhã quando outras Ordens religiosas se encontravam em franco crescimento, como é o caso das Ordens mendicantes, de que é exemplo o Convento de Santo António dos Capuchos, onde hoje se encontra instalada a Reitoria da Universidade da Beira Interior.

SANTA MARIA DA ESTRELA NA ACTUALIDADE

Nos primórdios o templo medieval possuía cabeceira ad quadratum. Na actualidade o que subsiste deste Mosteiro, ou pensa-se subsistir, resume-se às sucessivas reconstruções do oratório. O exterior deste templo apresenta uma cobertura de duas águas sendo as fachadas em cantaria de granito aparente com aparelho rústico e juntas preenchidas com cimento, rematadas em cornija de betão e beiral (Fig. 8).

08.

Aspectos do exterior do Mosteiro de Santa Maria da Estrela.

(fotografias da autora)



Na fachada principal, fronteira ao adro, abre-se portal de verga recta encimado por brasão colocado a eixo. Adossada à fachada norte, encontra-se uma escadaria, de um lanço apenas, que conduz ao coro alto desde o exterior. Na fachada sul, abre-se um outro portal de verga recta. Não existem vestígios dos restantes edifícios monásticos.

Porém, atendendo ao plano tipo dos mosteiros cistercienses pode-se crer que o Mosteiro de Santa Maria da Estrela se desenvolveria a partir da igreja para sul,

isto é, que existisse um claustro adossado ao templo, entre a ala dos monges e a dos conversos, (Fig.2) que seriam perpendiculares à igreja, tendo em conta que deveria existir o fechamento deste claustro, com uma ala oposta à igreja, onde se trataria das necessidades do corpo, mais do que do espírito, seria a ala do refeitório, da cozinha e do calefactório.



09.

Localização do Mosteiro de Santa Maria da Estrela e sua proximidade com a ETAR

(desenho da autora sobre fotografia aérea Virtual Earth)

Formulando esta hipótese poderia aceitar-se que o Mosteiro de Santa Maria da Estrela se prolongasse para os terrenos hoje ocupados pela ETAR, terrenos que sem dúvida fariam parte integrante da sua cerca de clausura (Fig. 9).



10.

Interior da Igreja de Santa Maria da Estrela Capela-mor e Coro-alto.

(fotografias da autora, datadas de 2001)

No interior, a nave é iluminada apenas pelas portas de verga recta que se abrem para o exterior tanto na fachada sul como na fachada oeste. A igreja ainda apresenta vestígios do arco triunfal de volta perfeita que antecede a capela-mor. O coro-alto antecede a nave simples de carácter longitudinal. A meia altura, as paredes apresentam-se revestidas por vulgares azulejos azuis e brancos datados da segunda metade do século XX.



.11

Interior da Igreja de Santa Maria da Estrela, capela-mor, com retábulo-mor (1), em 2001 e capela-mor, já com o apeamento do retábulo-mor (2), em 2011 (fotografias da autora, datadas de 2001 e de 2011)

Interior da Igreja de Santa Maria da Estrela, retábulo-mor em 2001 (1), reaproveitamento de estruturas do antigo retábulo (2) e detalhe da imagem de Nossa Senhora da Estrela (3) ainda inserida no antigo retábulo-mor em 2001 (fotografias da autora, 1 e 3 datadas de 2001 e 2 datada de 2011)



CONCLUSÃO

Os mosteiros cistercienses desenvolveram-se de acordo com o crescimento de Portugal sendo reflexo e expressão da época em que se inseriam. Em 1567, passaram a integrar a Congregação Autónoma de Alcobaça desvinculando-se da obediência de Claraal, foram alvo de inúmeras remodelações, ampliações e beneficiações e sofreram com os acontecimentos e catástrofes nacionais. Porém, o Mosteiro de Santa Maria da Estrela cedo foi suprimido, a 1 de Maio de 1579, não beneficiando desta senda de melhoramentos. Talvez seja esta a principal razão pela qual o edifício monástico não tenha subsistido até à actualidade. De facto, o espírito de Cister e os seus ideais adivinham-se em todo e cada um dos exemplares da sua arquitectura subsistente hoje um pouco por toda a parte como refere o monge cisterciense Dom Maur Cocheril ao lembrar a estadia dos monges cistercienses em Portugal.

“Quando os monges, durante séculos e séculos,/ impressionaram com a sua marca uma terra,/ ainda que não ficasse da moradia dos monges/ senão uma pedra que se desagrega,/ senão um grão de areia que se esbroa,/ a pedra, a areia falam dos monges./ Mesmo que a pedra e o grão de areia/ por seu turno desaparecessem,/ a terra, a velha e nobre terra,/ a terra sobre a qual os monges se debruçavam,/ o vale em que rezavam,/ as árvores que plantaram / continuariam a falar deles./ Porque, durante séculos e séculos,/ os monges impressionaram com a sua marca uma terra.”

(Cocheril 1965: 17)

Do Mosteiro de Santa Maria da Estrela, na Covilhã, deve-se salientar a toponímia subsistente, a memória e o oratório, tantas vezes reconstruído com

afeição pela população de Boidobra, sendo sem dúvida uma marca indelével da Ordem de Cister. Resta igualmente reter que a história do património cistercienses português se confunde com a própria história de Portugal e que demonstra como um ideal de espaço monástico, baseado num plano, se pode traduzir numa realidade material, que converge para uma apropriação do espaço ideal, que ganha corpo transformando-se e originando, por vezes, cidades no sentido estrito do termo, cidades do Homem. Da mesma forma, não deverão ser esquecidas todas as conotações simbólicas, ideais e espirituais inerentes aos Mosteiros nem as transformações operadas que permitiram a dialéctica entre a pequena escala e a grande escala, isto é, da Cidade de Deus ao Mosteiro e, hoje, do Mosteiro à cidade do Homem. Lembremo-nos da existência cisterciense na Covilhã, e de que através do património arquitectónico cisterciense, Portugal faz parte da Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses e consequentemente da Rota Europeia das Abadias Cistercienses à qual foi atribuída, em 2010, a menção Itinerário Cultural do Conselho da Europa.

BIBLIOGRAFIA

- Ansay, Pierre (1989). *Penser la Ville*. Bruxelles: Éditions AAM.
- Braunfels, Wolfgang (1993). *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*. London: Thames & Hudson.
- Bronseval, Frère Claude de (XVI); *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Èdeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)* ed. Cocheril, Maur (1970) Paris: PUF.
- CAPITULA in Nascimento, Aires (1999). *CISTER: os Documentos Primitivos*; Tradução, Introduções e Comentários de Aires do Nascimento. Lisboa; Edições Colibri.
- Cocheril, Maur (1965); *Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Panorama.
- Cocheril, Maur (1970). *Introduction et notes*. in BRONSEVAL, Frère Claude de ; *Peregrinatio Hispanica. Voyage de Dom Èdeme de saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Paris: PUF.
- Cocheril, Maur (1976). *Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, Geraldo Coelho (1997). *Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges*. In *O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos*; Porto: Edições Afrontamento.
- Dimier, Pe. Anselme (1999). *Stones laid before the Lord. A history of monastic architecture*. Michigan: Cistercian Publications.
- Eaton, Ruth (2002). *Ideal Cities*. London: Thames & Hudson.
- Marques, Maria Alegria Fernandes (1998). *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- Martins, Ana Maria Tavares (2011). *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Sevilha (Espanha). Sevilha: inédito, policopiado.
- Martins, Ana Maria Tavares (2002). *Do Ideal no espaço monástico: Utopia e realidade. O caso cisterciense*. In *Utopolis journal – utopian studies*; nº 2. Madrid: Utopia Research Publisher.

Martins, Ana Maria Tavares (2004); El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea. in *VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación*. Tenerife: CICOP.ESPAÑA.

Martins, Ana Maria Tavares (2003). The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. Sta Maria de Alcobaça, a portuguese case. In *THE PLANNED CITY?*. Bari: Union Gráfica Corcelli Editrice.

Mattoso, José (1987). A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades in *Cidades e História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Serviço de Belas-Artes.

Regra do Patriarca S. Bento (RSB); traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga; Edições "Ora & Labora"; Mosteiro de Singeverga; 1992.

Saulieu, Èdeme (XVI); Carta de Visitação feita ao Mosteiro de Santa Maria da Estrela (Covilhã). trad. Saul António Gomes in GOMES, Saul António (1998). *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal – séculos XV-XVI*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).

NOTAS

↔ Licenciada em Arquitectura (1997) pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA-UTL). Doutora pela Universidade de Sevilha (Espanha) com a tese "As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no território". Docente do Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior onde lecciona disciplinas de História de Arquitectura, Teoria da Arquitectura e Desenho. Investigadora do C-MADE (Centre of Materials and Building Technologies) da Universidade da Beira Interior e do CEAA (Centro de Estudos Arnaldo Araújo da Escola Superior Artística do Porto). Principais linhas de investigação: Arquitectura Monástica, Protecção e Reabilitação do Património Arquitectónico.

Ferreira de Castro, História e Imaginário: dos Emigrantes, através d' A Selva, até A Lã e a Neve

António dos Santos Pereira
asp@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

In Ferreira de Castro's (1898-1974) literary production, apart from his life trajectory, the urban and rural portrait of the landscape, the Amazonia jungle, the Portuguese rural world, S. Paulo and Covilhã, many political, economic and social factors of both Brazilian and Portuguese history of the first half of the twentieth century are to be found: emigration, industrialisation, working class-culture, periodical Press and strikes. This article contains also a final note regarding alternative readings of Ferreira de Castro's work, particularly throughout the time of his own formation.

KEY-WORDS

Emigration, industrialisation, working-class, solidarity and love.

RESUMO

Na produção literária de Ferreira de Castro (1898-1974), além da sua trajetória de vida, do retrato das paisagens rurais e urbanas, a selva amazónica, o mundo rural português, São Paulo e a Covilhã, transparecem vários fatores políticos, económicos e sociais da História do Brasil e de Portugal da primeira metade do século XX: a emigração, a industrialização, a cultura operária, a imprensa

periódica e as greves. Neste artigo, fica ainda uma nota das leituras possíveis de Ferreira de Castro particularmente durante o seu período de formação.

PALAVRAS-CHAVE

Emigração, industrialização, cultura operária, solidariedade e amor.

INTRODUÇÃO

Até chegar à mais paradigmática expressão da cultura operária portuguesa, a Covilhã da década de Quarenta do século XX, manifesta no claro espelho d' *A Lã e a Neve*, quanto caminhou Ferreira de Castro?

O nosso autor não ficou indiferente a nenhuma das grandes questões do seu tempo e tratou estas com a grandiosidade da epopeia. As maiores concernem a emigração e a questão da solidariedade de classe, mas abordou, também em profundidade, os problemas sociais e os temas do quotidiano do seu tempo: a habitação e o amor, a alimentação, o vestuário e a higiene, a saúde e a cultura operária, a religião e a alienação. Nele, para todo o sempre, fica reportado um dos episódios mais gloriosos da luta operária portuguesa, descrito entre o estilo jornalístico e sociológico e o género romanesco: as greves na Covilhã de Novembro e Dezembro de 1941 que, em outra parte, considere mais do que incidentais, inerentes ao sistema produtivo na economia local desde os finais do século XIX (Pereira 2009). Crente na solidariedade de classe e na amizade e, em *A Lã e a Neve*, na lealdade, no amor e na família, no que ele nunca quis acreditar foi e cito no “verdadeiro amplexo entre as várias classes que compõem a sociedade” (Castro 1990: 302), palavras que colocou na boca do delegado do Governo que, nos finais da Segunda Guerra Mundial, inaugurava o bairro operário dos Penedos Altos na Covilhã e menos ainda na piedosa oração dos crentes para conseguir benefícios neste mundo. O sucesso internacional de *A Lã e a Neve* não pode ser esquecido em qualquer bibliografia dos lanifícios. Publicado pela primeira vez em 1947, atingiu a 16ª edição, em 2010, na Guimarães Editores em Lisboa e mais algumas, nas obras completas do autor no Círculo de Leitores desde 1985. A mesma obra foi editada também no Rio de Janeiro desde 1954, e traduzida e editada em várias línguas: em francês, sob o título, *Les Brebis du seigneur*, em Paris em 1950, com reedições posteriores; em italiano, como *Uomini come Noi*, em Milão em 1960; em espanhol, *Lana y nieve*, em Buenos Aires, em 1952; em checo, *Vlna a sněh*, em Praga, em 1952; em húngaro, *Nappényes házikó: regény*, em Budapeste, em 1952; em alemão, *Wolle und schnee*, em Bremen, em 1954; em eslovaco, *Vlana a sneh*, em Bratislava, em 1954; em Flamengo, *De schaappes des heren*, em Gent; em russo, *Serst'i sneg: perevod s portugal'skogo*, em Moscovo, em 1959 etc.

Aqui, junto as três peças romanescas anunciadas no título: por *A Selva* remeter para a história pessoal de Ferreira de Castro e por *Emigrantes e A Lã e a Neve* terem sido ligadas pela figura de Manuel da Bouça e ainda por, nesta última obra, encontrar os selos ideológicos do autor na referência discreta à emblemática figura da história do movimento operário português, Azedo Gneco (1849-1911), e se levantar a esperança da solução dos problemas coletivos e resolver a questão da alienação individual no encontro pleno entre dois seres que se amam. Em Ferreira de Castro, o amor é a chave da integração do macro com o microcosmos, afinal, à maneira clássica e cristã.

UM ÉPICO DO SÉCULO XX OU UM CRIADOR DE EPOPEIAS TÃO DIFERENTES DAS DE QUINHENTOS

«Famintos de pão e de futuro»

(Castro 2001: 81)

Depois de em outra parte estudar demoradamente o percurso de José Augusto de Castro (1862-1942) (Pereira 2010: 119-131), abordo, pois, agora e aqui, alguém com o mesmo nome de família, em idêntica epopeia, entre Portugal e o Brasil, similar formação de autodidata, também paladino da amizade e do amor, igual empenho e semelhante capacidade de leitura das mazelas sociais e análoga exposição às teses anarco-sindicalistas e socialistas libertárias, parecida entrada precoce no mundo do trabalho e a mesma paixão pela imprensa periódica: Ferreira de Castro. Porém, este, dono de uma obra literária do mais largo esplendor, diria universal, embora paradoxalmente enraizada, em um e outro dos lados do Atlântico, onde tanto exalam a flor dos salgueiros e a resina dos pinhais do vale do Caima como os seringais do rio Madeira na Amazónia e ora se ouvem melodias italianas e cantigas portuguesas e galegas, ora os coros dos marinheiros do Danúbio e do Volga. Aos oito anos, órfão de pai, demonstra amor particular às letras em paradoxal superior Instrução Primária e, ainda antes de completar os treze anos, parte para a selva Amazónica a fim de garantir a subsistência. Episódios eloquentes de chegada e partida repetir-se-ão em todas as suas narrativas, sempre, também, a paixão pelos livros e pelos jornais e, nestes, pela cultura operária de que ele deve ser considerado um dos mais lídimos portadores, antecipando os consagradíssimos autores neo-realistas portugueses, Alves Redol (1911-1969) e Soeiro Pereira Gomes (1909-1949).

Precoce, compõe os seus primeiros textos aos catorze ou quinze anos e inicia uma demonstração de talento e vocação de escritor digno do prémio Nobel que as contingências do tempo não lhe proporcionaram. Não considerarei toda a obra literária de Ferreira de Castro. Farei referências a *A Selva* e a *A Lã e a Neve*, mas abordarei em exaustão *Emigrantes*, que escreveu entre 1925 e 1927 e publicou quanto completava três décadas de vida e o confirmava na qualidade suprema do grande literato: capacidade de leitura da realidade e de transmissão da mesma ao maior número possível de leitores na singular adequação das formas artísticas aos conteúdos temáticos. Sem dúvida, trata-se de um romance, podendo encontrar nele todas as categorias deste género literário qualquer que seja a perspectiva. Todavia, por eu ser historiador de formação, quis ir, além da esfera literária, até às referências ideológicas, sociológicas e políticas, demonstrando que é possível vincular historicamente a trama da narrativa, desde a abertura ao encerramento, paradoxalmente aberto, até *A Lã e a Neve* em que a fecha.

O tempo da narrativa de *Emigrantes* cumpre-se numa década: um ciclo recorrente na criação artística ocidental e portuguesa. O início é-nos indicado pelo autor com a notícia de Cunha Leal, no Ministério, decerto, das Finanças em 1920, indício de uma expectativa a que outro professor de Coimbra responderá noutro jeito mais tarde em contexto de ditadura. Tenho dificuldade em conciliar o dito tempo da narrativa, dez anos, com o ano da edição, 1928. Conjugando as referências históricas brasileiras e as portuguesas, reduziria

aquela apenas a sete ou oito anos, números também significativos, entre 1920 e 1927. Em 1919, o autor desloca-se do vale do Amazonas para o Rio de Janeiro e particularmente para São Paulo, onde assiste a movimentos grevistas de massas e conhece os ambientes que reproduz em *Emigrantes*. Antecipando o trajeto da figura central deste quadro épico, Manuel da Bouça, o nosso autor regressa a Portugal na véspera de fazer emigrar este das terras do vale do Caima para as do café paulista. O tempo de permanência de tal personagem em terras brasileiras corresponde, mais ou menos, ao número de anos de trânsito do nosso autor pelas mesmas, entre 1911 e 1919, no Vale da Amazónia. Assim, poderíamos considerá-lo um alter-ego ou um heterónimo, mas com menos instrução, que ele deixa ou coloca no Brasil depois do seu regresso a Portugal.

As perspectivas anarco-sindicalistas de Ferreira de Castro transparecem, ao longo da sua obra, tomando partido pelos explorados de todo o mundo contra os exploradores de todo o mundo e contra todos os mitos de enriquecimento fácil e rápido, designadamente a febre do ouro, por parte dos portugueses que os levou e continua a fazer preterir o amor, o afecto e a família. Neste sentido, é também um romance de componentes psicanalíticas parecendo-me ter influenciado profundamente as opiniões dos que fizeram o trânsito entre Ferreira de Castro e a nossa geração: Em particular refiro-me a Eduardo Lourenço. Curiosamente, tanto Ferreira de Castro, ao atingir a maioridade, como Miguel Torga, ainda jovem, cumprem uma inversa navegação, para se realizarem plenamente em Portugal.

BRASIL E PORTUGAL, NOS ANOS VINTE, TEMPO DA NARRATIVA DE EMIGRANTES E DE A SELVA, E O ESSENCIAL DE UMA MENSAGEM QUE SALAZAR NÃO ENTENDERÁ

«Defender ideias não era crime nenhum»

(Castro 1978: 228).

As componentes civilizacionais que transparecem nas páginas dos primeiros romances de Ferreira de Castro pouco adiantam às que o século XIX trouxera como elementos de progresso: o vapor, o jornal e o parlamento. Quanto ao regime político, em que os mesmos foram concebidos, a Primeira República Portuguesa significou aproximação ao Brasil, todavia, em formato bem diferente daquele que a deslocação da Corte, de Lisboa para o Rio de Janeiro, significara um século antes. Agora, o país aderira ao regime implantado ali havia uma geração. A grandeza do Brasil significava a capacidade realizadora dos portugueses e justificava o investimento na nova opção colonial africana. Todavia, na melhor das tradições do federalismo republicano, permitia a retoma de um novo destino comum luso-brasileiro (Rodrigues 1917) e a eliminação do complexo que se desenvolvera ao longo do século XIX de um Portugal Anão no seio das grandes nações. Em alguns espíritos, a federação dos estados lusos poderia refazer a ideia utópica de uma grande pátria portuguesa à volta do Atlântico-Sul como havia quatro séculos quisera D. João II em Portugal pessoalmente a haver. Entretanto, as Terras de Vera Cruz continuavam apenas como destino preferencial da emigração portuguesa que agora se tornava emigração de massas depois da abolição da escravatura e deixava de beneficiar de acolhimento privilegiado como parece notório nas narrativas de Castro, conservando, todavia, alguma dignidade, manifesta no bom acolhimento

enquadrado legalmente pela Agência Oficial de Colocação (Castro 2001: 131) e apoiado na dita Hospedaria dos Emigrantes em São Paulo (Castro 2001: 126), ainda que na mais sarcástica ironia, dado que, no tempo da escrita de Castro, a mesma acolhia presos políticos em algumas das suas alas (1924).

Ao longo desta e de outras obras romanescas, Ferreira de Castro distingue-se de qualquer outro literato português pela capacidade de incutir enérgica vibração espiritual tanto às paisagens naturais, que descreve de preferência ao amanhecer ou ao anoitecer, como aos grupos e colectivos humanos, de qualquer origem, em trânsito permanente, através da perspectiva íntima de uma das suas personagens, que podemos considerar seu desdobramento pessoal à maneira do que Pessoa, no mesmo tempo, resplandecia nos seus poemas. Para comprovar a afirmação, siga-se Manuel da Bouça em *Emigrantes* (1928), Alberto, em *A Selva* (1930), Horácio, em *A Lã e a Neve* (1947) e remeta-se ao limbo de *Rugas Sociais* (1918), de Silvestre Valente, seu pseudónimo. Todavia, também não trago novidade ao notar a opção do nosso Castro pelos heróis coletivos, apesar de qualquer das suas obras centrar a narrativa numa personagem individual, alter-ego latente, no caso de *Emigrantes*, Manuel da Bouça, para frisar a sua ascendência rural. Do nome Manuel, não podemos inferir qualquer significado, menos ainda o sentido bíblico messiânico que encerra. Trata-se apenas de um nome próprio tão vulgar como Maria. No entanto, à alcunha Bouça, devemos atribuir o significado do lavrador de courelas das terras altas e pobres, junto aos escalvados dos montes, para onde foram atiradas, ao longo dos tempos, as gentes menos afortunadas do mundo rural a fim de semearem o centeio de escassa espiga em situação oposta aos proprietários e lavradores das lezírias de aluvião.

Em 1920, Ferreira de Castro, que deixara o Brasil no ano anterior, caminhava para a sua afirmação como romancista de talento congénito e dimensão universal. Na senda de patamar ao mesmo nível, concretizado anos mais tarde na fundação da SPA, apenas encontro o seu amigo Aquilino Ribeiro (1885-1963), embora este, já então conceituado. Ambos republicanos e libertários, aquele com um vínculo intenso ao Brasil, este, a França, e um respeito mútuo invulgar, que se prolongará até ao final da vida. Nos dois, o propósito épico de viver dos direitos de autor no seu país maioritariamente analfabeto. Decerto, terão trocado elementos quanto às técnicas de composição das narrativas e da elaboração da estrutura das obras romanescas. Já confirmei que a mestria de Nemésio beneficiou dos ensinamentos do beirão das *Terras do Demo* (Pereira 2007: 37-67). Esta jovem geração, a que acrescento o terceirense Jaime Brasil (1896-1966) (Alves 2006), sobretudo jornalista, e ainda uma plêiade de grandes figuras de que cito duas, tão distintas, como Abel Salazar (1889-1946) e Vieira de Almeida (1888-1962), sem empenho político imediato, coincide frequentemente em perspectivas sociais e políticas entre o micro e o macrocosmos, o singular e o universal, o local e o planetário, e parece-me jamais se ter condicionado ao poder estabelecido ou à corrente dominante, em paralelo a um outro conjunto de personalidades também talentosas que cumpriam trajectórias de fulgor nas letras e também na política progressista, em particular, alguns membros da Renascença Portuguesa, Jaime Cortesão, (1884-1960) Leonardo Coimbra (1883-1936) e Álvaro Pinto (1889-1956) e os sobredotados jovens comunistas Bento de Jesus Caraça (1901-1948) e Álvaro Cunhal (1913-2005). Do amplo movimento da Presença, o nosso autor pode ter colhido a expressão de um

novo humanismo universalista e cosmopolita. Não tendo entrado na polémica sebástica, poder-se-á também inferir uma certa oposição de Ferreira de Castro ao luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias (1875-1941). Esta figura de proa da geração anterior recuperava, então, na qualidade de historiador, a sua imagem que fora ofuscada, particularmente no Brasil, com a publicação do romance naturalista *A Mulata* (1896). Curiosamente, em *Emigrantes*, Castro traça o perfil da mulata Benvinda, que parece querer redimir, intencionalmente, da prostituição, aquela Honorina, pela via do trabalho, da dedicação, do afecto e desprendimento. Sem falsos moralismos, crente profundo na capacidade do homem, ao nosso autor interessava sobretudo o combate contra todo o tipo de exploração e aqui coincide com o outro Castro que citei acima.

Os primeiros anos da década de vinte decorrem em clima de grande transformação em Portugal. Depois das últimas grandes investidas monárquicas de 1919, de que Ferreira de Castro fará eco em *A Selva*, estabelecido o regime em termos políticos, as grandes personalidades republicanas afastam-se do espaço público português e deixam um vazio trágico de mau prenúncio: Afonso Costa representa o país na Sociedade das Nações (1920); Brito Camacho segue para alto-comissário em Moçambique (1920-1923); Teófilo Braga falece (1924). Os governos sucedem-se vertiginosamente com algumas figuras como Domingos Leite Pereira ou Francisco da Cunha Leal a suscitarem expectativas. Este aparece citado em *Emigrantes* e antecede a saída de Manuel da Bouça para o Brasil.

As Terras de Vera Cruz, com uma economia baseada nas exportações do café e da borracha, uma sociedade oligárquica, sob a governação personalista de Artur Bernardes (1875-1955), 12º Presidente do Brasil (1922-1926), deixavam largas camadas da sociedade de fora dos benefícios provenientes do crescimento económico predispostas a revoltas como a do General Isidoro que Ferreira de Castro evoca. Noutro âmbito, decerto, Ferreira de Castro sente os efeitos negativos da publicação da conhecida Lei infame ou Lei Adolfo Gordo, seu relator no Senado, em 1923 e da prisão dos diretores do *Correio da Manhã*, Mário Rodrigues, e do *Diário de Notícias*, Macedo Soares, cume de uma escalada contra a liberdade de expressão a que a imprensa já estava habituada. Em 1924, São Paulo, onde Ferreira de Castro coloca Manuel da Bouça, a principal personagem da narrativa, transformara-se em campo de batalha com dimensões políticas e sociais ímpares no contexto planetário. O movimento operário paulista com um órgão de imprensa periódico como arauto, contrariamente aos princípios anarco-sindicalistas, participa na revolta política. Ferreira de Castro põe duas ou três das suas personagens a intervir na mesma e traça o seu desfecho. Os problemas políticos, económicos e sociais da década em causa, em todo o mundo, são trágicos e Portugal e o Brasil não ficam de fora. No Brasil, aumentam os conflitos entre as grandes oligarquias de base rural: produtores de café do Estado de São Paulo face às restantes. Em Portugal, a pequena propriedade no Norte do País continua a lançar os excedentes demográficos para a emigração ou migração interna sazonal para os latifúndios do Sul do País. Nas metrópoles, aqui, em Lisboa e no Porto, além, no Rio e em São Paulo, o descontentamento social acentua-se. A formação dos partidos comunistas está em marcha em ambos os países. Em 1921, O Partido Comunista Português forma-se a partir da Federação Maximalista Portuguesa. No Brasil, Luís Carlos Prestes empunha a bandeira da militância

e o Partido Comunista Brasileiro é fundado em 1922. Em período de desenvolvimento de nacionalismos e patriotismos, conforta, em Ferreira de Castro, a manifestação de um claro internacionalismo, de solidariedades entre pessoas das mais diferentes origens. Notória, por exemplo, a demonstração da melhor convivência entre Manuel da Bouça e o italiano, que lhe coube em companhia na fazenda de café de Santa Efigênia, e simpática, a representação épica de todas as nacionalidades que aportavam ao Brasil. Tendo estado em São Paulo em 1919, Ferreira de Castro tomara conhecimento dos movimentos de caráter ideológico que ali sedimentavam a revolta contra um estado social assente na dominação e na oligarquia agrária maioritariamente dedicada à monocultura do café, necessitada de levas de emigrantes, depois que o anterior modo de produção deixou de poder contar com o trabalho escravo da senzala. Ferreira de Castro captou o processo e transpô-lo em forma romanesca. Os contratos de um ano com os fazendeiros, celebrados á chegada ainda no porto de Santos, facilitavam a entrada no Brasil e, ao fim daquele período, aqueles ficavam disponíveis para o mercado de trabalho industrial e comercial na grande metrópole paulista. Em simultâneo, tal oferta de trabalho braçal fazia diminuir os salários para o nível da mera sobrevivência. No final da década de vinte, São Paulo tornara-se uma grande cidade industrial. Em 1929, contava 6.923 empresas face às 326 de 1907 (Silva 1986: 79). Neste meio, as doutrinas anarquistas e comunistas ganhavam adeptos facilmente. Entre os órgãos da imprensa periódica paulista e de mais larga circulação e eco, conta-se *A Plebe*, que Castro conhecia bem e cita. A força dos ideais anarquistas advém-lhe da crença profunda na bondade do homem despido de preconceitos sociais, aderente ao valor perene da liberdade responsável sem necessidade de transferir para o Estado a sua efetiva capacidade de auto-organização, garantida pelos sindicatos. As manifestações de solidariedade vividas por Manuel da Bouça ao longo do romance, cujo essencial da narrativa decorre entre a fazenda e o espaço urbano de São Paulo, confirmam a perspetiva. Porém, o optimismo anarquista não se aplicava ao mundo rural português secularmente alienado a todos os níveis.

Entre 1920 e 1927, ao mesmo tempo que compõe a epopeia dos *Emigrantes* e intervém na imprensa periódica, que lhe garantia o sustento, como ele mesmo confessa, Ferreira de Castro vai editando outras obras e amadurecendo as suas perspetivas ideológicas mais próximas do PCP. Em 1920, dirige *O Luso*; Em 1921, *Mas...*; em 1922, publica um dos livros que excluiu do seu currículo, *Carne Faminta*, e entre Março e Abril, dirige a publicação dominical dos primeiros seis números de *A Hora: Revista Panfleto de Arte, Actualidades e Questões Sociais*; em 1923, publica *O Êxito Fácil* e *Sangue Negro*, que excluiria do seu currículo; em 1924, *A Metamorfose* e a novela *A boca da esfinge*, esta, em conjunto com Eduardo Frias; em 1925, *Lendas de Lirismo e de Amor* e *A Morte Redimida* que também eliminou da sua trajetória literária; em 1926, a novela *A peregrina do mundo novo* e *A epopeia do trabalho*; e em 1927, *Voo nas trevas* e *A casa dos móveis dourados*.

Custa perceber a limpeza de currículo que Ferreira de Castro levará a cabo de algumas das peças deste tempo. Decerto, por descobrir alguma nota menos feliz por falta de informação, dada a sua juventude e a forma de escrever sustentada ora na memória ora em súmulas de apontamentos. De facto, nas primeiras páginas de *Emigrantes*, quem conhece o mundo rural português notará um

quadro primaveril impossível que denuncia o afastamento do autor ainda muito jovem em relação ao mesmo:

“Fazendo sentinela à terra pródiga, duas cerejeiras contrastavam, pela sua frescura e opulência da folhagem, com a figueira árida – apesar de muito mais feliz do que a bíblica, pois Judas fora substituído por uma grande abóbora amarela, que pendia da primeira forquilha”

(Castro 2001: 19).

As abóboras amarelas pendentes de alguma figueira ou outra árvore são uma realidade de Outono, não, da Primavera. Outras imprecisões concernem ao período da tosquia que afirma fazer-se em Junho (Castro 1990: 57), a grossura da terra do chão serrano, onde diz «a um metro, às vezes ainda menos», devia dizer a um palmo, às vezes ainda menos (Castro, 1990: 79) e custa acreditar em sardinhas ao jantar em dia de Inverno (Castro 1990: 201). A dialéctica recorrente no jovem Castro levou-o a alguns exageros que ele mesmo achou por bem corrigir anos mais tarde depois de mais leituras, maturidade e conhecimentos.

O romance *A Selva* enquadra o tempo da sua narrativa entre o exílio de um jovem que participou nas movimentações monárquicas, designadamente a revolta de Monsanto de Janeiro de 1919 em que participaram João de Azevedo Coutinho, Aires de Ornelas de Vasconcelos, que Ferreira de Castro cita como o Vasconcelos (Castro 1978: 37 e 70-71 e Correia 1919). O jovem da narrativa de Ferreira de Castro foge para a Espanha e, de imediato, para o Brasil, sendo amnistiado em 1921 (Castro 1978: 225). O tempo breve da narrativa é o de uma descida aos infernos. A personagem principal, Alberto, traz à memória ou verbaliza em diversos momentos os motivos que deram origem à sua fuga para o Brasil, em situação de deslocado contra a sua vontade (Castro 1978: 37 e 70).

Além da experiência pessoal na selva amazónica, vivida ainda muito jovem, Castro teve acesso a um conjunto de informações disponibilizadas por relatórios de expedições científicas pelo Instituto Oswaldo Cruz àquela, alguns elaborados quando ele viveu na mesma, cerca de uma década antes do herói da sua narrativa, Alberto. Relembro que Ferreira de Castro partiu para o Brasil em 6 de Janeiro de 1911, viveu no seringal Paraíso, desde 6/7 de Março de 1911 até 28 de Outubro de 1914, no apogeu da extração da borracha. No último ano de permanência no mesmo, Ferreira de Castro, o “Zé Português”, ganhava 30.000 rs mensalmente e liquidava então as dívidas e os custos da passagem. A personagem Alberto vive no seringal nos dois primeiros anos da década de 20 já na decadência da produção da mesma.

Bem antes do programa neo-realista de levantamento das questões sociais através da literatura nos vários espaços do território português, Ferreira de Castro enquadrava dois espaços brasileiros, em narrativas, em simultâneo tempo histórico, a Amazônia, em *A Selva*, e São Paulo, em *Emigrantes*.

PORTUGAL DOS ANOS QUARENTA NO TEMPO DA NARRATIVA DE A LÃ E A NEVE

«A ludibriar o estômago e o tempo»

(Castro, 1990:285).

“Horácio”, “Pedrada no Piloto” (Castro, 1990: 58), “Andorinhas da Covilhã” (Castro, 1990: 254) que, “ao fim da tarde, pousavam nos fios telegráficos e quedavam-se a ver do alto a cidade” mas que ainda hoje me impressionam esvoaçando sobre o casario mais antigo da cidade nas manhãs de Primavera, “A Casa”, ou “O Homem Novo”, podiam substituir o título do romance *A Lã e a Neve*, conjunto de três novelas, ligadas pela figura de um pastor que foi militar e havia de ser operário: A primeira parte intitula-se “Os Rebanhos”, a segunda “A Lã e a Neve”, e a terceira “A Casa”. *A Lã e a Neve* convoca as narrativas anteriores em alguns lugares que a compõem: uma figura central cujo nome podia dar o título à obra; a iniciativa de fuga à fatalidade de uma vida rotineira e pobre, que cabe ao homem; a expectativa colocada em um Messias para sair daquela em outro espaço, que sai frustrada; a confirmada solidariedade entre iguais ou membros da mesma classe, pastores, operários; o rito de passagem, Inverno/ Primavera.

Na Covilhã, a expectativa de auxílio e a consequente frustração estavam no merceiro Marques (Castro 1990: 42). Afinal, a solidariedade virá do Peixoto, de Aldeia do Carvalho, como ele, também pastor (Castro 1990: 46). O tempo histórico fica nesta obra mais bem referenciado do que nunca. A acção decorre durante a Segunda Grande Guerra e é o tempo da construção do bairro de casas sociais dos Penedos Altos, em período em que toda a Beira atinge os seus máximos demográficos. Nos finais da década de Quarenta do século Vinte, os distritos de Castelo Brando e Guarda atingiam 653.586 habitantes, mais 255.826 do que em 2001 (Pereira 2009: 179). Procede-se a mais uma transformação da Praça do Pelourinho e inaugura-se um dos ex-libris da Covilhã: O Mercado Novo (Castro 1990: 40). A perversão e a falta de moralidade e de ética cabem às classes superiores, cujos investimentos tinham o retorno idêntico ao das viagens à Índia, no século XVI. O grupo de operários covilhanenses, particularmente radicado na Aldeia de Carvalho, consigna a melhor cultura operária, jamais descrita de forma tão sublime na sua dignidade (Castro 1990: 173 e 179). A mulher aparece finalmente na história das lutas operárias e figura de forma ímpar nos romances de Ferreira de Castro. A tradicional causa da habitação operária entra cedo na narrativa na transição da casa semirrural de Manteigas e operária da Covilhã que abordei em outro lugar (Pereira 2002: 63). Notem-se os respetivos quadros em Ferreira de Castro:

* A casa beirã, em Manteigas:

“As casas, negregosas, velhentas, colavam-se umas às outras, com a parte inferior de granito escurecido pelo tempo e a parte cimeira com folhas de zinco enferrujadas a revestirem as paredes de taipa, mais baratas do que as de pedra. Este e aquele casebre exibiam apodrecidas varandas de madeira e outros, mais raros, umas escadas exteriores, coroadas por um patamarzito quadrado, logradouro do mulharedo nas horas do paleio com as vizinhas”

(Castro 1990: 25).

* O interior da casa operária, na Covilhã:

“Uma quadrazita de paredes tão velhas e enegrecidas como as exteriores. Ao fundo, estava a cama de ferro e a mesa-de-cabeceira. Ao centro, uma mesita e duas cadeiras, tudo isso já muito usado. À esquerda, havia uma arca de pinho e, à direita, o fogão, que semelhava também uma mesa, com cobertura de tijolo (...). Só a cantareira era nova, branquejando ainda as suas tábuas sem pintura”

(Castro 1990: 270).

Os espaços covilhanenses, as duas ribeiras, Carpinteira e Goldra, espaços de implantação industrial, a casa, a fábrica, o Jardim e o Pelourinho são descritos minuciosamente por Ferreira de Castro, mas também as vielas, onde moravam os operários, “de crianças farroupilhas, mulheres mondongas, velhas desgrenhadas, cães e gatos vadios” (Castro 1990: 272) e os grandes planos da cidade, paradoxalmente, «pequena, acolhedora e pacata» (Castro 1990: 297), contemplada desde as Portas do Sol (Castro 1990: 283-284). Mais ainda, Castro referencia as marcas da História Portuguesa numa cidade do Interior, carregadas de sentido ideológico: a Praça da República e a Rua Azevedo Gneco, onde ou perto aparece, velho e corcovado, o Manuel da Bouça, de *Emigrantes*, que fora parar à Covilhã, uma espécie de Frei Luís de Sousa, que acabava como mendigo, contando a sua história “de vencido” (Castro 1990: 268) a quem passava (Castro 1990: 267):

“Contava que tivera uma casa e tivera terras e perdera tudo porque quisera viver melhor do que vivia. E que haviam sido outros homens que lhe tiraram quanto era dele. Que atravessara os mares, rolara por terras distantes, trabucara como um negro e nunca amelhara nada porque em toda a parte existiam homens que tinham mais poder do que os outros e ficavam com tudo quanto podiam. Depois nadara aos trambolhões em Portugal, de uma banda para outra, a ver se ainda levantava cabeça. Mas nunca o conseguira. Cada um só tratava de si e não se importava com os demais. Até a sua filha e o seu genro o haviam desprezado, quando souberam que ele não trouxera vintém lá nas terras por onde andara. Aquilo não tinha remédio algum e havia de ser sempre assim. Os homens eram como eram e não havia jeito a dar-lhes. Quem tinha sorte, tinha; quem não a tinha, que rebentasse! Ali mesmo, na Covilhã, onde viera parar com os ossos, se não o punham no olho da rua é porque ninguém faria mais barato o trabalho que ele fazia no armazém...”

(Castro 1990: 268).

LEITURAS DE FERREIRA DE CASTRO

«Sobre a pequena mesa viam-se os livros de Marreta, alguns deles já embrulhados em velhos jornais»

(Castro 1990: 247)

Embora a Biblioteca e o Livro possam ser considerados nos espaços urbanos elementos civilizacionais do mundo que Ferreira de Castro viveu, reitero que nele mais transparecem a redação, a circulação e a leitura do jornal. Concedo, no entanto, a importância que a limitada livraria do seringal Paraíso, onde leu Eugénie Grandet (Emery, 1981: 35) e os recursos de instituições como a Biblioteca e Arquivo Público do Pará (Anais 1902-1983, tomos 8 e 9), o Museu Goeldi de História Natural e Ethnographia e o Instituto Histórico e Geográfico, de Belém do Pará, que frequentou, possam ter tido na formação do

nosso autor. A sua atenção aos mínimos pormenores da natureza coincide com os objetivos destas instituições.

Ao redigir *A Selva*, Ferreira de Castro cita como presença no Seringal o *Almanaque Luso-Brasileiro*, que se publicou entre 1851 e 1936, verdadeiro manancial de charadas, logogrifos e enigmas para localmente qualquer pessoa letrada ocupar os tempos livres. Ao seringal, espaço de deslocados, chegavam, também, jornais de vários estados do Brasil, designadamente do Rio Grande do Sul. Com efeito, em periódico da cidade de Pelotas, o nosso autor publicou o seu primeiro texto. A colaboração de Ferreira de Castro estará inserta em *A Alvorada - periodico litterario, noticioso e critico* e em *A Tribuna* ou no *Diário Popular* que se editaram no período. Sem dúvida, a juventude de Castro decorreu ao ritmo da leitura da imprensa periódica, então num certo apogeu, muita dela ecoando os textos das figuras epigonais do pensamento socialista, das teses sindicalistas, progressistas, materialistas e libertárias, depois de Ludwig Feuerbach (1804-1872) de Karl Marx. (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895): Georges Sorel (1847-1922), Antonio Gramsci (1891-1937), Ernst Bloch (1886-1944), Friedrich Nietzsche (1844-1900), Karl Kautsky (1854-1938), Max Weber (1864-1920), do luso-brasileiro Miguel Bombarda (1851-1910) e do basco Miguel de Unamuno (1864-1936). O nosso autor completou a sua formação ideológica nas escolas promovidas pelos anarco-sindicalistas e nas redações dos jornais que frequentou, *A Cruzada* (1916), *A Gazeta Lusitana* (1916), *O Jornal dos Novos* (1916) e o *Portugal* (1917-1918), cuja direção assumirá. Ao tempo e em toda a parte, a fidelidade do leitor ao jornal era garantida pela publicação no mesmo de poesia, novelas e romances em fascículos. Era assim tanto nos órgãos de grande circulação, *O Estado de S. Paulo* (1900-1922) e a revista *Vida Moderna* (1907-1929), como em jornais de classe, por exemplo, *A Plebe*, que Ferreira de Castro conheceu bem. Além destes, Castro cita *O Diário Popular* de S. Paulo. Decerto, nos anos em que viveu na Amazônia, leu *O Jornal do Comércio* (1904-2004) e *O Tempo* (1913-1917), publicados em Manaus, o *Almanaque do Portugal Luzo-Brasileiro* (1918), publicado no Pará, *A Tarde*, publicada em Belém do Pará (1915-1916) e a *Revista do Brasil* (1916-). Quando desembarcou em Portugal, o nosso autor tinha lido, nos seringais e nas longas viagens de navio, se não os principais autores brasileiros, pelo menos, notícias e trechos a propósito nos periódicos da época. Na dialética a que nos habituou, à *Plebe*, que lera em São Paulo, Castro opõe *O Liberal*, que se lia no alienado mundo rural português. Foi nos jornais que Ferreira de Castro publicou os seus primeiros textos e deles viveu quando se estabeleceu em Lisboa, nos Anos Vinte até ao início da década seguinte do século passado quando pôde passar a viver dos direitos de autor dos seus sucessos literários. Nesta rica imprensa de então, o jovem Ferreira de Castro teve acesso aos mais diversos géneros de textos. Pelo que nos diz, sabemos que lia, por prazer, de preferência Filosofia de acordo a entrevista dada a Lopes de Oliveira (*Diário de Lisboa*, sábado, 17 de Novembro de 1945). Todavia, não se encontram nele citações dos nomes dos grandes filósofos e apenas é possível supor a leitura dos grandes ideólogos socialistas considerados como tais.

Castro teve a mesma formação ideológica e foi influenciado por leituras de igual teor às do peruano José Carlos Mariátegui (1895-1930), três anos mais velho do que ele. Embora admita que o nosso autor conhecia alguma da literatura americana do seu tempo, ele confessa a sua paixão pelas literaturas francesa e

italiana e, obviamente, pela luso-brasileira. Decerto, leu *A Mulata* de Carlos Malheiro Dias ainda no Brasil e foi lido pelos seus contemporâneos, o português José Rodrigues Miguéis (1901-1980), que nele se pode ter inspirado em *Gente de terceira classe: contos e novelas*, e o brasileiro Nestor Duarte (1902-1970), além de ensaísta, romancista e autor de *Gado Humano* (1936). Discreto, Ferreira de Castro, coloca nas mãos dos operários covilhanenses, livros que não nomeia, mas eles lêem com interesse, mesmo quando pegam neles religiosamente pela primeira vez (Castro 1990: 161).

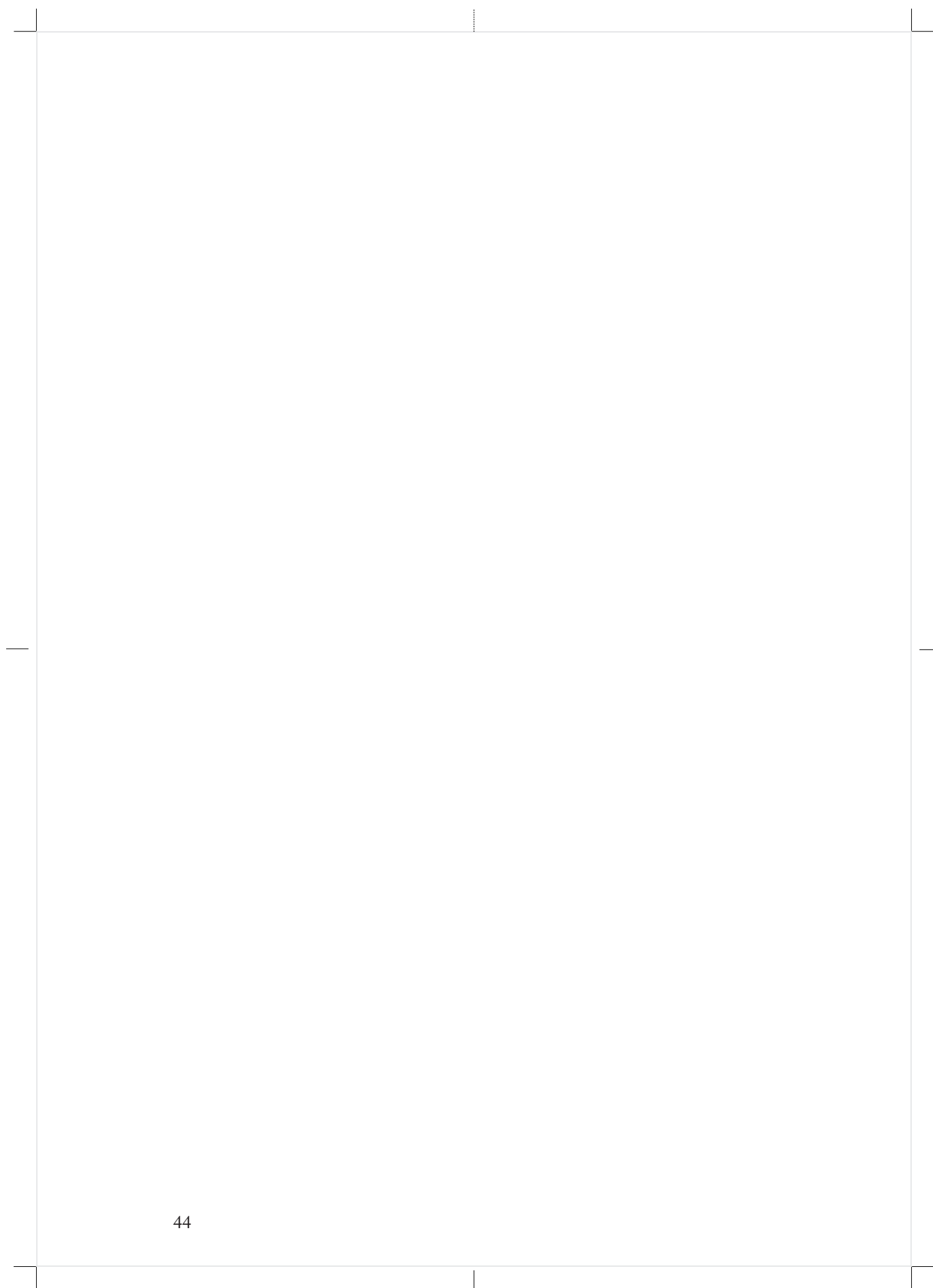
CONCLUSÃO

Não o tendo preocupado o absoluto rigor dos factos, mas sempre a verdade, confirmo uma segura base histórica nos enredos que a imaginação do romancista Ferreira de Castro elaborou. Assim, o nosso autor continua sobremaneira importante para a compreensão do tempo brasileiro e particularmente do português que viveu, daí decorrendo a necessidade da reedição cuidada das suas obras. Nesta, além das peças romanescas, deveria ainda ser levado em conta um cuidadoso levantamento da sua colaboração na imprensa periódica. Com esta, poderíamos completar o edifício ideológico progressista e observar as discretas traves que Ferreira de Castro lançou nas décadas difíceis entre os finais da Primeira República e a Revolução dos Cravos, no cerne do regime de Salazar. No entanto, na mais larga perspetiva da sua obra, descobriríamos que, para além dos informes ideológicos datáveis, que não deviam ser motivo de perseguição de ninguém, como ele deixou escrito, o que mais conta concerne aos valores perenes da solidariedade, da amizade e do amor, portanto, do humanismo que tudo deve sustentar e de que ele foi um paladino.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Ricardo António (2006). *Cartas a Ferreira de Castro*. Apresent., transc., notas e posf. Ricardo António Alves. S.l., s.n..
- Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Para (1902-1983)*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, particularmente tomos 8 e 9.
- Castro, Ferreira de (1978). *A Selva*. 31.ª ed.. Lisboa: Guimarães e C.ª Editores, 1978.
- Castro, Ferreira de (1990). *A Lã e a Neve*. 15ª ed.. Lisboa: Guimarães Editores.
- Castro, Ferreira de (2001). *Emigrantes*. 25ª ed.. Lisboa: Guimarães Editores.
- Correia, Felix (1919). *A Jornada de Monsanto – Um Holocausto Trágico*. Lisboa.
- Dias, Carlos Malheiro (1896). *A Mulata*. Rio de Janeiro: Quaresma.
- Emery, Bernard (1981). *L'humanisme luso-tropical selon José Maria Ferreira de Castro*. Tese de Doutoramento defendida em 1981, na Université de Provence. Grenoble: ELLUG, On-line.
- Ferreira, Marie-jo. *Os Portugueses do Brasil, atores das relações luso-brasileiras, fim do século XIX – início do século XX*. <http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/portugueses.pdf>.
- Gonçalves, Aracely Mehl e Nascimento, Maria Isabel Moura Nascimento. *A educação nas folhas do jornal "a plebe": 1917-1919*, <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/653/633>.

- Pereira, António dos Santos (2002). *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)*. Lisboa/Porto: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- Pereira, António dos Santos (2007). Aquilino Ribeiro, ao caleidoscópio, entre Paris, por Lisboa e a Beira Profunda., in *Letras Aquilianas*, n.º 1, pp. 37-67.
- Pereira, António dos Santos (2008). *Portugal Descoberto*, vol. II: *Cultura Contemporânea e Pós-Moderna*, Covilhã, UBI e FCT.
- Pereira, António dos Santos (2009). *Portugal Adentro. O Milénio Beirão*. Covilhã: UBI e FCT.
- Pereira, António dos Santos (2010). O combate de uma vida: José Augusto de Castro, fronteiro da República, entre o Brasil e Portugal. In *Praça Velha*. Guarda: Câmara Municipal da Guarda e Núcleo de Animação Cultural. N.º 27 (2010): 119-131.
- Rodrigues, Bettencourt (1917). Será possível uma nova e grande Lusitânia?. In *Atlântida*. Ano III, n.º 20.
- Silva, S (1986). *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1986.



Património cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica

Donizete Rodrigues¹

donizete@ubi.pt

Universidade da Beira Interior

Center of Research in Anthropology (Lisboa)

ABSTRACT

This text aims to discuss the concept of social memory, cultural heritage and the existing relations between these two concepts. Approached, as they are here, from an anthropological view point, rather than historical and/or archaeological, those concepts are considered as being social constructs, representation and signification collective constructed systems, shared and reproduced throughout time.

KEY-WORDS

Globalization, cultural heritage, social memory, identity, anthropology.

RESUMO

O objetivo deste texto é discutir o que é memória social, património cultural e identidade e a relação que existe entre estes três conceitos. Abordados a partir de uma perspetiva antropológica (e não histórica e/ou arqueológica), esses conceitos são considerados como constructos sociais, sistemas de representação e de significação coletivamente construído, partilhado e reproduzido ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE

Globalização; património cultural; memória social; identidade; Antropologia

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é discutir o que é memória social, património cultural e identidade, numa perspetiva antropológica. Ao fazer uma ‘arqueologia’ dos conceitos (Choay, 1992) e, principalmente, com base na ampla literatura sociológica e antropológica sobre este tema, sabemos que cada um destes conceitos é suficientemente complexo para ser estudado separadamente. No entanto, podemos justificar esta opção, de discuti-los em conjunto, com a forte relação que existe entre estes três conceitos: memória social, património cultural e identidade são constructos sociais, no sentido preconizado por Geertz (1973) – sistemas de representação e de significação coletivamente construídos, partilhados e reproduzidos ao longo do tempo.

Dada à enorme importância da globalização no processo de (des)territorialização cultural e construção de novas identidades, esta será a primeira questão a ser aqui abordada.

GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE(S)

A globalização, onde há uma estreita interação entre fatores económicos e culturais, numa escala mundial, provoca um fluxo migratório massivo de pessoas e uma forte dinâmica na produção, circulação e consumo de bens, materiais e simbólicos, produzindo, neste processo, multiculturalismo, hibridismo cultural (Bhabha 1994), identidades novas e transculturais (Sayad 1998; Castell 2010). O consumismo global de bens culturais, com a americanização do mundo – hollywood, pop music, coca-cola, McDonald (Ritzer & Ryan, 2004), cria ‘identidades partilhadas’ (Hall, 2002).

Seguindo as ideias de Zygmunt Bauman (1998), principalmente a expressão «time/space compression» (p. 02), podemos afirmar que a globalização é a compressão, a diminuição do espaço geográfico pelo encurtamento do tempo; o que acontece num determinado lugar tem um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância (Hall, 2002). Isto é, através dos modernos meios de transporte e de comunicação, as informações, as culturas, as religiões, as ideias, os modos de vida de diferentes grupos/sociedades são divulgados e partilhados por outras pessoas, em espaços diferentes e agora já não (tão) distantes.

A globalização possibilita o acesso massivo aos transportes e às comunicações e, por isso, põe em causa as fronteiras territoriais locais e a relação entre lugares/localidades e identidades (Bauman 1998). Os fortes fluxos migratórios transcontinentais e a rápida circulação, em tempo real, de informações e ideias provocam dissociações entre lugares e culturas (Agier 2001). Na verdade, a globalização, no contexto da (pós)modernidade, provoca novas (des) territorialidades, transitoriedades espaciais, «não-lugares» (Augé 1994) e, consequentemente, novas identidades, sociais e étnicas. Portanto, no contexto atual da pós-modernidade, a globalização produz, inevitavelmente, uma forte diversificação no processo de construção identitária.

Segundo Paiva (2000), «cumprir situar o local (nacional ou regional) no contexto mundializado porque apesar de todas as tendências de homogeneização,

fervilham hoje diversidades e diferenças caracterizando distintamente sociedades e culturas no novo sistema mundial» (p. 01-02).

A globalização, ao aproximar diferentes grupos étnicos, culturas, religiões, provoca um «choque» de culturas (Huntington 1996). No que se refere à construção identitária em escala global (Castells 2010), a migração transnacional produz, no contexto dos já complexos mosaicos étnicos-culturais-religiosos, não só múltiplas identidades, mas principalmente «contested identities» (Loizos & Papataxiarchês, 1991). Mas o que são «contested identities»? As «identidades contestadas» são identidades negociadas, reivindicadas, indefinidas, fluidas, em processo constante de construção e afirmação.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

Uma primeira questão que surge nesta discussão é: identidade ou identidades? Somos possuidores de uma identidade ou de várias identidades? Segundo Maalouf (2003), cada indivíduo possui uma identidade composta de muitas afiliações e pertenças. Na verdade, existe em todas as sociedades uma enorme variedade de identidades (mulher, homem, hetero/homossexual, jovem, adulto, 'black/white', etc). Por isso, alguns autores diferenciam identidades individuais de identidades culturais/sociais e, portanto, coletivas. O tema das identidades individuais é antropológicamente muito interessante, mas a proposta deste texto é abordar somente o conceito de identidade social/cultural e a sua relação com os conceitos de património e memória.

A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo (Cruz 1993). Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre «ego» e o «alter», entre «nós» e os «outros».

As identidades, que são diferenciações em curso (Santos, 1993), emergem dos processos interativos que os indivíduos experimentam na sua realidade quotidiana, feita de trocas reais e simbólicas (Maalouf, 1998). A construção da identidade, seja individual ou social, não é estável e unificada – é mutável, (re) inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re) negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo.

A sociedade (e/ou grupo) constrói e reproduz a sua identidade através do apego constante ao seu passado, mitológico, histórico e, principalmente, simbólico-religioso. Invertendo a lógica da questão, podemos dizer que as sociedades são resultados de processos (mitológicos e históricos) de (con)textualização e de (des/re)contextualização de identidades culturais, ao longo do tempo (Santos 1994).

Associado (quase) sempre ao étnico (Jenkins 1994; Fenton 2004), o fator religião desempenha um papel muito importante no processo de construção identitária; o sistema religioso, na lógica funcionalista (Durkheim 1912), é um dos principais meios de construção de solidariedades e de representações identitárias. Como já referimos em outros trabalhos (Rodrigues 2007, 2012), toda a religião, todo o universo simbólico-religioso, implica uma mobilização específica da memória coletiva e de sua transmissão e reprodução social. A

religião é um modo de construção social da realidade, um sistema de referências ao qual os atores sociais recorrem, espontaneamente, para refletir o universo (contexto social, cultural e identitário) no qual vivem.

PATRIMÔNIO CULTURAL

O património tem com a identidade inúmeras e variadas relações. Como atributo coletivo, o património é um elemento fundamental na construção da identidade social/cultural e, simultaneamente, é a própria materialização da identidade de um grupo/sociedade (Choay, 1992; Schiele 2002; Peralta & Anico 2006).

Mas o que é património cultural? É o conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo. O património faz recordar o passado; é uma manifestação, um testemunho, uma invocação, ou melhor, uma convocação do passado. Tem, portanto, a função de (re)memorar acontecimentos mais importantes; daí a relação com o conceito de memória social. A memória social legitima a identidade de um grupo, recorrendo, para isso, do património (Martins 2011).

O património expressa a identidade histórica e as vivências de um povo. O Património contribui para manter e preservar a identidade de uma nação daí o conceito de identidade nacional, de um grupo étnico, comunidade religiosa, tribo, clã, família (Choay, 1992). É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras. É o conjunto de símbolos sacralizados, no sentido religioso e ideológico, que um grupo, normalmente a elite, política, científica, económica e religiosa, decide preservar como património coletivo. Portanto, há uma legitimação social e política do que é (ou não) património.

É importante realçar esta ideia da manipulação ideológica do que pode ser ou não património; quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo. Neste sentido, o património é um constructo social (Prats 1997), é uma invenção, ou por outras palavras, uma versão apenas de uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico (Peralta 2000). Neste caso, considerando a estreita relação entre património e identidade, a identidade de um grupo/sociedade é sempre um processo seletivo e fragmentado.

A MEMÓRIA SOCIAL

A Antropologia cultural procura entender como as sociedades, dos primórdios até hoje e em diferentes regiões do mundo, produzem, reproduzem e materializam o saber, isto é, como as diferentes sociedades formam e transmitem o seu conhecimento acumulado ao longo dos tempos. Dito de outra forma, como elas formam e transmitem a sua memória social (Connerton 1989; Olick 2011).

A análise antropológica da memória social foi muito influenciada pelas Escolas histórica e sociológica francesas. A historiografia de Philippe Ariès e Pierre

Nora defende que a cultura popular, a história da vida familiar e a religiosidade são elementos importantes na construção social da memória. Quanto à Sociologia, a influência veio principalmente através do ex-aluno e discípulo de E. Durkheim, o filósofo e sociólogo Maurice Halbwachs, considerado o expoente máximo da «sociologia da memória coletiva».

Segundo Halbwachs, «it is in society that people normally acquire their memories. It is also in society that they recall, recognize, and localize their memories» (1992: 38).

Para este autor, a memória, como fenómeno social, é coletivamente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como o património cultural (ou como um património cultural), a memória social é dinâmica, mutável e seletiva; seletiva porque nem tudo o que é importante para o grupo fica «gravado na memória», fica registado para as gerações futuras.

Há uma questão pertinente nesta discussão sobre memória: existe uma memória individual ou ela é necessariamente coletiva? Segundo Halbwachs (1992), a memória individual (se é que ela existe) é construída necessariamente a partir e no interior de um grupo; portanto, de uma memória coletiva e de uma memória histórica. A memória histórica é entendida como o «passado vivido», constituído pela sucessão de acontecimentos/momentos marcantes na vida do grupo, da nação, do país, e que possibilita a construção de uma narrativa sobre o passado.

Qual é a relação da memória social com a identidade? Segundo Halbwachs (1992), a identidade reflete todo o investimento que um grupo faz, ao longo do tempo, na construção da memória. Portanto, a memória coletiva está na base da construção da identidade. Esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante unidade/coesão e continuidade histórica do grupo.

A memória pode ser entendida como processos sociais e históricos, de expressões, de narrativas de acontecimentos marcantes, de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do grupo (Cruz 1993).

A Antropologia tem demonstrado que todas as sociedades humanas produzem, diferentemente, objetos, ideias, representações simbólicas e comportamentos, que nós, os antropólogos, denominamos cultura. Esse património cultural, que pode ser material, ou seja, o que é visível, como os artefactos, e não-material, o que não é visível como ideias, comportamentos, sistema simbólico e religioso, é reproduzido e preservado através da memória social.

No entanto, é importante realçar que o património cultural não é só o que é materializado, escrito, musealizado e edificado, como é o caso da Arqueologia industrial. Como nos ensina a Antropologia, existe também a memória oral, a oralidade, considerada, nos contextos das sociedades ágrafas/primitivas/indígenas/nativas, como uma «escavação da memória», para utilizar uma linguagem arqueológica.

Mas, podíamos indagar, se vivemos num mundo dominado pela escrita e pela imagem, no sentido do audiovisual; também ele um património valioso, qual é a importância da oralidade no mundo altamente tecnológico de hoje? Apesar do predomínio das novas tecnologias de comunicação/informação via internet, twitter, facebook, google plus, criando identidades coletivas em escala

global (Castells 2010), é ainda pertinente a discussão sobre o oral e o escrito no contexto das sociedades (pós)modernas, pois esses dois domínios culturais desempenham um papel marcante na transmissão do saber, na forma como as sociedades constroem a sua memória coletiva e se reproduzem socialmente.

A Antropologia, neste contexto da oralidade como forma de reprodução do saber, é de extrema importância, pois ela desenvolve estudos morfológicos e estruturalistas (Lévi-Strauss 1958, 1973), principalmente das manifestações mitológicas das sociedades primitivas, mas também do maravilhoso popular das comunidades camponesas, no contexto das sociedades complexas, como é o caso de Portugal (Rodrigues 2004).

É importante realçar que nas comunidades rurais, sub-sociedades sem escrita, a viverem no contexto de uma sociedade letrada, a denominada alta cultura, a oralidade é a forma privilegiada de formação e reprodução da vida coletiva. Isto é, é através da oralidade que os camponeses criam e vivem o seu quotidiano, passado e presente, e perpetuam no tempo a sua «história».

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À laia de conclusão, é preciso admitir que a análise antropológica sobre património cultural, identidade e memória social, conceitos por si tão complexos, não se esgota num texto tão curto. Embora esta reflexão tenha (talvez) proporcionado ao leitor uma melhor compreensão desses três conceitos - especialmente para o desenvolvimento de uma consciência académica e social do que deve ser um Museu - esta pequena discussão deixou algumas questões em aberto (identidade nacional, identidade individual), cujos objetivos, espaço e tempo aqui dispensados não são suficientes para dar respostas a questões antropológicas tão pertinentes.

BIBLIOGRAFIA

- Agier, Michel (2001). «Distúrbios identitários em tempos de globalização». In *Mana*, 7(2):7-33.
- Augé, Marc (1994). *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo, Papirus.
- Bauman, Zygmunt (1998). *Globalization: The Human Consequences*. New York, Columbia University Press.
- Bhabha, Romi (1994). *The Location of Culture*. New York, Routledge.
- Castells, Manuel (2010). *The Power of Identity*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- Choay, Françoise (1992). *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris, Editions du Seuil.
- Connerton, Paul (1989). *How Societies Remember*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Cruz, Rodrigo Díaz (1993). «Experiencias de la Identidad». In *Revista Internacional de Filosofía Política*, nº 2, pp. 63-74.
- Durkheim, Émile (1912). *Les Formes Élémentaires de la Vie religieuse*. Paris, PUF.

- Fenton, Steve (2004). «Modernidade, Etnicidade e Religião». In Donizete Rodrigues (org.), *Em Nome de Deus: a religião na sociedade contemporânea*. Porto, Afrontamento, pp. 53-76.
- Geertz, Clifford (1973). *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic Books.
- Halbwachs, Maurice (1992). *On Collective Memory*. Chicago, University Chicago Press.
- Hall, Stuart (2002). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- Huntington, Samuel (1996). *The Clash of Civilizations*. New York, Simon & Schuster.
- Jenkins, Richard (1994). «Rethinking Ethnicity: identity, categorization and power». In *Ethnic and Racial Studies*, 17(2): 197-223.
- Lévi-Strauss, Claude (1958). *Anthropologie Structurale*. Paris, Plon.
- Lévi-Strauss, Claude (1973). *Anthropologie Structurale II*. Paris, Plon.
- Loizos, Peter & Papataxiarchis, E. (eds.). *Contested Identities*. Princeton, Princeton University Press.
- Maalouf, Amin (1998). *Les Identités Meurtrières*. Paris, Bernard Grasset.
- Maalouf, Amin (2003). *In the Name of Identity*. London, Penguin Books.
- Martins, Sara D. Teixeira (2011). *A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa*. Dissertação de mestrado em Antropologia. ISCSP/ Universidade Técnica de Lisboa.
- Olick, Jeffrey et al (eds.) (2011). *The Collective Memory Reader*. Oxford, Oxford University Press.
- Paiva, Cláudio Cardoso de (2000). «Estratégias de comunicação no mundo globalizado». www.bocc.ubi.pt
- Peralta, Elsa (2000). «Património e Identidade. Os Desafios do Turismo Cultural». In *Antropológicas*, Nº 4, p. 217-224.
- Peralta, Elsa & Anico, Marta (orgs.) (2006). *Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras, Celta.
- Prats, Llorenç. (1997). *Antropología y Patrimonio*. Barcelona, Ariel.
- Ritzer, George & Ryan, Michael (2004). «Americanisation, McDonaldisation and Globalisation», pp. 41-60. In Neill Campbell et al (eds.). *Issues in Americanisation and Culture*. Edinburgh, Edinburgh University Press.
- Rodrigues, Donizete (2004). *O Terreiro das Bruxas: o religioso no maravilhoso popular*. Covilhã, Editora da Universidade da Beira Interior.
- Rodrigues, Donizete (2007). *Sociologia da Religião: uma introdução*. Porto, Afrontamento.
- Rodrigues, Donizete (2012). *O Que é Religião? A visão das ciências sociais*. São Paulo, Editora Santuário.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994). «Modernidade, identidade e a cultura de fronteira». *Tempo Social. Rev. Social. USP*, 5 (1-2): 31-52.
- Sayad, Abdelmalek (1998). *A Imigração e os paradoxos da alteridade*. São Paulo, EDUSP.
- Schiele, Bernard (dir.) (2002). *Patrimoines et Identités*. Québec, Éditions MultiMondes.

NOTAS

¹Donizete Rodrigues, doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Coimbra, é Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior e Investigador-sénior do Center for Research in Anthropology (CRIA-Lisboa). Foi Professor Titular convidado (1995-2011) do programa de Doutoramento em Sociologia e Antropologia da Universidade de Salamanca (Espanha) e Professor-visitante em várias universidades estrangeiras (Espanha, Inglaterra, França, Suécia, Itália, Roménia, Índia, Brasil, Canadá). Atualmente, é «Visiting-Fellow» (2009-2012) na Columbia University (EUA) e «Associate researcher» do Center for the Study of Latin American Pentecostalism/University of Southern California (EUA).

Fez parte do grupo de trabalho da Oxford University que editou a *Encyclopedia of New Religious Movements* (New York, Routledge, 2006), onde colaborou com vários artigos. Para além de capítulos de livros (Indiana University Press; Ashgate) e artigos publicados em revistas estrangeiras, do conjunto das suas obras destacam-se vários livros (em português e inglês) na área da Antropologia/Sociologia da religião.

A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade

Elisa Calado Pinheiro
eliscpinheiro@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

Manuel José dos Santos Silva
mjssilva@ubi.pt
Universidade da Beira Interior

ABSTRACT

A profound economic and social reconversion leading to a change of paradigm of the historical developing pattern of both the city and the borough took place in Covilhã in the 1980's of the twentieth century. The traditional mono woolen industry, till then disseminated in a series of small family enterprises, has not survived the structural changes initiated in the 1960's, having since then undergone a strong concentration. Concurrently, the higher education institutions, established in the city in 1973, have become the driving force of the new developing pattern, while, at the same time, giving rise to the retrieval of Covilhã's historical past memories. It was within this framework that in 1986 the Universidade da Beira Interior was established together with the Woolen Museum (Museu de Lanifícios), whose first nucleus was to be opened in 1992. The new museum came to existence by means of the intervention works of 'the Real Fábrica dos Panos dyeing areas', the manufacture of the 1700's which started off by hosting the Polytechnic Institute of Covilhã, where the university originated. This text aims to trace the making of Covilhã's identity as 'factory-

city' and present some principles which presided over the construction of its industrial memories.

KEY-WORDS

Industrial-heritage; industrial-archeology; industrial museology; cultural landscape; woolen.

RESUMO

Na Covilhã, nos anos oitenta do séc. XX, assiste-se a uma profunda reconversão de natureza económica e social, que conduziu a uma mudança de paradigma do modelo histórico de desenvolvimento da cidade e do concelho. A sua tradicional mono indústria de lanifícios, até então pulverizada por uma miríade de pequenas empresas familiares, não sobreviveu à mudança estrutural iniciada nos anos sessenta do séc. XX, tendo sofrido, a partir de então, uma acentuada concentração, que a acompanhou até à atualidade. Concomitantemente, o ensino superior, instituído na cidade, em 1973, transformou-se na alavanca do novo modelo de desenvolvimento, viabilizando ainda a recuperação das memórias do passado industrial da Covilhã. É neste contexto que a Universidade da Beira Interior, instituída em 1986, irá criar, na mesma data, o Museu de Lanifícios, cujo primeiro núcleo, viria a ser inaugurado em 1992, através de uma intervenção de “recuperação da área das tinturarias da Real Fábrica de Panos”, a manufatura setecentista que começou por albergar o Instituto Politécnico da Covilhã, em que a Universidade radica. Procurar-se-á, através deste texto, acompanhar a construção da identidade covilhanense como “*cidade-fábrica*” e apresentar alguns dos princípios que presidiram à reconstrução das suas memórias industriais.

PALAVRAS-CHAVE

Património-industrial; arqueologia-industrial, museologia industrial; paisagem cultural; rota da lã.

INTRODUÇÃO

A Covilhã, por um conjunto de ponderosas razões de natureza geográfica e histórica, transformou-se, paulatinamente, num dos mais ativos pólos da indústria portuguesa, especializado numa mono indústria do subsector dos lanifícios. A importância que foi assumindo no contexto da economia regional e nacional justificou-lhe o epíteto de “*Manchester portuguesa*”.

O tecido urbano da Covilhã diferencia-se significativamente no panorama das cidades portuguesas. Encastuada na falda oriental da Serra da Estrela e alimentada pelas férteis várzeas do rio Zêzere e dos seus afluentes começou por desenvolver-se na ambivalência de uma dupla realização, sintetizada na descrição lapidar de *cidade-granja/cidade-fábrica* (Giraldes 1880: 20), até ao séc. XIX. A partir de então, por condicionalismos vários, mas sobretudo por ação de um conjunto de dinâmicos empresários e de especializados técnicos e operários, ir-se-á afirmar, até aos anos oitenta do séc. XX, como *cidade-fábrica*.

De todo este processo subsistem fontes materiais e documentais que testemunham as vivências, os locais de trabalho e de convívio e as práticas do saber-fazer covilhanense. Estes “monumentos” e “documentos” são os

testemunhos de um passado coletivo que forjou a identidade de uma comunidade que ainda hoje se revê no aforismo popular, corrente no séc. XVIII: *Se os filhos de Adão pecaram, os da Covilhã sempre [todos] cardaram* (Dias 1958: 35-48).

A acentuada desindustrialização que, desde os anos oitenta do séc. XX, a cidade e o concelho¹ sofreram veio acelerar a mudança do paradigma em que a cidade sempre se reviu para um novo, considerado tão incipiente quanto mobilizador. Simultaneamente, começa a enfatizar-se a importância da salvaguarda das memórias industriais, transformadas numa nova dimensão de afirmação urbana. Este processo de patrimonialização foi empreendido pela *Universidade da Beira Interior*. Iniciou-se com a reabilitação do conjunto de edifícios industriais da Ribeira da Goldra e centrou-se na musealização da *Real Fábrica de Panos*. A crescente feição universitária que a cidade foi assumindo surge, como sintetiza Domingos Vaz, “como sinal não apenas da sua «eventual» reconversão, mas também da sua potencial projeção simbólica que «reformula» as anteriores imagens da cidade, culturalmente autocentrada e tradicionalista” (Vaz 2002: 483). Começa assim a preparar-se a “cidade amável”, de acordo com a qualificação expressa por Ana Vaz Milheiro, que seria projetada e concretizada através do programa POLIS (Milheiro, 2009:54) e a desenhar-se, a partir da valorização das memórias industriais, uma nova paisagem cultural que acompanha a evolução da cidade.

A COVILHÃ “CIDADE-FÁBRICA” E CENTRO HISTÓRICO DOS LANIFÍCIOS PORTUGUESES

Ancorada numa das encostas da Serra da Estrela, a Covilhã estruturou-se em função dos lanifícios. A montanha, desde os tempos pré-históricos, oferecia as pastagens frescas, perenes e apetecíveis para o gado lanar, tendo sido procurada pelas canadas transumantes, desde os longínquos campos de Ourique, em território nacional, às afastadas planícies estremenas ou aos campos de Sória, de Segóvia e de Guadalupe, em Espanha². Esta favorável situação geográfica, permitiu à Covilhã o fácil acesso à matéria-prima, bem como ao combustível das matas serranas, propiciando-lhe o desenvolvimento da atividade dos lanifícios, que remonta a uma tradição milenar³. Realizada inicialmente por processos domésticos e artesanais, esta atividade veio, a partir da fase proto industrial, a prosperar nas unidades fabris que, desde cedo, aí começaram a ser edificadas.

O tecido urbano da Covilhã, delimitado pelas ribeiras da Carpinteira (a Norte) e da Goldra (a Sul), desenvolveu-se por locais que, até hoje, perpetuam as suas mais recuadas memórias laneiras, como a rua do *Peso da Lã*⁴, a travessa do *Tinte*⁵ ou os sítios do *Pisão Novo*⁶ e da *Companhia*⁷. O ordenamento espacial da cidade e os seus próprios anéis de crescimento submeteram-se aos condicionalismos resultantes do mais estrito aproveitamento da riqueza energética das ribeiras, favorecendo a extensa industrialização da paisagem. Desde os inícios do séc. XIX que, aproveitando os caudais em declive acentuado destas ribeiras, foram instaladas as primeiras rodas de propulsão vertical, montadas em série, para uma mais racional utilização da água⁸.

Em 1186, D. Sancho I, o *Povoador*, doou foral à Covilhã, com o objetivo de fortalecer a defesa do reino e promover o restauro e povoamento de Coveliana que, até então, se localizaria na parte mais baixa da encosta da serra da Estrela, a sudoeste do perímetro urbano atual.

O alfoz do concelho estendia-se desde a Serra da Estrela até ao rio Tejo, numa área que englobava parte dos atuais distritos de Guarda e Castelo Branco, que constituía a quase totalidade da área doada aos freires do Templo em 1165 (Carvalho, 1990: 3). No foral de D. Sancho I, surgem já referências aos gados e aos panos de lã e linho, justificando a importância económica do concelho, uma vez que se estipula que o gado da Covilhã não esteja sujeito ao pagamento de tributo de pasto em terra alheia, enquanto que os quisessem vir apascentá-lo para o termo da Covilhã devessem pagar o respetivo *montádigo*.

Moura Quintella, seguindo de perto Frei Manuel da Esperança, refere que o povoado se situaria então “junto aos pomares da ladeira de Martin Collo, e foi ainda n’este local que se realizou a reedificação, ordenada por D. Sancho, de que resta a parte da cidade chamada *Tres-freguezias*” [S. Martinho, S. João de Longe e S. Vicente] (Quintella, 1899: 18). A área abrangeria, ainda segundo o mesmo autor, um território que se estendia por S. Martinho à Cruz da Rata, ou ponte de Martir-in-Collo e Corredoura. O primitivo povoado medieval teria vindo a desenvolver-se em redor da igreja de S. João de Martir-in-Collo, ou S. João de Longe. Com a reedificação do castelo, excêntrico e a norte daquele, viria, numa segunda fase, a expandir-se em redor da Igreja de Santa Maria, que passou a ocupar uma posição central no tecido urbano medieval intramuros, delimitado pela cerca, cuja edificação viria a acompanhar o crescimento do povoado. A muralha viria a configurar a forma de um pentágono irregular, marcado pelas cinco portas ainda hoje identificáveis: a Porta de Altravelho, virada a norte; a Porta de S. Vicente, a sul; a Porta do Castelo, a ocidente e, a nascente, as designadas Porta da Vila e Porta do Sol. Terá ainda sido construída a Porta de Linhares, que estaria implantada em direção a esta povoação, conforme se refere no Tombo da Comarca da Beira (Freire, 1916: 299) e de onde sairia a *carreira velha* da Covilhã, que permitiria estabelecer a ligação entre as duas localidades, conforme vem referido no texto do foral da Guarda. No arrabalde, situar-se-ia, desde finais do séc. XIV, a judiaria que se teria estendido por uma extensa área, estimada em *metade da vila* pelos procuradores do concelho às Cortes de Santarém. De acordo com a localização proposta por Maria José Ferro Tavares, “ocuparia um espaço que se estenderia entre a Porta de S. Vicente e as Portas do Sol (...), num território que se desenrolaria entre o atual edifício do mercado municipal e o pelourinho estendendo-se até aos adros das igrejas de São Silvestre, São Tiago, São Pedro e menos provavelmente, até às igrejas da Madalena, e de São Bartolomeu. (...) A judiaria avizinharia a oriente com a rua Direita e, provavelmente, com o mercado medieval” (Tavares, 2009: 26). Contudo, é de considerar que esta primitiva área, a partir dos finais do séc. XV, deveria estender-se até à zona atualmente demarcada como da judiaria, abarcando as ruas das Flores e do Ginásio Clube e as ruas, travessa e beco da Alegria, que se situavam igualmente próximas do “(...) muro da dicta vila contra o arravalde” e que constituíam um prolongamento da área demarcada por Maria José Ferro Tavares, que só viria a ser interrompido com o alargamento, em meados do séc. XX, da rua Visconde da Coriscada e a destruição subsequente do casario junto da Igreja de S. Pedro. Entendiam-se melhor, deste modo, as informações referentes à extensão da área que ocupava e de que a gente de nação frequentava a igreja do Salvador (Tavares, 2009: 26-28)⁹.

A indústria caseira da lã gozava, desde a Idade Média, de um relativo florescimento, visível pelo fabrico de novos artigos, de que se destacam

as baetas¹⁰, os panos baixos e grossos, os feltros e as mantas da terra, e pela manutenção dos tradicionais, como os buréis¹¹ e almáfegas¹². Nos reinados de D. João I e D. Duarte, já se tecia a lã *meirinha*, matéria-prima de qualidade superior, como o testemunham os *Artigos das Sisas*, ordenados por D. Afonso V, em 1476 (capítulo XXXVI). Esse desenvolvimento ter-se-á mantido estacionário até D. João IV, num período caracterizado pela concentração dos governantes nas atividades da expansão marítima. A indústria nacional terá sido então subalternizada, limitando-se a fabricar tecidos para as classes menos abastadas, uma vez que a corte vestia as sedas do Oriente, os brocados de França e da Flandres e os veludos de Itália.

Todavia, desde, seguramente, os finais do séc. XV, que terão começado a ser construídas, na ribeira da Goldra, as primeiras oficinas artesanais destinadas à lavagem da lã e ao acabamento dos tecidos: os lavadouros, as tendas, os pisões e as tinturarias. A progressiva especialização na produção dos tecidos, com a consequente divisão do trabalho, contribuiu para o fracionamento, em profissões especializadas das operações de cardação, fição, tecelagem, apisoamento, tosa e tinturaria. No foral manuelino da Covilhã, outorgado em 1510, estipulava-se que não seria paga portagem “nem do pano e fiado que se mandar fora a tecer, a curar ou a tingir (Dias, 1961: 1-3). A partir do séc. XVI, aqueles estabelecimentos ter-se-ão estendido à ribeira da Carpinteira. Trata-se de investimentos relativamente avultados, a que não terá sido alheio o afluxo de capitais provenientes de cristãos-novos que, a partir de 1495, se refugiaram na faixa fronteiriça de Portugal, com particular incidência na Covilhã. Quanto à tecelagem, continuaria a localizar-se no piso inferior das habitações dos tecelões. Subsistem da mesma época, referências documentais que atestam a qualidade dos tecidos covilhanenses. São os “muitos panos/finos” de que Gil Vicente (1465-c.1537) se fez eco na *Tragicomédia Pastoril da Serra da Estrela*, representada, em 1527, para a Corte, e que viriam a ser qualificados como “panos covilhães” por Diogo do Couto (1542-1616), no *Soldado Prático* e igualmente individualizados por Duarte Nunes de Leão (1528-1608). Quanto aos “teares de pau” em que eram produzidos, subsistiram até serem vítimas de uma sistemática destruição, justificada pela controlada mecanização da tecelagem, no âmbito das leis do “*Condicionamento Industrial*”, promulgadas pelo Estado Novo, a partir dos anos trinta do séc. XX, que preconizavam a aquisição do alvará de um tear mecânico mediante o comprovativo da destruição de, pelo menos, quatro teares manuais.

Em 1570, D. Sebastião concede à então ainda *Vila* o título de *notável*. Três anos mais tarde, promulga o *Regimento dos Panos* com o objetivo de aperfeiçoar a indústria têxtil e, simultaneamente, protegê-la da concorrência estrangeira. Ainda em 1573, fomenta a organização manufatureira do trabalho dos lanifícios na Covilhã, através da designada *Fábrica D’El Rei*, considerada então a primeira e a melhor do reino e onde se fabricaram os primeiros padrões destinados às fábricas de Portalegre e Estremoz, no Alentejo.

Foi, presumivelmente no mesmo local, na Ribeira da Carpinteira, também conhecida por *Ribeira da Fábrica*, que D. Pedro II, em 1677, fundou uma manufatura régia dotada de pisão, tinte e prensa, a *Fábrica de Sarjas e Baetas* do Conde da Ericeira, que chegou até nós com o nome de *Fábrica Velha*. Para o efeito foram contratados na Irlanda 11 artesãos especializados como

estambradores, tecelões e fiandeiras, com o objetivo de incentivar a qualidade da produção local. Os contratadores desta manufatura de Estado foram cristãos-novos, inicialmente os *Fróis e Nunes* e, a partir do séc. XVIII, os *Castro*¹³.

Em 1690, D. Pedro II confirma o *Regimento de Panos* de 1573 e acrescenta-lhe onze artigos visando coartar as fraudes que faziam diminuir a qualidade da produção, sobretudo as verificadas no processo da tinturaria.

Na primeira metade do séc. XVIII, mais do que o *Tratado de Methuen*, celebrado com Inglaterra, em 1703, no reinado de D. Pedro II, que terá entravado o desenvolvimento da indústria de lanifícios local, ao alargar as portas à concorrência estrangeira, terá sido a Inquisição que mais terá concorrido para a grave crise verificada na indústria covilhanense, ao perseguir as principais famílias dos cristãos-novos ligados ao trato dos tecidos. Apesar dos resultados igualmente negativos da aliança realizada com os Estados Gerais das Províncias Unidas, aquando da guerra da sucessão de Espanha, que levou o monarca português a conceder livre comércio aos panos de lã holandeses, esta última situação não teria tido grandes repercussões, uma vez que, durante esta guerra, as fábricas da Covilhã vestiram as tropas nacionais, tendo então a produção sido considerada de superior qualidade, relativamente à estrangeira.

Visando debelar a grave crise então verificada, D. João V, em 1710, estabeleceu com a Covilhã o contrato do fabrico dos fardamentos para o exército, em regime de monopólio, abraçando a estratégia de proteção dos panos nacionais. Em 1734, o Padre Cabral Pina faz-lhe menção e descreve, a propósito, o seguinte quadro (Dias 1962: 51):

“Ha nesta Vila o Contrato dos panos, donde vão para todo o Reino, e para a Vestiaria dos Soldados e huma das cousas notavaes deste Povo. Para este contrato ha 65 tiare, que ocupão 130 pessoas, 15 Pizões nas duas ribeiras, que ocupão mais de 60 pessoas, 14 Tendas de prensar e tozar, que ocupão 50 pessoas, 8 Tintes de varias cores, e dous mais de azul de dornas estes tintes de cores tem hoje menos uso depois que El-Rei ordenou fosse a dita vestimenta somente de cor branca. Tem mais El-Rei na Ribeira da Carpinteira huma fabrica sua com pizão, tinte, e prença que ocupará vinte pessoas. Os officiaes de carda, e mulheres, que fião a lan são innumeraveis.”

O trabalho de cardar, fiar e tecer era então ainda exclusivamente manual, realizando-se nas casas e oficinas da vila e arredores e envolvendo praticamente toda a população. Era o tempo que deu corpo ao aforismo popular então corrente: *Se os filhos de Adão pecaram os da Covilhã sempre [todos] cardaram* (Dias 1958:35-48). Poucos trabalhavam por conta própria, cabendo aos negociantes, frequentemente cristãos-novos, a compra da lã que entregavam aos diferenciados tipos de artesãos, acompanhando as diversas fases sequenciais da produção.

D. José I, por alvará de 11 de Agosto de 1759, viria a reforçar o anterior Regimento da Fábrica de Panos, de 1690, face às sucessivas queixas dos fabricantes das Comarcas da Guarda, Pinhel e Castelo Branco contra o monopólio, as fraudes e a crise verificados. Ordenou que os panos destinados aos fardamentos fossem os *dezochenos*, isto é, os urdidos com mil e oitocentos fios, da mesma grossura, tecedura e boa *fábrica* do padrão, não podendo de modo algum ser alterados.

Os *Inquéritos industriais pombalinos*, realizados na segunda metade do século XVIII, vieram preparar a intervenção estatal centralizadora. Reportados

à província da Beira, permitem-nos constatar que o fabrico de panos, buréis e baetas se encontrava disseminado pela região da Serra da Estrela, nomeadamente pela Covilhã, Manteigas, Belmonte, Guarda, Seia, Gouveia e Fornos de Algodres e também pelas comarcas de Sabugal, S. Vicente da Beira, Pinhel, Castelo Branco, bem como pela província do Alentejo. A lã utilizada era maioritariamente proveniente desta última província, mas provinha igualmente de Castela, produzindo cada tear dois a três panos por semana (Dias, 1958: 53-58).

Na Covilhã, registava-se então o fabrico de panos de 40 côvados *desochenos* (de mil e oitocentos fios, de 6 palmos de largura, levando cerca de 4 arrobas de lã) e *quatrozenos* (de mil e quatrocentos fios, de 5 palmos de largura e cerca de 3 arrobas de lã) e o fabrico de baetões. Também em Orjais, Aldeia da Ribeira e Aldeia de Mato se fabricavam panos e no Teixoso produziam-se baetas. Era frequente, nesta época, de acordo com os referidos inquéritos, os oficiais cardadores e tecelões das principais manufaturas da Covilhã e de Manteigas irem procurar trabalho para as fábricas de Castela.

O tradicional sistema de fabrico da Covilhã é apresentado, em 1803, por João Rodrigues da Silva, nos seguintes termos (Dias, 1955: 355):

“Chamam-se fabricas uns agregados de oficinas, aonde a lã entra em rama e sai convertida em tecido ultimado. Chamam-se fabricantes a todos os que se propõem fazer tecidos em branco, para os vender neste estado, depois do pisão. Estes fabricantes não tem oficinas suas e, à excepção duma ou de outra operação, todas as mais se fazem em oficinas dispersas, que cada um levanta para negócio. As manufacturas destes fabricantes que designo com o nome de fabrico volante, são mais imperfeitas. Acabam-se nas mãos do mercador, aonde, pelas fraudes, adquirem o descrédito das Fábricas, por entrar tudo na denominação geral de manufacturas da Covilhã”.

Esta situação, geradora de profundas clivagens sociais, leva João Rodrigues da Silva a sublinhar o seguinte (Dias, 1955: 390):

“(…) Em Covilhã há dois partidos, um é o dos fabricantes, outro o dos mercadores. A compra dos fardamentos é toda feita aos fabricantes e como estes são os que, procuradores voluntários, figuram lesados e oprimidos, sejam eles perguntados se querem que a Fábrica faça o tecido de fardamento e a resposta será o Juiz da causa (...)”.

Tratava-se de demonstrar o papel assumido pela Real Fábrica de Panos no controlo da encomenda dos fardamentos para o exército. Quando a Real Fábrica não conseguia atender a todas as encomendas feitas pela Junta do Arsenal do Exército, procedia-se à distribuição de trabalho pelas fábricas e oficinas da Covilhã, garantindo-se assim a laboração de outras unidades. De forma a controlar a origem da produção, os tecidos fabricados por particulares eram marcados com as letras F.P., correspondente a fabricante particular, enquanto que as da manufatura real eram identificadas pelas letras R.F., correspondentes a *Real Fábrica*. Esta, instalada junto à Ribeira da Goldra, foi o motor do desenvolvimento da indústria local¹⁴. Identificada como fábrica modelo, concentrava as várias operações de fabrico. Juntamente com a Real fábrica do Fundão, que viria a ser instalada posteriormente, destinaram-se-iam ambas a funcionar como *“escolas, aonde se formassem vassallos uteis e industriosos”* (Dias, 1955: 355). Fundada, em 1764, por intervenção direta do primeiro ministro de D. José I, o Marquês de Pombal, sob orientação da Junta do Comércio, a sua construção contribuiu decisivamente para estruturar o tecido urbano

da Covilhã, alargando-o às margens da Goldra. A sua edificação prolongou-se por alguns anos, uma vez que só em 1769 Paulino André Lombardi, superintendente e administrador da Real Fábrica, viria a obter a aprovação régia para a utilização das pedras da muralha, derrubadas desde o terramoto de 1755, para a construção do edifício (Dias 1958: 102-103).

No reinado da D. Maria I, do conjunto das providências tomadas visando o desenvolvimento da indústria, salienta-se, em 1777, a criação da *Real Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres* e a privatização da administração das fábricas reais, com privilégios, por um período de 10 anos, de que sobressaem as da Covilhã. A *Relação das Fábricas de 1788*, para além de viabilizar uma análise da atividade da *Junta do Comércio*, possibilita igualmente uma comparação entre a política industrial do Marquês de Pombal, quando existiam 86 oficinas fabris, e os anos subsequentes do reinado de D. Maria I, durante o qual chegaram a laborar 263 fábricas, mostrando o florescimento industrial pós-pombalino (Dias 1955 a: 1-92).

A *fábrica* surge então ainda como um conceito lato, vago e impreciso. Encontra-se associado ao local onde se processa a concentração dos instrumentos e dos métodos de trabalho, sob um mesmo teto e uma mesma direção e onde se realizam todas ou algumas das operações de transformação visando a obtenção de um qualquer produto. A sua lenta clarificação acompanha o aumento e diversificação da produção.

Ao lado da Real Fábrica da Covilhã viriam a instalar-se mais três fábricas completas que, devido à concentração dos instrumentos de trabalho e à união da direção técnica e financeira, promoveram consideravelmente o aumento da produção. Como salienta Carvalho Dias "(...) A sua célula foram as oficinas especializadas. Não se instalaram porém com equipamento industrial novo, pelo menos na tecelagem: compraram os teares, instrumentos de trabalho dos artesãos locais" (Dias; 1955: 21).

Em 1803, destacam-se já na Covilhã, pela dimensão e pelo número de operários, cinco fábricas completas com privilégios reais. Destas, salienta-se a Real Fábrica, com mais de três mil trabalhadores. Nas instalações principais desta laboravam 356, dos quais 67 eram aprendizes, enquanto que 219 trabalhavam nas escolas de cardação e fiação, que possuía, espalhadas por um raio de influência que compreendia Penamacor, Castelejo, Casteleiro, Alpedrinha, Lardosa, S. Vicente da Beira, S. Miguel d'Acha, S. Gião e Penalva. Contabilizavam-se ainda 1.375 mulheres, que trabalhavam em rodas de fiar pertencentes à Real Fábrica, exercendo trabalho ao domicílio. Na sua dependência encontrava-se a Real Fábrica do Fundão, onde laboravam mais 147 trabalhadores e 1.355 fiadeiras em regime doméstico, tanto nesta vila como nos arredores, então com 356 trabalhadores. Merecem ainda destaque a fábrica de D. Brites Maria Theodora, também conhecida como *Real Fábrica da Viúva Castro*¹⁵, com 85 trabalhadores; a do capitão-mor *António José Raposo*¹⁶, na ribeira da Carpinteira, com 268; a do capitão *Simão Pereira da Silva*¹⁷, com 119, e a de *José Mendes Veiga*¹⁸, com 67. Esta última, embora com menor número de operários, possuía secções de cardação, tecelagem, pisão, tinturaria, tesouras e prensas e râmolas. Foram estas as primeiras grandes fábricas da Covilhã, que vieram a aplicar as inovações técnicas decorrentes da utilização da energia hidráulica que viriam

a ser aplicadas pela primeira vez, a partir de 1815, na fábrica de Simão Pereira da Silva.

A instabilidade vivida nos inícios do século XIX, decorrente de acontecimentos como as invasões francesas (1807-1810), o tratado de comércio de 1810, com a Inglaterra, que liberalizou a entrada de tecidos ingleses, e as lutas liberais, teve repercussões diretas na desorganização e na crise da indústria nacional, com particular incidência na Covilhã, onde diversas fábricas encerraram. Alguns industriais covilhanenses viram-se forçados a partir para o estrangeiro, tendo contactado em Inglaterra e na França com os novos processos e equipamentos industriais que viriam, posteriormente, a aplicar na Covilhã, como é o caso de António Correia Gomes e de José Mendes Veiga. A eles se deve um novo surto industrializador motivado pelas inovações técnicas introduzidas, que motivaram o primeiro levantamento ludita verificado na Covilhã e que terá envolvido cerca de setecentos operários, entre 1845 e 1846 (Giraldes, 1877: 190-191). Apesar da acentuada industrialização da paisagem urbana, até ao último quartel do séc. XIX, a Covilhã continuará a depender igualmente da agricultura praticada nos férteis campos da Cova da Beira, banhados pelo Zêzere, que se transformaram na fonte prioritária de aplicação dos lucros gerados pela indústria dos empresários bem sucedidos. Na feliz aceção de Manuel Nunes Giraldes, foi este o tempo da “Covilhã cidade granja/ cidade-fábrica” (Giraldes 1880: 20).

O novo modelo fabril conseguiu resistir à conjuntura desfavorável, vindo a desenvolver-se com a vitória dos liberais, em 1834, a abolição do tratado de 1810, a promulgação das pautas alfandegárias de 1837 e a descida dos direitos de importação sobre máquinas têxteis, que favoreceu o apetrechamento da indústria. Este novo arranque industrial, que António dos Santos Pereira compara ao ocorrido nas primeiras décadas de Quinhentos, terá contribuído diretamente, segundo o mesmo Autor, para o crescimento demográfico verificado e a transformação da aristocracia local da Covilhã e de Tortosendo e do Teixoso (Pereira 2009:161-166). A oficialização do ensino técnico e industrial, em 1852, por Fontes Pereira de Melo, conduzirá, em 1864, à criação da Escola Industrial da Covilhã e, por não ter sido concretizada, nesta data, à sua refundação, em 1884, na sequência da qual teve início o seu funcionamento, de grande impacto para a qualificação dos recursos humanos aplicados na indústria¹⁹.

Em 1870, a elevação da Covilhã a cidade era justificada, na carta régia de D. Luís I, de 20 de Outubro, pela relevância que alcançara a sua indústria de lanifícios. Esta continuará a desenvolver-se nos finais do séc. XIX e primeira metade do séc. XX. O Inquérito Industrial de 1890 registava 670 “estabelecimentos, oficinas ou casas de trabalho” das quais 577 eram de pequena indústria e 93 eram consideradas fábricas. Era a manutenção de uma *estrutura industrial segmentada*, como Miriam Halpern Pereira a classifica, com raízes num tempo longo (Pereira, 2002: 582-584). Assistiu-se então à acentuada industrialização da paisagem. A oitocentista “cidade-fábrica” covilhanense, na sequência do surto industrial têxtil que acompanhou a primeira guerra mundial (1914-1918), motivado em grande parte pela desarticulação industrial sofrida pelos países beligerantes, passou a estar integrada, provavelmente como nenhuma

outra cidade portuguesa, no grupo das “*idades colmeias que são lá fora os centros industriais importantes*” (ABC 1922:36).

A fase subsequente, abarcando a primeira metade do séc. XX, terá constituído o derradeiro período de fulgor industrial da Covilhã²¹. Em 1945, a Covilhã tinha 140 unidades de produção, que empregavam mais de 6.000 operários. Em 1954, estavam instalados 1.334 teares mecânicos e 723 manuais, contando com 310 empresários e mais de 7.000 operários. Em 1960, o concelho ultrapassa os 70.000 habitantes, constituindo então o maior centro populacional da Beira Interior (Pinheiro, 2008: 302).

Assiste-se então à acentuada e brusca decadência do modelo de desenvolvimento da indústria local, decorrente de uma profunda mudança estrutural, que se vinha desenhando mais nitidamente, a partir de finais da década de cinquenta e que veio a agudizar-se durante a década de sessenta, quando se acentuou a perda da competitividade industrial da cidade, face à emergência de novos pólos industriais, em consequência da abertura de novas áreas económicas e novos mercados. A adesão de Portugal à EFTA, cujo processo negocial se estendeu entre 1956 e 1960, fez surgir, a par de novos mercados, uma maior concorrência que, para ser vencida, exigia uma resposta pronta no domínio da renovação do anquilosado parque de máquinas instalado e da inovação quer ao nível do produto quer ao da própria gestão empresarial, que não podia continuar confinada à pulverização decorrente da estreita esfera familiar em que sempre se moveu. Os empresários locais, habituados ao protecionismo estatal, ampliado pelo Condicionamento Industrial, a partir de inícios da década de trinta, não conseguiram vencer os obstáculos que entravaram a reorganização empresarial e muitos deles refugiaram-se nos mercados garantidos das colónias portuguesas. A crise energética e a mudança de regime político preconizada pela revolução do 25 de Abril constituíram os detonadores da grave crise estrutural subjacente, encontrando a maior parte das empresas descapitalizadas e obsoletas, sobrevivendo, até então, do preço baixo da sua mão-de-obra. Em casos excecionais, algumas delas encontravam-se em fase de reorganização empresarial e renovação do parque de máquinas, e por esse motivo, igualmente descapitalizadas. As falências em cadeia, verificadas a montante e a jusante, arrastaram na enxurrada a maior parte do já frágil tecido empresarial, sem capacidade para resistir à tempestade²², transformando a cidade industrial num espaço social depressivo e sem futuro. Os amplos e inanimados espaços industriais foram-se transformando em sucessivas ruínas. Esgotado que se encontrava o modelo económico de estrita mono industrialização, até então vigente, a luta pela sobrevivência conduziu a cidade a uma profunda, brusca e violenta reconversão e à mudança do paradigma económico e social que até então a estruturou.

A COVILHÃ CIDADE UNIVERSITÁRIA

A instalação do ensino superior na cidade iniciou-se com a criação, em 1973, do Instituto Politécnico da Covilhã (IPC), verdadeiro catalisador desta profunda transformação económica, social e urbana, que viabilizou o novo paradigma da revitalização urbana da Covilhã²³. O seu primeiro diretor seria Duarte Simões que fora o responsável pela elaboração da proposta de criação das secções preparatórias para a admissão aos institutos industriais e/ou às universidades, o

que aconteceu os cursos da Habilitação Complementar para os Institutos, uma experiência-piloto que se iniciou no ano letivo de 1971-72 na Escola Técnica Campos Melo²⁴.

Em 1970, a Câmara Municipal da Covilhã deliberou a cedência, para o efeito, do *“conjunto de edifícios e terrenos anexos, tornados devolutos após a extinção do quartel do Batalhão de Caçadores 2”*. Tratava-se dos edifícios da Real Fábrica de Panos, criada no âmbito da política pombalina de fomento industrial²⁵.

A manufatura pombalina contribuíra para a instalação, nas suas proximidades, de um conjunto significativo de empresas industriais, que se desenvolveram ao longo dos sécs. XIX e XX. Todavia, a partir de meados dos anos 70 deste último século, começaram a ficar desativadas, tendo-se então iniciado o acelerado processo que conduziu à ruína da maior parte delas. Esta situação representava, aos olhos dos covilhanenses, o símbolo marcante da irrecuperável crise da indústria, constituindo um sinal claro da degradação de uma cidade que passou a autointitular-se, frequentemente, até meados dos anos 80, de “cidade-fantasma”.

Neste contexto, a criação do IPC configurou-se como a única alternativa para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento da cidade, passando, a partir de então, a apostar-se mais fortemente na reconversão do IPC em universidade. Numa primeira etapa, em 1979, foi convertido em Instituto Universitário da Beira Interior, IUBI²⁶ e, em 1986, em Universidade da Beira Interior, UBI²⁷. A partir de 1987, foi-lhe reservada uma área de 75 hectares, destinada à sua futura expansão, que se esperava pudessem vir a garantir a sustentabilidade do seu crescimento, vindo a UBI a ficar distribuída pelos Polos I, II e III, a que veio, posteriormente, a juntar-se o Pólo IV. A opção por localizar a sua instalação, de uma forma concentrada, no perímetro urbano da Covilhã, em detrimento da adoção do modelo anglo-saxónico de campus universitário, pode explicar-se pela existência, na mesma área urbana, de diversos imóveis e complexos fabris devolutos, bem como pela desvalorização, à data, da respetiva cotação comercial. O interesse em acelerar a revitalização física da cidade a par dos resultados visíveis da primeira intervenção arquitetónica realizada na Real Fábrica de Panos encontraram um acolhimento favorável por parte do Governo e da Autarquia, aconselhando o reforço desta opção e a sua repetição em outro dos núcleos de implantação tradicional da indústria covilhanense, na Ribeira da Carpinteira. Entre 1993-95, foram adquiridos, nesta última área, os edifícios da extinta empresa *Ernesto Cruz & Cª*, para instalação do Pólo IV da UBI. Esta situação terá resultado do reconhecimento da missão assumida pela instituição no sentido de alicerçar o seu desenvolvimento numa prestigiante ação de recuperação de edifícios fabris com traça histórica e qualidade arquitetónica, contribuindo para a necessária revitalização da cidade, a partir da replicação do modelo aplicado na Ribeira da Goldra. Os fluxos transversais de uma nova população estudantil, que passou a deslocar-se entre estas duas áreas constituiu o sinal da mudança de paradigma da Covilhã. A Universidade, ao assumir-se como o novo motor de desenvolvimento urbano, tendo vindo a ocupar uma parte significativa dos espaços deixados vagos pela indústria, sobretudo na ribeira da Goldra, impôs-se a si própria a missão de os revitalizar, sem lhes apagar as marcas da identidade industrial que carregavam. Esta opção estratégica de localização de uma universidade no tecido urbano não é única no país. Tanto

Évora como Coimbra seguiram modelos de implantação semelhantes. Todavia, enquanto em Coimbra o processo foi lento, de vários séculos, na Covilhã, como sublinha Madalena Matos, foi veloz “a apropriação pela universidade de um corpo da cidade que definhava” (Matos 2009: 113:114).

Entretanto, a indústria de lanifícios, fruto da reconversão sofrida, revitalizou-se, passando, até à atualidade, a produzir muito mais do que nos recuados tempos áureos. Para isso deslocizou-se do tecido urbano, tendo parte dela vindo a instalar-se nos parques industriais da Covilhã e do Tortosendo e adotou um modelo de desenvolvimento apoiado na forte concentração e verticalização empresarial, apostando ainda na automação e produção em grande escala, de que é exemplo o maior grupo económico dos lanifícios atualmente a laborar no espaço europeu, o grupo *Paulo de Oliveira* S. A., que a Covilhã alberga²⁸.

A cidade, na sequência da crise dos anos setenta, sofreu uma mudança profunda. Em 2005, a população residente do concelho de Covilhã, estimada em 53.225 habitantes, representava, relativamente a 1970, uma regressão de cerca de 14%. Na mesma data, e ainda de acordo com os dados do Anuário Estatístico da Região Centro (Instituto Nacional de Estatística), a indústria têxtil representava cerca de 5% das vendas e prestações de serviços da indústria transformadora nacional. Esta percentagem chega a mais de 9%, se lhe juntarmos as vendas e prestações de serviços da indústria de vestuário. Ao contrário dos anos setenta, o mercado doméstico, em 2005, representou 43% das vendas da indústria têxtil e 32% da do vestuário. A União Europeia é o maior importador destas indústrias: 44% da produção têxtil e 63% da indústria de vestuário. Ao nível da indústria laneira, a Associação Nacional dos Industriais de lanifícios, ANIL, inclui 15 empresas deste subsector no concelho da Covilhã. Apesar de longe das 124 identificadas em 1971, as atuais são as que conseguiram transformar as adversidades em oportunidades: menos unidades, de maior dimensão e produtividade acrescida, como é o caso da sede da maior produtora de tecidos da Europa, o grupo *Paulo de Oliveira* (Silva, 2008: 99).

Vinte e seis anos após a sua criação, a UBI tem cerca de 7.000 alunos, distribuídos pelos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. Cerca de 690 docentes, a maioria com doutoramento, e 360 funcionários nela trabalham. A universidade transformou-se num dos principais motores do desenvolvimento local e regional, desempenhando um papel fundamental na criação de novas tecnologias, no encorajamento na criação de empresas e na transferência de conhecimentos aplicados na inovação, a fim de aumentar a competitividade das indústrias locais e nacionais. A universidade não só travou a regressão demográfica na região, como contribuiu para a inversão do fluxo migratório. O impacto crescente da UBI na cidade contribuiu para a conversão de uma cidade outrora caracterizada pela predominância das atividades primárias e do setor secundário de mono-indústria numa cidade com um setor primário reduzido, um sector secundário mais diversificado e um sector terciário preponderante e em crescimento. A maioria das fábricas têxteis onde, nos anos setenta do séc. XX, trabalhavam mais de 7.000 operários, encontra-se agora transformada em espaços vocacionados para o ensino e a investigação, ocupados por cerca de 7.000 jovens e qualificados estudantes universitários. Se lhe juntarmos os 15.000 alunos que frequentam os diferentes níveis de ensino na Covilhã,

atinge-se um forte potencial de crescimento para a cidade e a região (Silva, 2008: 99).

A PATRIMONIALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS INDUSTRIAIS DA COVILHÃ

O património da Covilhã que, até ao momento, se encontra classificado pouco reflete, não só quantitativa como qualitativamente, o passado histórico e o peso económico da cidade. Assim, a valorização do seu património industrial assume uma importância que inicialmente se lhe não adivinhava²⁹. Para além do significado histórico-cultural intrínseco de que o mesmo se reveste, o seu atual reconhecimento deve-se, sobretudo, ao peso simbólico que continua a carregar, num período que pode considerar-se caracterizado pela perda acentuada dos mais fortes alicerces da identidade covilhanense. Será a partir da década de oitenta que, à medida que se iniciava a brusca reconversão industrial e a terciarização da Covilhã, se passou a olhar atentamente para os vestígios que restavam da sua ancestral indústria de lanifícios e se valorizaram estes como a referência histórica por excelência da cidade. Mais de uma centena de unidades fabris, algumas delas ornadas ainda com as altas chaminés, continuam a marcar uma forte presença na paisagem e a pontilhar o tecido urbano, constituindo os monumentos por excelência da cidade, uma vez que foram aquelas que lhe imprimiram vida, fazendo-a pulsar ao ritmo do seu trabalho. As intervenções de salvaguarda e preservação nela empreendidas estão a transformá-la numa *“paisagem cultural evolutiva (considerada na sua dimensão dinâmica)”*, no sentido da concretização do conceito definido por Massimo Preite que, para o efeito, privilegia as intervenções de valorização empreendidas no âmbito do património (Preite, 2008: 53-59).

A INTERVENÇÃO REALIZADA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

O respeito pelo passado histórico da Covilhã foi o princípio que presidiu à recuperação empreendida pela UBI do património industrial da Covilhã, que contribuiu para modificar a fisionomia da própria cidade, mantendo a sua identidade. As intervenções realizadas permitiram conciliar história e tradição com inovação, modernidade e desenvolvimento. Recuperados, preservados e reutilizados, os monumentos industriais foram devolvidos à cidade e aos cidadãos, repercutindo-se a sua influência nas áreas envolventes e contribuindo para a criação de novas centralidades no tecido urbano.

O modelo de reabilitação arquitetónica empreendida no Pólo I da UBI foi definido pela equipa projetista responsável, o “Atelier GPA - Grupo Planeamento e Arquitectura”, tendo sido inicialmente apresentado à Direção Geral das Construções Escolares, que coordenou a execução da 1ª Fase da intervenção e, a partir de 1975, à Comissão Instaladora do Instituto Politécnico da Covilhã (2ª, 3ª, 4ª e 5ª fases). A equipa projetista foi liderada por Bartolomeu da Costa Cabral, que imprimiu a sua inconfundível marca na interpretação e valorização das pré-existências e na sua articulação com as novas construções projetadas, de sóbrio figurino, de que resultou uma nova e harmónica unidade, marcada pela horizontalidade e contenção em altura, aproveitando as plataformas aplanadas pela implantação das antigas construções fabris³⁰. Os resultados desta experiência piloto, pela qualidade evidenciada, aconselharam

a sua continuidade e o acompanhamento da mesma por Bartolomeu da Costa Cabral, desde 1973 até 2004.

Como sublinhou Nuno Teotónio Pereira, a intervenção realizada, não só permitiu preservar o património industrial, como consolidar e valorizar *a envolvente do casco urbano, ao mesmo tempo que potenciava a sua vitalidade, tudo resultando numa extraordinária mais-valia para a cidade* (Cabral, 2005:11).

Após a requalificação do imóvel mais recente da Real Fábrica de Panos, que veio a constituir a 1ª Fase do Pólo I, deu-se início, em finais de 1975, às obras de reabilitação dos edifícios de fundação pombalina do mesmo complexo, que vieram a constituir a 2ª Fase, abrangendo o conjunto das quatro alas que delimitam, no interior, o pátio central quadrangular, que servira de “parada” as duas unidades militares que ocuparam este complexo, entre 1888 e 1959. Foram então postas a descoberto, a poente da fachada principal, as estruturas arqueológicas, que viriam a designar-se por “poços cilíndricos, fornalhas e caleiras”, tendo-se admitido então poderem ter pertencido às antigas tinturarias pombalinas da Real Fábrica ou a uma anterior (a Fábrica Velha, fundada no séc. XVII, por intervenção do Conde da Ericeira). Identificaram-se ainda, como tendo pertencido à primitiva estrutura, as bocas de fornalha e chaminés e os arcos de volta perfeita, na área da sala que passou a designar-se por “Sala dos Arcos”, assim como a rede de esgotos do edifício e um depósito de água. A Comissão Instaladora do IPC notificou a Direcção Geral do Património Cultural, solicitando apoio técnico e financeiro para a preservação destas estruturas, reconhecidas já então como de alto valor museológico, comprometendo-se à não prossecução das obras nas áreas em causa, assim como a solicitar ao gabinete projetista as alterações necessárias à sua preservação. Pelo Dec. Nº 28/82, de 26 de Fevereiro, foi o conjunto classificado como *Imóvel de Interesse Público* e, a partir de 1986, iniciado o seu processo de musealização³¹.

É de salientar que uma nova disciplina científica, conhecida como “arqueologia industrial”, fundada por Keneth Hudson e Brian Bracegirdle, nos anos 50 do séc. XX, para documentar o mundo industrial em fase de acelerada desagregação, se encontrava já então divulgada em Portugal. A partir de meados dos anos setenta começaram a valorizar-se, no nosso país, os testemunhos do passado industrial, o que explica a classificação, em 1982, como “Imóvel de Interesse Público”, das estruturas arqueológicas que vieram a reportar-se às dornas e caldeiras das salas de tinturaria da Real Fábrica de Panos³². Este facto marcou decisivamente a política de reconversão arquitetónica dos edifícios industriais, levada inicialmente a efeito no Pólo I da UBI, caracterizado pela elevada concentração de edifícios fabris de valor histórico e patrimonial, a que se seguiram as realizadas no restantes espaços industriais que vieram a ser adquiridos para instalações universitárias, nomeadamente: o edifício destinado ao Departamento de Química e ao Centro de Informática (fábrica José Mendes Veiga - Real Fábrica Veiga/ Francisco Roque da Costa Júnior); o edifício atualmente ocupado pelo Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências (antiga fábrica de Sebastião da Costa Rato); a unidade recuperada para instalações da Faculdade de Ciências da Saúde (escritório e armazéns da Real Fábrica Veiga); o edifício adquirido para instalação do Núcleo da Industrialização do Museu de Lanifícios e parque de estacionamento (Real fábrica Veiga); o convento de Santo António, que integrou a Fábrica de Buréis, esta última destinada a sede dos Serviços de

Ação Social da UBI; o conjunto de edifícios localizados na rua Joaquim Pessoa, ocupados pela Faculdade de Engenharia, os espaços de Arquitetura e Centro de investigação em Ciência e Tecnologia do Papel (fábrica e escritórios da empresa José Paulo de Oliveira Júnior) e o edifício para instalação dos Serviços Técnicos (Fábrica de Manuel Maria Antunes Júnior). Para além destes, sobressai, nas suas proximidades e integrando igualmente o conjunto patrimonial da Fonte do Lameiro, em vias de classificação, o complexo da Faculdade de Engenharia (a extinta Empresa Transformadora de Lãs). No casco urbano, destaca-se o imóvel adquirido para instalação da Cantina da Boavista (antiga fábrica de José Nunes Jacinto/ Cristiano Cabral Nunes). Na ribeira da Carpinteira, destaca-se o conjunto das râmolas de sol e do estendedouro de lãs, ao Sineiro, adquiridas para parque de estacionamento e que vieram a constituir um novo núcleo de ar livre do Museu de Lanifícios, que integram a área do complexo fundado por Ignácio da Silva Fiadeiro, em 1850; os complexos fabris destinados à instalação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (a empresa Ernesto Cruz) e à residência universitária Pedro Álvares Cabral (a empresa João Roque Cabral). Merecem igualmente destaque as intervenções realizadas em antigas residências de empresários covilhanenses, nomeadamente, os palacetes Melo e Castro e José Mendes Veiga e Menezes, respetivamente para instalação do Centro de Seminários, Colóquios e Conferências e da Biblioteca Geral da UBI³³. Analisada globalmente, a intervenção arquitetónica que acompanhou a edificação universitária, constitui um referencial de qualidade que, segundo Madalena Matos, “constrói urbanidade e aponta futuros possíveis ao corpo da urbe” Matos, 2009: 119).

O PROGRAMA PÓLIS

A Covilhã foi uma das dezoito cidades portuguesas que beneficiou do *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*, POLIS, aprovado na sequência da resolução do conselho de ministros nº 26/2000. Co-financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) para ser aplicado entre 2000 e 2008, através de uma parceria realizada entre o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Câmara Municipal, designada de “Viver Covilhã, Programa POLIS”. Pretendia-se *“melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional”*, através de um conjunto de intervenções que se pretendiam exemplares e de efeito multiplicador. A sua aplicação à Covilhã foi então justificada pela necessidade de salvaguardar os seus mais importantes núcleos do património industrial, localizados junto às ribeiras da Goldra e da Carpinteira, que lhe marginam o tecido urbano.

O Polis Covilhã, liderado e desenvolvido pelo Arq. Nuno Teotónio Pereira, procurou *“atenuar malfieitorias, adaptar relevo, preservar a identidade, [e] consolidar o tecido urbano”*, através de uma metodologia que privilegiou o trabalho de campo, a ampla auscultação dos cidadãos, bem como uma estreita articulação com a equipa de trabalho do inventário do património industrial da Covilhã. Esta atividade foi desenvolvida no âmbito do protocolo celebrado entre a UBI (Museu de Lanifícios) e o Instituto Português do Património Arquitectónico, IPPAR, que, de entre outras finalidades visava elaborar a *Carta*

do Património Industrial da Covilhã. Ao programa Polis deve-se a elaboração de três importantes instrumentos de planeamento urbano: os dois Planos de Urbanização dos vales das ribeiras da Goldra e da Carpinteira (em co-autoria daquele com Pedro Viana Botelho, arquitectos e ARPAS / Luís Cabral) e o Plano de Mobilidade Pedonal da Covilhã. Estes vieram a ser complementados por outros planos de pormenor, de que se salientam, pela exemplaridade e elevada qualidade, os do Rossio do Rato e de São João de Malta, da autoria de Nuno Teotónio Pereira, e o da Ponte da Carpinteira, da autoria de Carrilho da Graça (J.L.C.G.- Arquitectos, Lda).

Procurou-se corrigir os resultados de um planeamento urbano que, nos últimos cinquenta anos, não só não atendera às especificidades do relevo da cidade, ignorando os constrangimentos físicos resultantes da acidentada topografia, como isolara do estrangulado centro urbano alguns dos bairros periféricos.

Constituiu uma das mais amplas e inovadoras intervenções urbanísticas realizadas na Covilhã, visando uma maior sustentabilidade urbana e contribuindo para melhorar significativamente a mobilidade dos cidadãos, para tornar coesa a cidade, reconciliando-a com alguns dos mais significativos testemunhos do seu passado, através da aposta na valorização cultural de uma singular paisagem industrial. Salienta-se, neste domínio, a intervenção realizada na via, rotunda e rossio da ponte do Rato, que permitiu preservar um conjunto de evidências inseridas no primeiro conjunto de património industrial a ser proposto, na Covilhã, para classificação, o “conjunto patrimonial da Fonte do Lameiro”, compreendendo as diversas unidades fabris instaladas na área compreendendo a rua Joaquim Pessoa, a calçada da Fonte do Lameiro e a zona envolvente da ponte do Rato³⁴.

INTERVENÇÕES LEVADAS A EFEITO POR PARTICULARES

Na sequência das modelares ações de salvaguarda e preservação das memórias industriais covilhanenses levadas a efeito quer pela Universidade da Beira Interior quer no âmbito do Programa Polis, algumas outras instituições e, mais recentemente, algumas entidades particulares desenvolveram experiências de reutilização de imóveis industriais com diversificadas finalidades. Destas, merecem destaque a realizada pela Associação de Socorros Mútuos da Covilhã, que viabilizou a instalação de um lar para idosos na extinta fábrica de *José Monteiro Grilo/J. C. Saraiva*³⁵; a reutilização para atividades desportivas da antiga fábrica *Vitorino Duarte Moreno/Aníbal Pereira Nina*³⁶ e, na ribeira da Carpinteira, a intervenção já empreendida pela firma *Sineiro Residence* que, no conjunto industrial do Sineiro, tem promovido uma requalificação das antigas fábricas *Ignácio da Silva Fiadeiro/Fitecom* e *Joseph Bouhon/Álvaro Paulo Rato* para a sua reconversão em residências universitárias³⁷.

O MUSEU DE LANIFÍCIOS DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR CENTRO DE MEMÓRIA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO

A intervenção de musealização realizada na área das tinturarias da Real Fábrica de Panos e a inauguração, em 1992, deste primeiro núcleo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, veio contribuir decisivamente para o processo de patrimonialização das memórias industriais não só da cidade

e concelho, como da região. Tendo-se transformado num museu polinucleado, que é atualmente um *case-study* com repercussões a nível internacional, o seu programa museológico assentou, desde a primeira hora, nos eixos estruturantes que até ao presente o têm orientado. Nesse sentido, deu-se particular ênfase à incorporação e organização das coleções, à conservação dos bens que passou a custodiar, à divulgação do vasto património que representa, à criação das condições indispensáveis ao estabelecimento coerente de uma linha de investigação sobre as temáticas que passou a abarcar e à musealização *in situ* das evidências de campo do património industrial, numa área geográfica delimitada pela influência da serra da Estrela, “*onde tudo são lãs e panos*”, como, no último quartel do séc. XVII, era caracterizada (Dias : 1953-55: 89).

Apesar da limitação dos recursos materiais e humanos com que o Museu sempre se confrontou, o programa museológico que presidiu à sua fundação pôde, paulatinamente, vir a ser concretizado, atendendo a um conjunto de circunstâncias propícias, a que não terá sido alheia a inusitada missão que Alvin Tofler destina aos museus, quando os considera os “*pára-choques do futuro*” (*O choque do futuro*, 1971). Na verdade, o enquadramento científico da intervenção de musealização levada a efeito na Real Fábrica de Panos, assente na arqueologia industrial, disciplina científica que privilegia uma dimensão projetiva ou de *conservação ativa do património*. Foi ela que orientou o seu percurso e justificou a própria escolha do lema do Museu: “*os fios do passado a tecer o futuro*”. Contudo, a vontade expressa pelos reitores da UBI na sua valorização, tanto mais quanto as atividades levadas a efeito no âmbito do ensino e da investigação nas áreas científica e artística do têxtil contribuem para fortalecer a identidade da própria UBI e a sua afirmação a nível internacional, motivou a equipa de trabalho do Museu a porfiar no seu desenvolvimento e a procurar transformá-lo num centro de memória e conhecimento, em que o próprio museu se assume como um sistema de informação têxtil. A musealização da Real Fábrica Veiga permitiu concretizar a sua realização, ao incorporar as valências de Centro de Documentação/Arquivo Histórico dos Lanifícios e de Núcleo Museológico da Industrialização, disponibilizando as bases de dados ARQUEOTEX e MUSEOLAN e a concentrar no mesmo complexo o Centro de Interpretação da Rota da Lã, desenhada e liderada, a nível peninsular, pelo Museu de Lanifícios, viabilizando ainda a concentração dos serviços museográficos e administrativos. A criação deste equipamento de base cultural e a sua transformação num verdadeiro laboratório de investigação no domínio das Ciências Sociais e Humanas contribuiu decisivamente para a construção da *paisagem cultural evolutiva* covilhanense.

BIBLIOGRAFIA

- Aleixo, José Lopes (2011). *A Real Fábrica de Panos da Covilhã: arqueologia industrial e reabilitação de uma fábrica pombalina*. Lisboa: Bubok Publishing S. L.
- Cabral, Bartolomeu da Costa (2005). *A Universidade e a Cidade*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Carvalho, A. Crespo de (1990). In Quintella, Arthur de Moura (1899). [Ed. fac-similada]. Covilhã: Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã.

- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1953-55). Os lanifícios na política económica do Conde da Ericeira. In *Lanifícios*, 46-67: FNIL [199-302].
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1955). Memória sobre o estado actual das Fábricas de Lanifícios da Vila da Covilhã e das Causas que retardam a sua ultima perfeição pelo Bacharel João António de Carvalho Rodrigues da Silva [1803]. In *Lanifícios*, 68-71: FNIL [350-596].
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955 a). *A Relação das Fábricas de 1788*, Coimbra: Separata do Boletim de Ciências Económicas da Faculdade de Direito de Coimbra [vol. III, nº 4, 1954 e vol. IV, nº 1, 1955].
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1958-1965) *História dos lanifícios (1750-1834)*: documentos, 3 Vol., Lisboa: [s.n.].
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho (1961). *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*. Vol I, Beja: LFC.
- Dias, Luiz Fernando de Carvalho [Compil.] (1962). Memória sobre a Covilhã, feita em 1734 pelo Padre Manuel Cabral de Pina, Prior da Igreja de S. Silvestre, da vila da Covilhã. In *Lanifícios*, 145-147: FNIL [25-54].
- Fernandes, José Manuel (2009). A requalificação arquitectónica e o papel da Sociedade de reabilitação Urbana Nova Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (62-67).
- Freire, A. Brancamp (1916). Tombo da Comarca da Beira. In *Arquivo Histórico Português*. Vol X. Lisboa: Imp. Libânio da Silva.
- Giraldes, Manuel Nunes (1877). *Cathecismo nacional de filosofia do trabalho*, Lisboa: Lallemand Frères.
- Giraldes, Manuel Nunes (1880). *A Covilhã no Centenário*, Lisboa: Lallemand Frères Typ.
- Lôbo, Margarida de Souza (2009). Covilhã: planos de urbanização à época de Duarte Pacheco. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [30-39].
- Matos, Madalena Cunha (2009). Ponto, linha, plano: a edificação universitária na Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [110-119].
- Martins, Rocha, [Dir.] (1922) *ABC do comércio, da indústria e da agricultura*, número especial dedicado à Covilhã. Lisboa: Carlos Ferrão.
- Milheiro, Ana Vaz (2009). Por uma cidade amável: espaços públicos e programa Polis na Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [54-61].
- Pereira, António dos Santos (2002). A História e a localização industrial: a produção e a circulação dos panos no interior do Reino antes da industrialização. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: A indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [213-225].
- Pereira, António dos Santos (2009). *Portugal adentro: do Douro ao Tejo ao milénio beirão*. Covilhã: universidade da Beira Interior.
- Pereira, Miriam Halpern (2002). Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: A indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [577-594].

- Pinheiro, Elisa Calado (1996). Trajectória de um sub-sistema de ensino na sua integração regional. O ensino secundário na Beira Interior. Algumas notas para o seu estudo. In *Anais Universitários. Ciências Sociais e Humanas*. Número Especial. Covilhã: Universidade da Beira Interior [79-110].
- Pinheiro, Elisa Calado (1998). *Catálogo do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado (2002). Os fios do passado a tecer o futuro – um lema para o Museu de Lanifícios: da Covilhã à Europa pelas rotas da lã e redes de informação têxtil. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: a indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*, Covilhã, Universidade da Beira Interior. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior [99-150].
- Pinheiro, Elisa Calado (2008-2010). *Rota da Lã TRANSLANA, percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tâjo-Salor-Almonte (Espanha)*. [Vol. 1 - Reconhecimento e valorização patrimonial (2008). Vol. 2 - Inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios (2010)]. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- Pinheiro, Elisa Calado (2009). Politiques et pratiques de sauvegarde du patrimoine industriel de la filière laine. Le cas de Covilhã (Portugal). In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony*, 21. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIIH (revue) , [2009/1: 59-78].
- Pinheiro, Elisa Calado (2011). La valorisation culturelle du patrimoine lainier dans les territoires frontaliers du Portugal et de l'Espagne. In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony*, 25. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIIH (revue), [65-85].
- Portugal, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1891). *Inquérito industrial de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Portugal, Comissão de Planeamento da Região Centro (1973). *Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo sub-grupo da indústria do Grupo de Trabalho nº6 - Cova da Beira* [Policopiado].
- Preite, Massimo (2008). Du paysage industriel au paysage culturel évolutif. In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony*, 19. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIIH (revue) ,[53-59].
- Quintella, Arthur de Moura (1899). *Subsídios para a Monographia da Covilhan*. Covilhã: Typ. O Rebate.
- Silva, António de Moraes (1844). *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typ. de António José da Rocha.
- Silva, Manuel José dos Santos Silva (2008). L'Université de Beira Interior et la préservation du patrimoine industriel de Covilhã. In *Patrimoine de l'industrie = Industrial patrimony* 20. Torino: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, TICCIIH (revue), [2008/2: 93-10].
- Tavares, Maria José Ferro (2009). A judiaria da Covilhã. In *Monumentos*, 29, Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana [24-29].
- Vaz, Domingos Martins (2002). A Covilhã, da tradição e da modernização. In *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial: a indústria têxtil europeia – os fios do passado a tecer o futuro – uma abordagem pluridisciplinar*, Covilhã, Universidade da Beira Interior. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

NOTAS

- ¹ O concelho da Covilhã compreende 31 freguesias distribuídas espacialmente por uma área de 551Km², abarcando duas áreas geomorfológicas distintas: uma zona de montanha e um vale de planície.
- ² Sobre a transumância veja-se, o capítulo “A transumância peninsular. Do conceito às práticas” (Pinheiro, 2008: 119-181) e, particularmente, as pp. 178 a 181 sobre os contingentes de gado da Beira Interior. Relativamente às medidas destinadas a garantir, por parte da Câmara da Covilhã, o acesso à lã por parte da indústria local, vejam-se os incentivos e concessões feitos aos criadores de gado de Aldeia do Carvalho e aos moradores da Covilhã, no séc. XVII (Pinheiro, 2008:236).
- ³ Estudos arqueológicos comprovam a utilização de pastagens na Serra da Estrela desde a segunda metade do V milénio a.C. (Pinheiro, 2008:149).
- ⁴ Sobre esta evidência toponímica e a sua localização cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 660-661).
- ⁵ Sobre a localização desta evidência toponímica cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010:608 e 633).
- ⁶ Sobre esta evidência toponímica e a sua localização cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 608-609).
- ⁷ Sobre esta evidência toponímica e a sua localização cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 608 e 617-618).
- ⁸ A primeira roda hidráulica da Covilhã foi montada na Ribeira da Goldra, na fábrica de Simão Pereira da Silva, administrada à época, após a morte do fundador, por António Pessoa de Amorim, genro daquele. Começou a ser instalada, em 1815, pelo técnico francês Gabriel Morizon. Esta roda destinava-se a fazer acionar as primeiras “máquinas de cardar e fiar as lãs, prexar e tosar os tecidos, todas movidas por água”, que começaram a ser executadas, em 1813, por dois técnicos que tinham ainda sido contratados pelo primeiro dos empresários, na Irlanda (Pinheiro, 2008:267-268).
- ⁹ Consulte-se, a propósito, a planta da Covilhã, com a indicação da área proposta por Maria José Ferro Tavares para a localização da judiaria e do espaço atribuído pela tradição à sua implantação (Tavares, 2009: 28) e cf. com a planta de pormenor da zona central do antepiano geral de urbanização da Covilhã, da autoria do arquiteto e urbanista João António de Aguiar, datada de 1951. Nesta última, para além das novas vias a construir, identificam-se os edifícios a destruir para alinhamento e alargamento das vias existentes e para saneamento dos quarteirões, atendendo aos pressupostos de acessibilidade automóvel e salubridade da habitação previstos pelo mencionado plano que, todavia, não chegou a ser concretizado na sua maioria, tão extensas eram as áreas de demolição preconizadas, sobretudo no casco medieval intramuros (Lôbo: 2009: 35). É deste modo possível demarcar a área de contiguidade entre as duas zonas identificadas por Maria José Ferro Tavares.
- ¹⁰ Trata-se, de acordo com o Dicionário de António de Moraes Silva, de um tipo de tecido de lã grosseiro e felpudo (Silva, 1844:277).
- ¹¹ Tratar-se-ia de um tipo de pano grosseiro feito de lã churra, podendo ser branco ou preto e que foi utilizado nas vestes dos frades capuchos (Silva, 1844:340).
- ¹² Esta designação aplica-se a um tipo de burel branco ou preto que se destinava a cobrir as albardas (Silva, 1844:100).
- ¹³ Sobre a intervenção do D. Pedro II e do Conde da Ericeira na Covilhã veja-se o *Catálogo do Museu de Lanifícios* (Pinheiro, 1998: 48-52). Relativamente à designada *Fábrica Velha* cf. ainda a sua evolução histórica na ficha de inventário da unidade (Pinheiro, 2010:553-554).
- ¹⁴ Sobre a evolução histórica da Real Fábrica de Panos cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010:638-640). e sobre a sua arquitetura e a reabilitação nela empreendida pela Universidade da Beira Interior, vejam-se da obra publicada por José Lopes Aleixo, os capítulos III e IV (Aleixo 2011: 77-147).
- ¹⁵ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 630-631).
- ¹⁶ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 542 e 553-556).
- ¹⁷ Veja-se sobre esta unidade, a sua localização e evolução a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 621-625).
- ¹⁸ Cf. sobre esta unidade, a sua localização e evolução a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 629; 636; 640-641;648;653; 657-658;667;702-703;705-706;712-713 e 723).
- ¹⁹ Por decreto de 3 Janeiro de 1884, assinado pelos ministros das Obras Públicas e da Instrução Publica, respetivamente António Augusto de Aguiar e Hintze Ribeiro, é criada na Covilhã uma escola industrial, com a finalidade de “ministrar o ensino apropriado às indústrias predominantes naquela localidade, devendo este ensino ter uma forma eminentemente prática”.
- ²⁰ A produção de tecidos da Covilhã, em 1940, representava 60% da produção nacional. Este valor veio sucessivamente a decrescer, tendo passado, em 1950, para 51,3%, em 1960, para 47,7% e, em 1970, para 35,6%. A falta de competitividade da cidade acentuou-se então, uma vez que se foi registando concomitantemente um aumento do número dos efetivos ocupados na indústria. Em 1940, estes representavam 31% do total nacional, em 1950 aumentaram para 44,1% e, em 1960, para 43,9%. Contudo, em 1970, quando se tenta uma última reestruturação, bruscamente interrompida, passaram para 36,4% daquele total. Cf. PORTUGAL, 1973, pp. 19-20.
- ²¹ Sobre o estado da indústria covilhanense nos inícios da década de setenta do séc. XX, veja-se o relatório da Comissão de Coordenação de Planeamento da Região Centro: Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira, datado de Dezembro de 1973, particularmente as pág. 15 a 80, onde se apresenta uma caracterização circunstanciada da indústria de lanifícios do Grémio da Covilhã, bem como as recomendações propostas pelo consultor da OCDE, Roger Haour, igualmente publicadas no referido documento (pag.95 a 184).
- ²² Foi criado através do Decreto-lei nº 402/73, de 11 de Agosto, no âmbito da reforma do ensino empreendida por Veiga Simão, com a finalidade de ampliar a rede pública de ensino superior. Esta nova oferta, mais regionalizada e diversificada, contribuiria para a formação dos quadros superiores de que

o país carecia e para o desenvolvimento de uma política de fomento interno apoiada num conjunto de centros urbanos, alguns deles no interior do país, como era o caso da Covilhã.

²³ O plano de estudos de dois anos, compreendia dezassete disciplinas e as especialidades de Contabilidade e Administração, de Têxtil e de Eletricidade e Máquinas (Pinheiro, 1996:104).

²⁴ A Câmara Municipal da Covilhã tinha-os adquirido, em 1885, por expropriação amigável, aos herdeiros de António Pessoa de Amorim, tendo os mesmos sido posteriormente cedidos para instalação do Regimento de Infantaria 21, em 1888 (Pinheiro, 1998: 31).

²⁵ O IUBI foi criado através da aprovação, pela Assembleia da República, da Lei nº 44/79, de 11 de Setembro.

²⁶ A UBI foi instituída através do Decreto-lei 76-B/86, de 30 de Abril.

²⁷ Sobre a evolução empresarial deste grupo veja-se a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 535; 617-618; 628 -630; 667-669; 698-699; 711-712).

²⁸ Em 09/04/1994, no âmbito da *Presidência Aberta sobre Ambiente*, a Covilhã foi escolhida para a realização, na *Universidade da Beira Interior*, do debate nacional do tema “O Património Industrial: da recuperação da memória colectiva a novas vias de desenvolvimento”.

²⁹ Para uma análise mais circunstanciada sobre a intervenção realizada na UBI pelo arquiteto Bartolomeu da Costa Cabral, consulte-se a obra, da sua autoria, *A universidade e a cidade*, 2005, ilustrada por uma excelente e criteriosa documentação gráfica e fotográfica.

³⁰ Sobre as intervenções arquitetónicas e arqueológicas levadas a efeito nos espaços das antigas tinturarias da Real Fábrica de Panos, veja-se Pinheiro, 1998: 31-36.

³¹ A *Carta sobre o Património Industrial* viria só a ser aprovada, em 17 de Julho de 2003, pelos delegados do TICCIH, *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, em Nizhny Tagil (Rússia), defendendo-se, a partir de então, que aquele compreende os *vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitectónico ou científico, distinguindo-se da arqueologia industrial, entendida como um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefactos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou por processos industriais*. Circunscreveu-se o âmbito temporal daquele, delimitando-o a partir dos inícios da Revolução Industrial, na segunda metade do séc. XVIII, até aos nossos dias, *sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais, considerando-se ainda que deveria apoiar-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia* (Pinheiro 2008: 335-341). Consulte-se a versão portuguesa deste documento (acedida em 13 de Junho de 2008), em <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>.

³² Para uma caracterização sucinta das unidades intervencionadas pela UBI, veja-se Pinheiro 2009: 100-106.

³³ Sobre a importância do programa Polis para a Covilhã, veja-se Pinheiro, 2009: 74; Milheiro, 2009: 61 e Fernandes, 2009: 62-64.

³⁴ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 598 e 604-605).

³⁵ Sobre esta unidade, a sua localização e evolução cf. a respetiva ficha de inventário (Pinheiro, 2010: 584, 588).

³⁶ Vejam, relativamente a estas unidades, as respetivas fichas de inventário (Pinheiro, 2010: 527, 531-533; 578, 581-582, 603 e 464, 532-534, 606) .

BREVE RESENHA BIOGRÁFICA

Elisa Calado Pinheiro, natural de Tortosendo, encontra-se atualmente na situação de aposentada da função pública, tendo desempenhado as funções de professora auxiliar convidada do Departamento de Letras e de diretora do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior desde a sua fundação até 31 de Julho de 2011.

Manuel José dos Santos Silva, natural de Valhelhas, Guarda, é professor catedrático do Departamento de Ciência e Tecnologia Têxteis da Universidade da Beira Interior, UBI, tendo desempenhado as funções de Reitor da mesma instituição entre 1996 e 2009.

Santa Maria dos Olivais: uma freguesia património de Lisboa

Francisco Carvalho
franciscocarvalho.07@gmail.com
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ABSTRACT

St. Mary of Olivais, now also identified by parish of Olivais or just Olivais, back to the end of three hundred and its origin is a decision of the Archbishopric of Lisbon on the creation of the parish of that name. Lands formed by “termo” of Lisbon, has been the subject of transformations of all kinds, especially in the last century. In this article presents a brief description of Olivais to the present, highlighting the main urban interventions recorded in the last century, the contexts in which they occurred and their implications more relevant.

KEY WORDS

History, urban planning, heritage. Lisbon, parish of Sta Mary of Olivais

RESUMO

Santa Maria dos Olivais, doravante também identificada por freguesia dos Olivais ou apenas por Olivais, remonta ao final de Trezentos e na sua origem está uma decisão do Arcebispado de Lisboa acerca da criação da paróquia com esse nome. Formada por terras do “termo” de Lisboa, tem sido objecto de transformações de toda a ordem, sobretudo no século passado. No presente artigo, faz-se uma breve descrição dos Olivais até à actualidade, realçando as principais intervenções urbanísticas verificadas na última centúria, os contextos em que as mesmas ocorreram e suas implicações mais relevantes.

PALAVRAS-CHAVE

História; urbanismo, património, Lisboa, freguesia de Santa Maria dos Olivais.

INTRODUÇÃO

A história da paróquia dos Olivais remete a Trezentos. Concretamente, reconduz-nos a 6 de Maio de 1397, data em que D. João Anes, Arcebispo de Lisboa, decide criar a paróquia de Santa Maria dos Olivais onde terá sido construída a igreja da Praça, decisão que seria confirmada por bula papal de Bonifácio IX de 1400 (Delgado, 1969; Dias e Dias, 1995, Lemos, 1997). Ainda hoje, no exterior do actual templo, pode ver-se uma lápide onde se lê: “Igreja de Santa Maria dos Olivais” e “Esta paróquia foi criada a 6 de Maio de 1397” e logo abaixo “Sendo padroeira Nossa Senhora da Assunção”. Todavia, a presença humana neste espaço deixou vestígios desde o Paleolítico, devendo ter formado povoado no Neolítico, mantendo-se ininterruptamente até à actualidade documentadas que estão a presença romana e a muçulmana (Lemos, 1997; Torres e Portas: 1995). A novel paróquia era constituída por terras do “termo” de Lisboa, doadas ao município por D. João I, em 1385, “em recompensa de serviços prestados à Nação e à Realeza”, terras que outrora “pertenciam aos arrabaldes citadinos, para lá de Chelas, com a Marvila das mesquitas mouras na posse do Bispado desde 1149 [...] e, presumivelmente, à freguesia de Sacavém, constituída no século XII, talvez nos sítios dos Marcos, da Encarnação e da Portela”, segundo Ralph Delgado (1969: 15). Referenciando as hipóteses mais seguras, é ainda Delgado (1969: 36) quem sustenta que Santa Maria dos Olivais só deve ter tido verdadeiro começo no século XVI, porventura mercê de um aforamento feito por um tal Francisco Carneiro, em 1566, “de vários chãos de dez varas de largo, cerca de onze metros, ‘junto à igreja’, de um olival que herdara em morgado” de uma sua tia, “para se fazerem casas”, chãos, provavelmente, do futuro Rossio [actual Praça da Viscondessa], da futura Calçadinha ou das duas serventias”. Ao tempo, Olivais correspondia a um perímetro em que de entre as maiores linhas de contorno se encontravam os “Marcos até Beírolas, a Panasqueira de Cima, a Portela, a Estrada de Sacavém, o Vale da Fonte do Louro, o fundo de Chelas com a encosta do lado do Alto das Conchas e toda a margem ribeirinha a partir do Grilo, findando um pouco além da actual Estrada da Circunvalação” (Delgado, 1969: 25). Depois, a partir do núcleo central próximo do templo, e gradualmente, foi ganhando forma. Assim, continuando a acompanhar Ralph Delgado, e a título de exemplo, no século XVIII, “os limites fixados por decreto de 3 de Dezembro de 1755, confirmados por alvará de 12 de Maio de 1758, estendiam-se, do lado do Tejo, até Santa Apolónia, partindo os Olivais do Vale de Chelas, enquanto do lado de Sacavém as demarcações da freguesia abrangiam os Marcos, a Portela e a Estrada de Sacavém, na face anexa à Bela-Vista” (Delgado: 22). No entanto, logo em 1756, em consequência da criação da freguesia do Beato, foram retirados aos Olivais “Chelas, Fonte de Louro até à Cruz do Almada, Rua Direita de Marvila, Grilo, Beato e Poço do Bispo”. Enfim, só para nos quedarmos pelo período pós-terramoto até ao termo da década de setenta do século XIII, a jurisdição da freguesia objecto deste artigo foi alterada pelo plano de 1780, que restituiu a Rua Direita aos Olivais, plano esse que, por seu turno, alteraria o que fora definido em 1770.

Do ponto de vista da demografia histórica, por uma primeira contagem feita em 1620, existiam na povoação dos Olivais 650 fogos e um total de 5160 habitantes, maioritariamente vivendo da agricultura ainda que alguns se

dedicassem à pesca e à extracção do sal (Lemos, 1997). Teresa Rodrigues (1990: 55-56) estima em 2092 o número de habitantes dos Olivais, no dealbar da segunda metade de Setecentos, em 1755, mas antes do terramoto que assolou Lisboa. Porém, na sequência de um inquérito efectuado em 1758 às paróquias da capital, justamente para avaliar as consequências do terramoto, o pároco dos Olivais responde: “Olivais he aldea e parochia do termo da cidade de Lisboa, de que dista legoa e meia para o Nordeste: o seu povo ja chegou a 900 fogos, pouco depois do terramoto: hoje consta de 647, com alma, 1770, sujeitas no civil ao Corregedor do Bairro d’ Alfama, e todos na matris consagrada a Santa Maria dos Olivaes” (Portugal e Matos, 1974: 293). Por outro lado, Lemos e Lemos (1997) reproduzem profusa documentação acerca do “fácies” rural da zona oriental de Lisboa, especialmente sobre os Olivais de 1763, reveladora da existência de grandes propriedades pertença do clero e da nobreza, a par de pequenas propriedades. Ainda na segunda metade de Setecentos são instaladas as primeiras unidades fabris (Lemos, 1997), mas a partir de Oitocentos novas fábricas vão surgindo e com elas a construção de pátios e vilas, designadamente em torno da zona correspondente ao actual núcleo urbano de Olivais Velho (Dias e Dias, 1993). Tal foi o caso de uma fábrica de estampania de tecidos (a fábrica Alves Gouveia) em 1874, na Quinta das Casas Novas, pertença desse industrial, que laborou até aos anos 40 do século XX e que em 1877 empregava mais de 200 operários, para os quais o empreendedor em causa mandara construir um bairro em 1882. Segundo Lemos (1997:44), articuladamente com o crescimento dos Olivais nos finais do século XIX, implanta-se na área da antiga Quinta do Paiva e Olival do Barbosa a que ainda hoje é conhecida por vila Gouveia, pertencente àquele industrial em 1917, sendo aí que “João Smith, em 1891, adaptando um dos edifícios, construiu uma escola”, da qual é “herdeira” a actual Escola do 1.º ciclo n.º 55, junto ao Bairro do Casal dos Machados (Carvalho, 2007: 269 e segs). A freguesia constituiu-se como “logradouro apetecível da fidalguia lisboeta (...) zona essencialmente de regalo” até finais do século XIX (Delgado, 1969: 21), a despeito de contribuir para o aprovisionamento citadino e para o crescimento de Lisboa, sob um lento processo de anexação. Ainda no século XIX, por decreto de 11 de Setembro de 1852, que fixa novos limites à cidade de Lisboa, Santa Maria dos Olivais ascende a concelho e, trinta e três anos depois, por carta de lei de 18 de Julho de 1885, deixa de pertencer ao termo de Lisboa e passa a incorporar a cidade, “ficando com parte do seu território além da estrada da circunvalação, anexa à freguesia de Sacavém, do concelho de Loures”, como sustenta Vieira da Silva (1943: 67). Embora com objectivos de valorização, Santa Maria dos Olivais tem duração efémera como concelho, já que a consagração legal desse estatuto não é acompanhada de incentivos adequados. Daí veio resultar a sua extinção por decreto de 22 de Julho de 1886, o qual redefine os limites de Lisboa, alargando-os, “tendo sido reintegradas áreas pertencentes aos concelhos dos Olivais e de Oeiras.” (CML, 2005: 29), sendo então criado em substituição do concelho dos Olivais o concelho de Loures. Apesar da duração efémera do concelho dos Olivais, verificaram-se interessantes transformações de natureza económica e social, sob o impulso dos novos meios de transportes. Depois da estrada da circunvalação, aberta em 1852, veio o caminho-de-ferro, em 1856 (Gomes e Gomes, 2006: 12), que ao ligar Lisboa ao Carregado – Linha do Leste, e tendo Olivais uma estação própria, ajudou a encurtar distâncias, possibilitou a instalação de mais fábricas, armazéns e oficinas, bem como o escoamento de

produtos agrícolas e manufacturados e a fixação de novos residentes. Mesmo assim, no recenseamento de 1900, o número de habitantes não ia além de 6887, o que comparando com o volume populacional recenseado em 1890 (5429 residentes) representava um ligeiro acréscimo (N= 1458; 14,6%). Até certo ponto, a atracção que a Lisboa Oitocentista exercia e a expansão urbana que conhecia (Rodrigues, 1995) ainda não eram significativas em Olivais

AMBIENTES EDIFICADOS

Até finais de Oitocentos pode dizer-se que se assiste a uma lenta maturação na fisionomia de Santa Maria dos Olivais, sendo já em pleno século XX que se observam grandes transformações. No que aos Olivais se refere, podem de facto distinguir-se três importantes intervenções sócio-urbanísticas, correspondentes a outros tantos ambientes edificados: o Bairro da Encarnação, nos anos quarenta, as urbanizações de Olivais Norte e Sul, nos anos 60-70, e o Parque das Nações, desde a década de 90. Vale a pena seguir nos seus elementos essenciais a evolução verificada, começando pelo Bairro da Encarnação.

O BAIRRO DO ENCARNÇÃO

Constituído por moradias unifamiliares para os pobres e remediados eleitos pelo Estado Novo, no âmbito da política de habitação social dos primórdios do regime salazarista e do seu programa das casas económicas (Baptista, 1999, Carvalho, 2007, Nunes, 2007, Silva, 1994), o Bairro da Encarnação marca o início dos novos Olivais. Esse programa instituído pelo Decreto-Lei n.º 23 052, de 23/09/1933, que assentava na defesa da família e no acesso à propriedade da casa, definia no seu artigo 2º que, dentro das “preferências fixadas”, as casas eram distribuídas “aos chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares, e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais”, que se responsabilizassem pelo pagamento das prestações mensais nas condições previstas nesse diploma. Para lá desses beneficiários, também houve moradias distribuídas a funcionários do então recém-construído Aeroporto da Portela. O projecto coube ao arquitecto Paulino Montez, que nele ensaiou reproduzir um pretenso modelo de “aldeia portuguesa” adaptado à ideia de “cidade e jardim”. Construído entre 1940 e 1946, no antigo lugar da Panasqueira, que “sempre fora dos muros, como o eram as heranças de arredor” segundo documento de 1498 (CML: 135) em terrenos municipalizados, ocupando uma área próxima dos 47 hectares onde antes existiam quintas e azinhagas, este bairro tinha como principal característica o facto de as casas serem habitadas em regime de propriedade de renda resolúvel, paga durante 25 anos, depois alterados para 20, após os quais os inquilinos tornavam-se proprietários. Nunes Silva (1994: 120-121) sustenta que não só se tratou do maior bairro de casas económicas, 1340 habitações, sendo 800 da classe A e 540 da classe B, predominando em ambas o tipo II, mas também que foi o “único caso em que a Câmara obteve resultados positivos com o empreendimento” (Silva, 1994:123). Segundo o mesmo autor, em 1942, estavam construídas cerca de 1092 casas, sendo o nível médio das prestações mensais dos mais elevados, só superado pelo bairro da Calçada dos Mestres, em Campolide.

Muitos dos primeiros habitantes do bairro da Encarnação eram funcionários públicos, civis, militares e agentes de polícia, cujo regozijo de poderem vir a ter uma casa com custos limitados era temperado pelo facto de a Encarnação ser uma zona periférica da Lisboa e mal servida por transportes públicos, para lá do valor das rendas e de vicissitudes dos processos de selecção. Posto o bairro a concurso em 1944, quando já se encontravam prontas para distribuir 648 casas, aconteceu que a procura foi reduzida, até porque a Encarnação não possuía ligações por transporte público ao centro da cidade. Como recorda Lemos (1997: 7):

"Em 1944-45 o eléctrico só chegava à Praça Paiva Couceiro ou Praça do Chile. A partir daí, os habitantes deslocavam-se a pé seguindo dois caminhos: ou por Chelas, passando Braço de Prata e subindo para S. Cornélio; ou pelos carreiros do Areeiro que se dirigiam à Quinta da Fonte do Louro. Ao todo, gastava-se 45 minutos a andar normalmente. Daí que as casas quase tenham sido oferecidas".

Sucedeu também que, tal como observa Nunes Silva (1994: 120), "[o] nível das prestações mensais afastava, à partida, do acesso às casas económicas, uma fatia considerável dos potenciais candidatos", e, depois, "[o]s que passavam a barreira do rendimento tinham ainda de vencer a dos critérios de selecção e finalmente a sua colocação na lista de espera. Ora, é aí que se revela a importância de certos agentes e do seu papel na organização social do espaço", traduzido num "grande poder discricionário na distribuição das casas, ao ponto de ter levantado "dúvidas quanto à sua correcção". Fosse como fosse, parte dos primeiros ocupantes do bairro da Encarnação venderam depois as casas a terceiros, que as modificariam entretanto no sentido da sua ampliação, sacrificando os espaços exteriores, tal como aqueles que lá permaneceram, sobretudo depois de se tornarem proprietários. Mas a marca da primeira fase do regime salazarista, essa, permanece neste que também é conhecido por "Bairro Borboleta" visto a sua configuração se assemelhar a uma grande borboleta, cujo corpo central é a alameda que vai do quartel dos bombeiros à Igreja de N. Sr.^a da Encarnação e as asas, completamente simétricas, são os arruamentos ladeados por moradias com um e dois pisos, quintal e jardim (Torres, Portas: 1995). Embora nos anos 40 e para lá do bairro da Encarnação fosse ainda construído o aeroporto da Portela, enquanto na parte oriental da freguesia era instalada a refinaria de petróleo em Cabo Ruivo, ampliada e reconvertida posteriormente, bem como construída a doca onde meio século mais tarde veio a realizar-se a Expo 98, e ocupada a zona ribeirinha, mormente de Cabo Ruivo a Beirolas, é no entanto na década de 60 do século passado que se operam grandes transformações, de que Olivais é exemplo. Tal acontece, no entanto, num outro contexto, ligado a uma preocupação de ordenamento da cidade alargada e de planeamento à escala regional. Ora, é nesse quadro que é publicado o Decreto-Lei n.º 42 142, de 1959, pelo qual a divisão administrativa de Lisboa é alterada, sendo então criadas várias freguesias, Marvila, Prazeres, Santo. Condestável, Alvalade, Campolide, N. Sr.^a de Fátima, S. Domingos de Benfica e S. João de Brito, enquanto as existentes são ajustadas do ponto de vista territorial, como sucedera com Santa Maria dos Olivais, que de "colosso", na expressão de Delgado, passava a ser uma "sombra do passado", embora com seus 10,93 km² de superfície (INE, 2004) continuasse a ser a maior das freguesias de Lisboa.

OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL

Como se disse, os novos ambientes edificados, reflectidos nas urbanizações Olivais Norte e Olivais Sul dos anos sessenta da centúria passada, acontecem num contexto diferente daquele que levou à construção do Bairro da Encarnação. Agora, com efeito, face ao esgotamento do modelo de casas económicas e à necessidade de responder ao magno problema da habitação agravado pela multidão de desalojados que proliferava em torno da capital, concorrendo para o crescimento desregulado da periferia enquanto a cidade-capital ia perdendo a capacidade de atracção que possuía, do que se tratava era de programar Lisboa, como espaço urbano alargado, sob uma escala de região, e de investir na oferta diversificada de habitação: casas de renda económica, empréstimos a beneficiários da Previdência para construção ou aquisição de habitação própria. Paralela e concomitantemente, tratava-se de promover o mais possível a inserção de populações diferenciadas, tanto pelo poder de compra como pelo estatuto social, mediante a oferta de habitação económica e de equipamentos colectivos, cabendo ao Estado regular o investimento, através de instituições de previdência e outras entidades, e ao município de Lisboa executar o programa urbanístico. Daí a publicação de importantes diplomas de que se destaca, pelas suas implicações em Olivais, o Decreto-Lei n.º 42 454, de 18 de Agosto de 1959. Esse “Decreto fundador”, como lhe chama João Nunes (2007), visava sobretudo as populações em precárias condições de alojamento, partes de casa, prédios degradados, bairros de lata, para quem se preconizam habitações definitivas e de módica renda quanto possível.

A acção de planeamento consequente e os efeitos urbanizados daí resultantes, sucessivamente em Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas (14), são para Luís Baptista (1999: 191) uma “experiência limite” na cidade de Lisboa, não só “porque se tratava da última grande área expectante dentro dos actuais limites administrativos da cidade”, como “porque, atingido o limite físico da cidade, é também o único exemplo dentro da capital portuguesa da tentativa de criação de núcleos residenciais semi-autónomos face ao centro da cidade e em ligação com a região, imbuído do espírito bem marcado na época de valorização das chamadas ‘cidades satélites’”. Na esteira do autor citado, diríamos que os Olivais “ajudaram” à transição da Lisboa-cidade para a Lisboa-metrópole. Assim, a morfologia da zona oriental de Lisboa a norte do Vale do Chelas, a relativa desinserção do ambiente edificado da cidade na época e as condições paisagísticas de Santa Maria dos Olivais vão fazer desta freguesia uma área privilegiada para ensaiar tentativas de resolução de graves problemas, como os da habitação e do ordenamento do território. Vale a pena ter presente que a freguesia dos Olivais de então, se descontarmos que na zona ocidental existia o novel Bairro da Encarnação, na zona central o reservatório de águas e na oriental instalações portuárias, caminho-de-ferro e indústrias, além de aglomerados de casas, não era muito mais que quintas e azinhagas, ou seja, uma predominante vegetação de oliveiras nos arrabaldes da Lisboa – cidade. Ora, é para aí, numa extensa área de 40 hectares em Olivais Norte e 186 hectares em Olivais Sul, que se projectam vias de circulação, espaços verdes, edifícios de habitação de 4, 8 e 12 pisos, algumas moradias, equipamentos colectivos, serviços, tendo subjacente não só a preocupação de evitar “guetos”, contrariando a concentração de fogos de uma mesma categoria, mas concomitantemente de evitar também a mistura indiscriminada das categorias das habitações,

legitimada na hierarquização dos valores das rendas, cujos limites mensais legalmente fixados (v. artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42 454) variavam entre os 200/300\$00 e os 1500\$00. Ao tempo, o primeiro plano a arrancar foi o da célula A na urbanização dos Olivais Norte, que datava de 1959 e tinha sido aprovado pelo Decreto – Lei n.º 24 454, de 18 de Março de 1960, uma vez que o exíguo prazo de três meses, determinado nesse diploma, levou a que a Câmara aproveitasse logo aquela zona onde os terrenos eram municipais e já havia um plano da edilidade elaborado entre 1955-1958, pelo que apenas foi necessário introduzir-lhe pequenos ajustamentos para cumprimento das condições legais fixadas (CML, s.d.; Pereira; Freitas; Portas, 1969). Quanto à urbanização dos Olivais-Sul iniciou-se em 1963, nos terrenos expropriados nos anos 30-40 (CML, 1963a; 1963b, 1963c, 1966). É claro que entre o projectado e o efectivamente edificado não houve completa coincidência. Afinal o acesso por metropolitano para Olivais Sul não se realizou, tal como o grande centro cívico-comercial, para aí previsto e que representava o culminar da operação urbanística, não chegou a ser construído, sendo substituído por um centro comercial e perto deste edificada uma escola pré-fabricada. Por outro lado, a preponderância de critérios de distribuição de casa de renda económica levou a que os fogos fossem atribuídos a famílias numerosas, enquanto a falência das projecções demográficas determinou a construção de mais escolas e o atraso na instalação de outros equipamentos de utilidade pública, como bibliotecas, redundaria em adiamentos ou esquecimentos. Em todo o caso, a integração dos escalões de planeamento da malha urbana na cidade foi ensaiada e tanto a inserção geral das populações por tipo de habitações, como a diluição espacial das categorias de fogos foram acontecendo (Baptista, 1999; Nunes, 2007). De resto, as características de inserção social num ambiente edificado concebido para facilitar a vivência de relações de proximidade e a miscigenação constituíam virtualidades sempre enaltecidas no discurso político da época. A título de exemplo, atente-se na seguinte passagem do discurso do então Ministro das Corporações e Previdência Social, Gonçalves de Proença, na inauguração de um agrupamento de casas em Olivais Sul, no 10 de Junho de 1964:

“[...] Não se trata de bairros só para operários ou só para a classe média, mas sim autênticas reproduções vivas da colectividade com todos os seus contrastes e divergências. Disso é prova flagrante a diversidade de categorias adoptadas nas habitações, que vão desde o fogo mais modesto à moradia mais digna, com o correspondente reflexo na escala das prestações estabelecida, fixadas entre 250\$00 e 1450\$00 mensais. E muitas são as vantagens desta nova concepção, tanto sob o ponto de vista social como sob o ponto de vista económico, bem expressas no sentido educacional da convivência, na complementaridade das profissões e na interpenetração social”.

(Boletim do INTP, 1964: 499).

O CASAL DOS MACHADOS E OUTROS AMBIENTES EDIFICADOS

A intervenção urbanística baseada no Plano Geral de Urbanização para Olivais Sul foi dada por terminada no início dos anos setenta, mas o problema da habitação, esse, vai influir outros ambientes edificados. Tal sucede quanto mais a pressão demográfica, acentuada com o afluxo de retornados das ex-colónias, evidencia a premência da adopção de medidas tendentes a inverter a extensão do problema da habitação social, num quadro globalmente caracterizado por impotências da parte dos organismos estatais, do mesmo

passo que a autarquia lisboeta também não dispunha de recursos para debelar essa patologia urbana. Além de barracas, em número incalculável, Olivais tinha em 1986 cerca de 4000 fogos degradados (3899), segundo um levantamento realizado pela Câmara Municipal de Lisboa. Transitoriamente, isto é, para ocorrer a situações de urgência, ainda são avançadas respostas pontuais, como a do bairro camarário da Rua Conselheiro Ferreira do Amaral, próximo do antigo edifício do Matadouro Municipal, na vizinhança da Quinta do Casal dos Machados, junto à linha férrea. Tratou-se de um aglomerado constituído maioritariamente por fogos de construção pré-fabricada, além de fogos de alvenaria e barracas, para albergar famílias desalojadas, mas que rapidamente se degradara, vindo a ser demolido em 1995, no âmbito da implementação de medidas de realojamento social ao longo da década passada (CML, 2000). Essas medidas consubstanciam-se no Programa de Intervenção de Médio Prazo (PIMP) e no Plano de Erradicação de Barracas (PER). Vale referir que o PIMP resultou de um protocolo celebrado em 1987 entre a Câmara de Lisboa, o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), que previa a construção de 9698 fogos para realojar famílias dos principais bairros municipais provisórios, excepto da Musgueira Sul, bem como alguns núcleos de barracas, nos termos do qual ao Governo competia sobretudo o financiamento, metade a fundo perdido e o restante com juros bonificados amortizáveis pela Câmara durante 25 anos, e ao Município os projectos e execução das obras. Já o PER, por seu turno, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/93 e possibilitou a erradicação de barracas que não estavam previstas no PIMP. Tanto o PIMP como o PER, sobretudo este, possibilitaram de facto amplas intervenções em Olivais, entre 1991 e 2001, materializadas designadamente em novas áreas edificadas: Casal do Machados, Avenida Cidade de Luanda, Avenida de Berlim, Bensaúde (v. Quadro 1), que permitiram o desenvolvimento de processos de alojamento e realojamento. Da leitura do Quadro 1, destaca-se, pela área abrangida (5.9 ha) e pelo número de fogos (928), o Bairro do Casal dos Machados.

QUADRO 1

Características das áreas de realojamento social em Olivais -1991/2001

DESIGNAÇÃO DAS ÁREAS	ÁREA (HA)	LOTES	FOGOS	CONSTRUÇÃO PROGRAMA	
<i>Av. Cidade de Luanda</i>	1.4	4	132	1999/2001	PER
<i>Av. de Berlim</i>	2.0	19	257	1997/1999	PER
<i>Bensaúde</i>	2.9	36	357	200/2001	PER
<i>Casal dos Machados</i>	5.9	21	928	1991/1997	PIMP

Fonte: CML, 2001:4.9

Trata-se de um bairro localizado na quinta que lhe deu o nome, no perímetro da freguesia, entre a Avenida Infante D. Henrique e a Estrada da Circunvalação, e habitado na sua maior parte por famílias provenientes principalmente dos Bairros 14 de Julho, ali existente, da Rua Conselheiro Ferreira do Amaral e do Relógio, este surgido em 1965 na periferia do aeroporto na sequência da construção de pré-fabricados de madeira, em número superior ao milhar, para realojamento de populações do Vale de Alcântara para lá deslocadas devido

à construção da Ponte e demolido a partir de 1996 (CML, 2001; Campelo, Branco e Ferreira 2000).

Acresce que, ainda na década de noventa, quase trinta anos após o Plano Geral de Urbanização de Olivais Sul, o acesso através do metropolitano deixa de ser uma miragem. No local projectado para o Centro Cívico Comercial Principal é construído um conjunto edificado composto por torres habitacionais e pelo Centro Comercial, aberto ao público em 1995 e cuja fisionomia e funcionamento reflecte um outro estilo de vida urbano, enquanto próximo dele é construída uma nova escola básica do 1.º ciclo (Carvalho, 2007; CML, 1996; Nunes, 2007). Trata-se da actual escola pública Alice Vieira, antes escola n.º 25 que fora inaugurada no início do ano lectivo 1997/1998, substituindo assim o conjunto de pavilhões construído em 1961, no local onde está o Centro Comercial dos Olivais (Carvalho, 2007: 268). Paralela e concomitantemente com estas transformações, uma ampla intervenção estende-se à degradada zona oriental, uma intervenção surgida mercê dos maciços investimentos ligados à realização da Exposição Mundial de 1998, que vai possibilitar a construção de infra-estruturas e de novas acessibilidades, que de outra forma seriam difíceis senão mesmo inviáveis, por conseguinte, a recuperação de toda essa área. E chegamos ao Parque das Nações.

PARQUE DAS NAÇÕES

No início da década de noventa, a área onde veio a ter lugar a Exposição Mundial de 1998 mais não era do que lixo, contentores, fábricas desactivadas e habitações degradadas. Em menos de dez anos, porém, essa extensa zona desvalorizada na parte mais oriental de Lisboa, junto ao Tejo, ocupada por uma refinaria poluente aí instalada em 1940, um depósito de sucata militar, um matadouro frigorífico para aí transferido das Picoas-Saldanha em 1954, e uma lixeira, era regenerada, vindo a dar lugar a uma “nova” Lisboa, edificada numa área de 340 ha e 5 Km de frente ribeirinha, maioritariamente pertencente à freguesia de Santa Maria dos Olivais, herdada da Expo 98. Baptizada por Parque das Nações, compreende, designadamente, um terminal rodoviário, metro e estação ferroviária integrados na Gare do Oriente, uma selecta e selectiva zona residencial, porventura um “gueto de luxo”, bem como zonas lúdicas, estabelecimentos comerciais e de serviços, equipamentos sociais e culturais e espaços verdes. Dez anos volvidos sobre a Expo 98, a Gare do Oriente, o Pavilhão de Portugal, o Oceanário, o Pavilhão do Conhecimento, a Torre Vasco da Gama, os jardins Garcia de Orta, para citar algumas das edificações que permanecem como marcas emblemáticas daquele evento universal, assumiram estatuto de monumentalidade, passando a constituir referências obrigatórias da promoção turística e pontos de passagem, de visita ou diversão. E quanto à zona residencial? Terminada a “festa” Expo98, assistiu-se ao crescendo de construção e com ela à especulação fundiária e imobiliária. Em Junho de 2004 um T2 chegava a custar mais de 700 mil euros e o preço do m2 de construção era superior 3 mil euros. Segundo a Parque Expo, no 1.º trimestre de 2004 já estavam construídos 2 800 fogos e em fase de edificação cerca de 4000, sendo o total final de fogos previstos de 8 260. Mais recentemente, porém, certamente por efeito da crise, o ímpeto imobiliário tem vindo a ser refreado. Como quer que seja, no afã de construir, nem sempre foi sendo acautelada a qualidade das habitações e daí não raro o aparecimento

de reclamações, mormente de residentes que adquiriram habitação na parte identificada como Expo Sul (CML, 2004). Por outro lado, a circunstância da área do Parque das Nações se distribuir por três freguesias, Sacavém, Moscavide e Olivais, de dois concelhos, Lisboa e Loures, suscita dificuldades acrescidas a uma actuação institucional concertada. Essa é de resto uma questão que no início da década passada levou mesmo a que uma Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações (AMCPN) reivindicasse a criação de uma nova freguesia, a freguesia do Oriente, aduzindo que o Parque das Nações possuía características próprias e problemas específicos, para além de cumprir os critérios legais para se constituir como freguesia (Lei n.º 8/93). Essa pretensão, no entanto, não mereceu na altura o acolhimento dos Presidentes das três Juntas de Freguesias (Diário de Notícias, de 26 Novembro 2002), mas a questão continua a ser equacionada, parecendo tender agora para uma solução no âmbito da redefinição da divisão administrativa de Lisboa (v. mapa anexo). Acresce que também a ausência de um centro de saúde e a falta de mais uma escola pública têm dado azo a protestos, se bem que a freguesia possua um moderno centro de saúde, ainda que localizado no Bairro da Encarnação, enquanto a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1/JI) Vasco da Gama, situada na zona Norte do Parque das Nações, apresenta anualmente crianças em lista de espera, mas não propriamente de residentes na respectiva área de influência. Em todo o caso, para dar resposta à procura registada nos últimos anos, na Zona Sul do Parque das Nações, foi oficialmente inaugurada no final de 2010 uma nova EB1/JI, pertencente ao Agrupamento de Escolas Eça de Queiroz, dotada de oito salas do 1.º ciclo e de quatro salas de jardim-de-infância, respectivamente, para 192 alunos dos primeiros quatro anos da escolaridade obrigatória e para 100 crianças em idade pré-escolar, para aí transferidos, a partir de 2011, de instalações precárias (Olivais, 2010, n.º 215).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que precede, pode dizer-se em jeito de remate que Olivais contemporâneo constitui uma pluralidade sócio-espacial. Há de facto vários Olivais, que influenciam e que são influenciados por diferentes envelopes ecológicos, para usarmos a expressão de Michel Lamy (2001). Falamos sucessivamente: de Olivais Velho, onde “tudo” começou; do Bairro da Encarnação, dos anos quarenta do século passado; e dos novos Olivais, saídos das urbanizações na parte norte e sul, nos anos 60, complementados nos “prolongamentos” edificados na década de noventa em várias direcções, culminando no Parque das Nações. Os Olivais contemporâneos reflectem, em larga medida, uma preocupação de ordenamento da cidade alargada através de um planeamento à escala regional, gizada na década de 60 do século passado por uma equipa que integra jovens arquitectos, no número dos quais pontificam Teotónio Pereira e Nuno Portas, entre outros. Desde então, a freguesia perdeu em definitivo as características rústicas e de periferia que possuía, para afirmar e consolidar a sua especificidade urbana, de que o pólo localizado e centralizado no Parque das Nações é a expressão mais recente e mais marcante, porventura uma “ilha” (eventualmente até de “excelência”), embora com risco de algum isolamento relativamente ao contexto alargado envolvente (Ferreira, 2004). Criada vai para mais de seis séculos nos arrabaldes de Lisboa, Santa Maria dos Olivais é uma constelação de contrastes.

Nela coexistem, confrontando-se, populações com diferentes percursos pessoais, habitacionais e sociais. Paralela e concomitante é de acentuar que Olivais é um nó rodoviário à entrada – ou saída, de Lisboa, um “laboratório” de urbanizações – da Encarnação a Olivais-Sul e Parque das Nações, de permeio com Olivais-Norte, sem esquecer o bairro municipal do Casal dos Machados, mas também os bairros da Quinta das Laranjeiras e Alfredo Bensaúde – todos eles em processo de degradação, mas para os quais foi anunciado publicamente, em Novembro de 2010, um plano de recuperação abrangente da zona Oriental de Lisboa (Dos jornais de 16/11/2010). Trata-se não só da maior das 53 freguesias de Lisboa em dimensão física, como também da mais populosa (46 410 residentes em 2001 – v. quadro 2), mau grado o declínio demográfico observado nas duas últimas décadas. De facto, o número dos seus residentes que em 1981 chegou aos 61 941 indivíduos, o que correspondia ao volume mais alto desde que em Portugal se realizam Recenseamentos Gerais da População, passou para 46 410, em 2001, depois de em 1991 terem sido apurados 51 367 residentes (INE, 1991, 1996, 2002). Uma vez que, em 2001, Lisboa tinha 564 657 habitantes, isso quer dizer que, no início do Milénio, Santa Maria dos Olivais era local de residência de oito por cento dos habitantes da capital, por conseguinte, olivalenses que de uma forma ou de outra concorrem para fazer cidade. Neste contexto, e a terminar, caberá perguntar como terão sido, realmente, a evolução demográfica e a evolução do edificado nos dez anos passados, isto é, desde os Censos 2001? Evidentemente que a essas questões, tal como a outras tão pertinentes como a distribuição etária, condições perante o trabalho, qualificações..., de par com as características e condições do edificado habitacional, só os recenseamentos gerais da população e da habitação (Censos 2011) poderão ajudar a responder. Uma reflexão acerca desses domínios ficará, pois, para quando os resultados definitivos vierem a ser publicados.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, Luís Vicente. (1999). *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*. (1964). Discurso feito pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Prof. Doutor Gonçalves de Proença, quando da inauguração do Bairro de Casas Económicas de Olivais-Sul, em 10 de Junho de 1964. Lisboa: INTP, Ano XXXI, 11, (15 Jun.) 497-503.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2005). *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*. Lisboa: CM.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2004). *Quatro estudos de caso: Santa Catarina, Alvalade, Benfica e Expo Sul*. Lisboa: CM-Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2001). *Lisboa: obra feita*. Lisboa: CM.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1996). Olivais-Sul: centro cívico comercial principal. *Boletim do Gabinete Técnico da Habitação*. Lisboa: CM. 54 40-41.
- Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: CML. 20 (1987) 76-77.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1974). *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: CM.

- Câmara Municipal de Lisboa. (1963a). *Olivais-Sul. Revista Municipal*. Lisboa: CM 97 70-01.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1963b). *Olivais-Norte. Revista Municipal*. Lisboa: CM 98 24-33.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1963c). *Olivais-Sul*. Lisboa: CM-Gabinete Técnico da Habitação.
- Câmara Municipal de Lisboa. [S.d.] *Olivais-Norte*. Lisboa: CM-Gabinete Técnico da Habitação.
- Campelo, Anabela; Branco, Rosa; e Ferreira, Susete. (2001). *Lisboa em mapas: informação geo-referenciada*. Lisboa: CML.
- Carvalho, Francisco. (2007). *Escola para todos? A educação de crianças com deficiência na perspectiva de ecologia humana*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Lisboa.
- Delgado, Ralph. (1969). *A antiga freguesia dos Olivais*. Lisboa: CML.
- Dias, Francisco da Silva; e Dias, Tiago da Silva (1993) *Lisboa: freguesia de Santa Maria dos Olivais*. Lisboa: Contexto.
- Ferreira, Vítor Matias. (2004). *Fascínio da cidade. Memória e projecto da urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.
- Gomes, Rosa Maria; e Gomes, Gilberto (coord. científica). (2006). *Os Caminhos-de-Ferro Portugueses 1856 – 2006*. Lisboa: CP – Comboios de Portugal, Público – Comunicação Social, SA.
- Instituto Nacional de Estatística (2004). *Nomenclaturas territoriais*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação, Censos 2001 (Resultados definitivos)*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1996). *XIII Recenseamento Geral da População, Censos 91. Lisboa e Vale do Tejo. Resultados definitivos*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1991). *XII Recenseamento Geral da População. Resultados definitivos. Distrito de Lisboa*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1973). *11.º Recenseamento da População 1970. Estimativa a 20%*. Lisboa: INE, 1973
- Instituto Nacional de Estatística. (1966). *X Recenseamento Geral da População* (Tomo I, vol. 2.º). Lisboa: INE.
- Lamy, Michel. (2001). *L'introduction à l'écologie humaine*. Paris: Ellipses.
- Lemos, Fernando Andrade, org. e coord. (1997). *Um passeio pela memória dos Olivais*. Lisboa: Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais.
- Lemos, Fernando; e Lemos, Rita. (1997). *Os Olivais em 1763: leitura do livro das décimas da cidade*. Lisboa: CML.
- Nunes, João Pedro (2007). *À escala humana: planeamento e arquitectura de habitação em Olivais Sul, 1959-1969*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Nunes, João Pedro (2001). *Planeamento urbano e urbanidade projectada. Do bairro de Olivais Sul e de alguns contributos para uma sociologia do fazer cidade. Fórum Sociológico*. Lisboa: Instituto

de Estudos e Divulgação Sociológica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 5/6, 2 série 257-277.

Olivais Ano XX, N.º 215, 2010 (Dez.) (www.jfsmo.pt. consulta em 31/01/2011).

Pereira, Nuno Teotónio; Freitas, António; e Portas, Nuno. (1969). Habitações em torre em Olivais Norte. *Arquitectura*. 10 (Julho-Agosto) 171-174.

Portugal, Fernando; e Matos, Alfredo. (1974). *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Editora.

Rodrigues; Teresa. (1995). *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos História.

Rodrigues; Teresa. (1990). *Crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizontes.

Silva, Augusto Vieira da. (1943). *As freguesias de Lisboa: estudo histórico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Carlos Nunes. (1994). *Política urbana em Lisboa 1926-1974*. Lisboa: Livros Horizonte.

Torres, Helena; e Portas, Catarina. (1995). *Olivais: retrato de um bairro*. Lisboa: Liscenter.

ANEXO

FREGUESIAS	2001
Ajuda	17 958
Alcântara	14 443
Alto do Pina *	10 253
Alvalade*	9 620
Ameixoeira	9 644
Anjos	9 738
Beato	14 241
Benfica	41 368
Campo Grande	11 148
Campolide	15 927
Carnide	18 989
Castelo	587
Charneca	10 509
Coração de Jesus	4 319
Encarnação	3 182
Graça	6 960
Lapa	8 670
Lumiar	37 963
Madalena	380
Mártires	341
Marvila	38 767
Mercês	5 093
Nossa Senhora de Fátima*	15 291
Pena	6 068
Penha de França	13 722
Prazeres	8 492
Sacramento	880

QUADRO 2

População residente nas freguesias do concelho de Lisboa (2001)

QUADRO 2*(continuação)*

Santa Catarina	4 081
Santa Engrácia	5 860
Santa Isabel	7 270
Santa Justa	700
Santa Maria de Belém	9 756
Santa Maria dos Olivais	46 410
Santiago	857
Santo Condestável	17 553
Santo Estevão	2 047
Santos-o-Velho	4 013
São Cristóvão e S. Lourenço	1 612
São Domingos de Benfica*	33 678
São Francisco Xavier	8 101
São João*	17 073
São. João de Brito*	13 449
São João de Deus*	10 782
São Jorge de Arroios	17 404
São José	3 279
São Mamede	6 004
São Miguel	1 777
São Nicolau	1 175
São Paulo	3 521
São Sebastião da Pedreira	5 871
São Vicente de Fora	4 267
Sé	1 160
Socorro	2 675

Fonte: INE Censos 2001; * Freguesia criada em 1959

O património industrial na museologia contemporânea: o caso português

José Amado Mendes
jamendes@universidade-autonoma.pt
Universidade de Coimbra
Universidade Autónoma de Lisboa

ABSTRACT

After a few introductory considerations about industrial heritage, industrial archaeology and contemporary museology, the following work will focus on the role the mentioned heritage has played within the framework of the renovation as well as the development of the museology in Portugal throughout the last decades. In fact, in what regards the contents (heritage liable to be part of a museum) and the infrastructures (buildings re-used as museums), the industrial heritage is present in various cases, some of them with remarkable success. Without wanting to be too exhaustive, I shall go through the national scenery in this area, highlighting the most relevant initiatives and calling attention to certain fields where there is still a lot to be undertaken. Appropriate focus will fall upon the role played in the process by both the most recent museological movements and the political and social environment, particularly after the 25th April, 1974, when local authorities' leaders, associations, foundations and entrepreneurs started to gain conscience of the cultural and industrial heritage added value, and, consequently, started to care for its safeguard, state and disclosure.

KEY-WORDS

Industrial heritage, museum, reutilisation, cultural tourism, development.

RESUMO

No trabalho que se segue, após alguma notas introdutórias sobre o património industrial, a arqueologia industrial e a museologia contemporânea, foca-se o papel que o referido património tem desempenhado na renovação e no desenvolvimento da museologia em Portugal, nas últimas décadas. Com efeito, tanto em termos de conteúdo (património musealizável) como de continente (estruturas reutilizadas como museus), o património industrial encontra-se presente em numerosos casos, alguns dos quais de assinalável sucesso. Sem pretender ser exaustivo, passarei em revista o panorama nacional do sector, destacando as iniciativas mais relevantes, chamando a atenção para alguns domínios onde muito há ainda a fazer. Será dado o devido destaque à função desempenhada no processo pelos movimentos museológicos mais recentes e pela conjuntura política e social, em particular no pós-25 de Abril de 1974, quando responsáveis autárquicos, associações, fundações e empresários se começaram a aperceber da mais-valia constituída pelo património cultural/industrial e, consequentemente, pela sua salvaguarda, estudo e divulgação.

PALAVRAS-CHAVE

Património industrial, arqueologia industrial, museu, musealização, reutilização, turismo cultural, desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Na transição da actividade artesanal e manufactureira para a indústria fabril – o que se verificou, em Portugal, na 2.^a metade do século XIX e nos inícios do século XX –, perante a desactivação de antigas unidades produtivas, Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845-1910), reportando-se ao estudo dos antigos moinhos, sugeriu que, paralelamente à arqueologia tradicional/clássica, se comesçasse igualmente a praticar a “arqueologia da indústria” (VITERBO, 1896), devendo-se-lhe assim, a nível mundial, a prioridade no utilização da expressão **arqueologia industrial**. O assunto caiu no esquecimento até que, nos anos de 1950, na Bélgica e em Inglaterra, a expressão viria a ser utilizada por outros autores, desta vez com evidente sucesso, de tal modo que até deu origem ao aparecimento de uma nova disciplina e área de investigação, precisamente designada por **arqueologia industrial** (MENDES, 1995; *Archeologia industriale*, 2001).

Estava-se então no pós-II Guerra Mundial, durante o qual muitos vestígios da industrialização tinham desaparecido, o que continuou a verificar-se no período de reconstrução acelerada que se lhe seguiu. Registava-se, igualmente, a chamada “destruição criadora” (usando a conhecida expressão de Josph Scumpeter), resultante da dinâmica inerente à 2.^a revolução industrial, então em curso.

Face ao rápido desaparecimento dos vestígios materiais do desenvolvimento económico, verificado ao longo de século e meio, diversos autores passaram a estudar o que persistia do chamado património industrial, um “novo território”, como já foi designado, chamando a atenção para os valores a ele associados e seu potencial, inclusive em termos de reutilização para novas funções – dando-lhe assim uma “segunda vida” (BERGERON e GRACIA, 1996: 77) –, entre as quais as de carácter museológico (MENDES, 2009: 73-81). Assim,

particularmente a partir dos anos de 1980, passa a desenvolver-se, de modo exponencial, a designada “museologia industrial” ou, segundo outra perspectiva, a “museologia dos fenómenos industriais” (CUSTÓDIO, 1999:15). Portugal não ficaria alheio a este movimento, como demonstram as numerosas iniciativas tomadas, no âmbito do panorama museológico nacional.

ESTRUTURAS INDUSTRIAIS OU AFINS ADAPTADAS A MUSEUS: SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A exemplo do verificado no século XIX, quando fábricas foram instaladas em antigos conventos e mosteiros desactivados – na sequência da extinção das ordens religiosas, em 1834 –, também a partir de meados do século XX a desindustrialização, nuns casos, e a modernização de tecnologia e estruturas, noutros, deixaram vagos numerosos edifícios, susceptíveis de reutilização para novos fins.

Como já foi sublinhado, uma vez que a arquitectura industrial se rege por princípios inerentes à produção – funcionalidade, racionalidade, adaptabilidade e desempenho –, «é por vezes rapidamente votada à obsolescência». Consequentemente, podemos deparar-nos com diferentes cenários: «1) adições e demolições no edifício ou complexo industrial que corresponderam a fases de expansão da produção; b) mudança de uso, em estruturas flexíveis; transformações profundas com a substituição da fonte de energia; e 4) reconstrução» (RAMOS, 2011: 12).

Acresce que certas estruturas industriais, pela sua escala e dimensões, são apropriadas para a exibição de obras de grande porte, como se tem verificado na Tate Modern, em Londres, instalada numa antiga central termoelétrica, cuja sala das turbinas tem possibilitado a exposição desse tipo de objectos. Neste caso, as instalações integram-se no contexto de uma nova relação estabelecida entre o património, a cultura e a economia, além de se localizarem junto ao rio Tamisa, o que se enquadra também no movimento de valorização das “frentes de água”, tão em voga nas últimas décadas (WITCOMB, 2003: 28 e 30; tradução minha, como em casos análogos).

Em Portugal também temos vários exemplos de reutilização de antigas instalações industriais ou de equipamentos colectivos, para finalidades diversas, embora com destaque para a museologia. Em numerosos casos os museus, instalados em estruturas industriais ou afins, desactivadas, integram-se no mesmo ramo das antigas funções, pelo que a questão da memória e do património são desse modo reforçados. Noutros casos, as instalações foram adaptadas a novas funções, desligadas da actividade outrora exercida, pelo que só aquelas invocam o seu passado e a sua história.

Independentemente da solução adoptada, os novos museus ou outras instituições, em consequência do aproveitamento de antigas estruturas ligadas à actividade económica, constituem testemunhos importantes do papel decisivo desempenhado por determinadas actividades nas respectivas zonas ou localidades. Além de poderem contribuir para fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural dessas regiões – com destaque para o contributo que podem e devem dar ao turismo cultural –, são ainda factores de identidade das próprias comunidades que, por essa via, se sentem reconhecidas e recordadas, ao

mesmo tempo que verificam não terem sido esquecidos a memória e o legado transmitido pelos seus antepassados. Recordem-se, por exemplo, o Vale do Ave e a Covilhã (indústria têxtil), a chapelaria (S. João da Madeira) e as indústrias vidreira, de conservas e da cortiça, respectivamente na Marinha Grande, em Espinho e Setúbal e no Algarve.

PANORAMA DA MUSEOLOGIA INDUSTRIAL EM PORTUGAL: RESULTADOS DE UM PROCESSO E NECESSIDADE DE O INCREMENTAR

Como o número de museus relacionados com os diversos géneros de actividades económicas é já elevado, aproximando-se, provavelmente, da centena (ver ANEXO, quadros 1 e 2, embora a lista não seja exaustiva), não é possível, nas presentes circunstâncias, aludir expressamente a todos eles. Consequentemente, apenas sublinharei alguns dos mais representativos e conhecidos (os quais serão assinalados a **bold**, na referida lista), agrupando-os pelas principais áreas de actividade.

Energias e equipamentos colectivos. Relativamente às energias, sublinham L. Bergeron e Dorel-Ferre: «No domínio das lógicas técnicas, o tema da energia é central: a partir do momento em que se abandona o uso da energia humana, móvel, leve, mas de transporte limitado [...], os efeitos sobre o processo de fabrico, sobretudo quanto à escala em que se faz a produção, são enormes, ainda que submetidos a constrangimentos específicos» (BERGERON e DOREL FERRE, 1996: 29).

Entre os principais museus neste domínio – instalados em antigas estruturas e/ou com património industrial incorporado –, permito-me recordar os que se seguem. A *Central Hidroeléctrica de Santa Rita, Fafe*, localizada no concelho de Fafe. Trata-se de um pequeno museu vivo, com a particularidade de uma das turbinas hidráulicas ainda funcionar, para demonstração, permitindo iluminar o espaço com energia eléctrica ali produzida, no contexto da própria visita (COIMBRA, 2002: 218-227). Na cidade do Porto, temos o *Museu do Carro Eléctrico* (inaugurado em 1998), instalado na Central Termoeléctrica de Massarelos e que, em 2010, viu aprovada uma candidatura ao QREN ON2, para a Musealização da Casa das Máquinas («Museu do Carro Eléctrico da Cidade do Porto», www.museudocarroelectrico.pt). Por sua vez, em Coimbra também há um *Museu dos Transportes Urbanos* (criado em 1982), actualmente em remodelação, e o *Museu da Água*, inaugurado em 2007 (MENDES, 2009: 216), instalado na antiga Central Elevatória do Parque da Cidade Dr. Manuel Braga (edificada em 1922), o qual é considerado como que a sala de visitas da cidade. Recentemente, foi também musealizada a *Central do Pateiro*, no distrito da Guarda, a qual havia sido instalada, com um certo pioneirismo, em 1899.

Em Lisboa, dispomos de vários museus de sucesso, instalados em equipamentos colectivos desactivados: *Museu da Água Manuel da Maia*, na Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos (1880), inaugurado em 1987 e que, logo em 1990, ganhou o prémio de melhor museu do ano, atribuído pela UNESCO («Museu da Água». <http://museudaagua.blogspot.pt/>); o *Museu da Electricidade*, instalado na Central Tejo, inaugurado em 1990 e remodelado de 2001 a 2005 («Museu da Electricidade», <http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/fundacoes/>

fundacaoedp/museudaelectricidade/pages/museuelectricidade.aspx; SOUSA, 1983); o *Museu do Fado*, na Estação Elevatória da Praia (fundado em 1998); e o recém-criado *Museu do Oriente* (inaugurado em 2008), nos Armazéns Frigoríficos do Bacalhau de Alcântara (Edifício Pedro Álvares Cabral). Os dois últimos e o *Museu da Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva* (instalado na Real Fábrica das Sedas do Rato [1759-1769], inaugurado em 1994, foram recentemente focados, como estudos de caso, numa dissertação de Mestrado (RAMOS, 2011: 127-191). Também em Évora há um núcleo museológico dedicado ao património da água (<http://www2.cm-evora.pt/piphe/>).

Integram-se ainda nesta categoria de museus, entre outros: o Museu da Carris, também em Lisboa, aberto ao público em 1999 («10.º Aniversário do Museu da Carris, www.youtube.com/watch?v=f3HN3cLx3zA); o Museu Nacional Ferroviário do Entroncamento e os núcleos museológicos dispersos pelo País (Santarém, Macinhata do Vouga, Lousado, Arco do Baúlhe, Valença e Chaves); o Museu das Comunicações, em Lisboa; e o *Museu da Electricidade. Casa da Luz*, do Funchal, instalado numa antiga central termoelétrica. A sua inauguração ocorreu em 1897, ano do centenário da Central Térmica onde foi instalado (*Museu da Electricidade. Casa da Luz*, 1997). Recorda-se que o próprio *Museu Militar* se encontra instalado, desde 1927, nas instalações do antigo Arsenal.

Indústria extractiva e transformadora. Quanto à **indústria extractiva**, ainda são em número reduzido os casos de musealização do património mineiro desactivado, embora por vezes se aluda a projectos em vias de concretização. Do que já foi levado a cabo merecem referência: o *Museu do Ferro de Moncorvo* (CUSTÓDIO e BARROS, 1984; «Museu do Ferro de Moncorvo», in www.torredemoncorvo.pt/museu-do-ferro); o *Museu Mineiro do Lousal*, no concelho de Grândola (www.cm-grandola.pt). Também se tem chamado a atenção para o importante património mineiro das *Minas de S. Domingos*, no Alentejo (territoriosustentavel.dcea.fct.unl.pt); *Couto Mineiro do Espadanal*, Rio Maior (ROCHA, 2010); complexo mineiro e industrial do *Cabo Mondego* (PINTO, s. d.; MENDES, 1998) e para os Museus Universitários Mineralógicos e suas potencialidades pedagógicas (GOMES, 2009).

No que concerne à **indústria transformadora**, entre outras realizações merecem ser referidas as que se seguem. No âmbito da indústria têxtil, os museus instalados em unidades fabris dos seus principais centros, Vale do Ave (têxtil algodoeira) e Covilhã (lanifícios). No Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, tem vindo a reunir-se um conjunto significativo de maquinaria e artefactos relativos ao ramo («Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave...») que, desde meados do século XIX, desempenhou um extraordinário papel socioeconómico e cultural na região, do qual nos ficaram numerosos testemunhos, patentes no seu riquíssimo e diversificado património industrial (MENDES e FERNANDES, 2002).

Por sua vez, o *Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, na Covilhã (cidade já chamada “a Manchester Portuguesa”), destaca-se por três motivos principais: a) as instalações, que outrora albergaram importantes fábricas do ramo (*Fábrica Pombalina*, onde se encontra o núcleo da Tinturaria) e a *Fábrica Veiga* (núcleo dedicado à industrialização da respectiva actividade, nos séculos

XIX e XX), a qual sofreu um relevante e criterioso restauro para o desempenho das suas novas funções (PINHEIRO, vol. II, 2008: 641-643); b) o grande acervo de máquinas, artefactos, utensílios e objectos dos mais diversos tipos, relacionados com a indústria da lã e os respectivos produtos; c) a concentração de um elevado número de arquivos de empresa, com um abundante e utilíssimo volume de documentação, sem cuja consulta não é possível fazer a história da indústria dos lanifícios em Portugal, nas duas centúrias e meia decorridas, desde o tempo do Marquês de Pombal até à actualidade.

Pela importância da indústria da seda em Trás-os-Montes, no século XIX e primeiras décadas do XIX, o *Real Filatório de Chacim* apresenta igualmente um património industrial digno de registo («Real Filatório de Chacim- Paisagens de Trás-os-Montes» trasmontesdepaisagens.blogs.sapo.pt/23294.html).

No que se refere à *olaria, cerâmica e porcelana*, distinguem-se: o *Museu de Olaria* (Barcelos), actualmente em remodelação (www.museuolaria.org); o *Museu da Vista Alegre*, inaugurado em 1924, ano das comemorações do I centenário da empresa (MENDES, 2002: 71-76); o *Museu Bordalo Pinheiro*, nas Caldas da Rainha (www.museubordalo-pinheiro.pt/0302.htm); e o *Museu da Fábrica de Sacavém* (http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm).

Também algumas indústrias dispõem já dos seus museus. Assim, a *indústria do vidro* oferece, naquela que é considerada precisamente a “capital do vidro”, a Marinha Grande, dois museus: o *Museu do Vidro*, instalado no Palácio Stephens, da segunda metade do século XVIII, integrado no complexo da célebre Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (www.lifecooler.com/Portugal/patrimonio/MuseudoVidro); e um museu de empresa, *Museu Santos Barosa da Fábrica do Vidro*, inaugurado aquando das comemorações do centenário (http://www.santosbarosa.pt/index_p.php?num=5), em 1989 (MENDES, 1992).

Relativamente à *Cortiça*, assinala-se o *Museu da Fábrica do Inglês*, em Silves (*Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês*, 1999) e o *Museu da Cortiça* do Grupo Amorim, Santa Maria de Lamas, concelho de Santa Maria da Feira – de forte implantação da indústria corticeira –, inaugurado em 2006 (www.amorim.com/cor_museu.php). É também no município vizinho de Santa Maria da Feira que se localiza o interessante *Museu do Papel Terras de Santa Maria*, inaugurado em 2001 e considerado em 2011, pela Associação Portuguesa de Museus (APOM), como o melhor museu português do ano (www.museudopapel.org). No concelho vizinho de São João da Madeira, de grande tradição na indústria chapeleira, encontra-se o *Museu da Chapelaria* (museudachapelaria.blogspot.com; LIRA, s. d.). Deve ainda aludir-se ao *Museu da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz* (Leiria), instalado na antiga Central Eléctrica de empresa. Em Setúbal, temos o *Museu do Trabalho Michel Giacometti*, instalado numa antiga fábrica de conservas.

A *moagem* já começa a estar igualmente representada na museologia de carácter industrial, embora ainda de forma pouco expressiva, dada a sua relevância em Portugal ao longo dos tempos. Como exemplos recordam-se: o *Moinho de Maré de Corroios*, integrado no inovador e dinâmico *Ecomuseu Municipal do Seixal* (www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm). Outros casos poderiam ser referidos neste domínio mas, pelo património que preservam e dinamizam e pela actividade que desenvolvem, o *Museu do Pão*, em Seia (www.museudo-pao.pt).

museudopao.pt) e o *Museu da Broa*, junto ao Douro, em Rio Mau (<http://www.rotadoromanico.com>), não poderiam deixar de ser referidos. O mesmo se dirá em relação aos conjuntos de *moinhos eólicos* situados no concelho de Penacova (Portela de Oliveira e Atalhada) que, além do interesse museológico, são também reutilizados para fins turísticos (conjunto da serra da Atalhada). Por sua vez, também no concelho de Penacova, os fornos de cal têm merecido atenção, tanto do ponto de vista da museologia (Casal de Santo Amaro) como da investigação (GOUVEIA, 2003; MENDES, 2000).

Embora de importância desigual, dispomos também de diversos museus ligados à actividade agrícola, com património tecnológico que pode incluir-se no âmbito do património industrial. Entre outros, podem mencionar-se os das seguintes localidades: Montemor-o-Novo (<http://aipd.pt>), Atalaia-Montijo (<http://www.mun-montijo.pt>), Riachos (<http://www.ribatejo.com/ecos/tnovas/museuriachos/museu.html>), Vila Franca de Xira (<http://www.cm-vfxira.pt>) e Douro e Minho (instalado na Quinta de São Bento, no lugar de Crasto, Vaião; www.cm-viladoconde.pt). Em Anadia situa-se o *Museu do Vinho da Bairrada*, com um importante espólio ligado à vitivinicultura e instalado num moderno e adequado edifício, especificamente construído como instalação museológica (<http://www.cvbaIRRada.pt>). Quanto à actividade comercial, acaba de ser inaugurado (Março de 2012), em Braga, o Museu do Comércio, instalado na torre medieval (<http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=3812>).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUSEUS INDUSTRIAIS E PAPEL DAS AUTARQUIAS

Como se pode verificar pelo quadro 2 e gráfico 1, a distribuição geográfica dos museus relacionados com o artesanato, a indústria e o património industrial é desigual, pelos diversos distritos do País. Assim, dos 81 museus inventariados, 36 (45%) localizam-se nos distritos de Lisboa (16), Aveiro (10) e Porto (10). Além do peso que a actividade industrial tem naqueles distritos (com destaque para os do Porto e Aveiro), também o desenvolvimento do sector terciário (transportes e comunicações, comércio, abastecimento de energia) possibilitou a instalação de algumas instituições museológicas associadas a esse sector, como no caso do distrito de Lisboa.

Sem menosprezar as iniciativas da responsabilidade de outras instituições/ organizações (poder central, associações, empresas, fundações e instituições militares e religiosas), o papel das autarquias revelou-se crucial, na dinamização e no desenvolvimento da museologia industrial e afim. Com efeito, o que já foi constatado para a museologia, em geral – em 1998, dos 328 museus existentes 1/3 era tutelado pelas autarquias (FILIPE, 1998: 13) –, é ainda mais notório na museologia aqui focada, sendo a grande maioria dos respectivos museus de natureza autárquica. Aliás, tal não é surpreendente, tendo em linha de conta o papel do poder autárquico durante o regime democrático, instaurado em Abril de 1974.

Acrescente-se, todavia, que o *boom* deste género de museus se deveu também a outros factores, dos quais destaco: a) por um lado, o movimento museológico da nova museologia, defendendo a proximidade do museu com a comunidade, a preservação de património relativo ao trabalho e ao quotidiano, a interactividade nos museus e a sua função pedagógica; o uso frequente das novas tecnologias;

b) por outro, o desempenho de associações entretanto criadas (Associação Industrial da Região de Lisboa, 1992; Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, 1986; e a Associação Portuguesa para o Património Industrial, 1997); c) e, por último, o contributo dado por especialistas de diversas áreas (dado o carácter pluridisciplinar da temática), desde investigadores universitários a profissionais liberais, como engenheiros, arquitectos, historiadores, geógrafos, sociólogos e museólogos (ver também CUSTÓDIO, 2005).

CONCLUSÃO

Nas últimas três décadas, foi de facto notável o incremento registado pela museologia industrial ou dos fenómenos industriais, em Portugal, aliás acompanhando de perto a tendência verificada noutros países. A participação de portugueses em reuniões internacionais do TICCHI (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) possibilitou contactos e permuta de informação e conhecimentos com investigadores de vários países e, bem assim, acompanhar o que de mais relevante se ia fazendo no contexto internacional.

Deve notar-se, ainda, que este surto museológico industrial não se distingue apenas pela quantidade significativa de instituições, criadas desde os inícios dos anos de 1980. Também se salienta pela qualidade dos projectos – arquitectónicos, expositivos, científicos pedagógicos e comunicacionais –, como aliás se comprova, por exemplo, por alguns dos galardões atribuídos a vários deles (entre outros: Museu da Água de Lisboa, Museu de Portimão, Museu do Papel Terras de Santa Maria).

Evidentemente que nem tudo está feito, pois a lista do que falta fazer ainda é extensa. Recordam-se apenas alguns exemplos. Falta-nos um grande museu da indústria (falou-se do assunto, aquando da Exposição realizada na Central Tejo, em 1985, sob o tema *Arqueologia Industrial: um Mundo a Descobrir, um Mundo a Preservar*), mas a iniciativa não teve sequência. Também na cidade do Porto a Moagem Harmonia (Freixo), indigitada para albergar um Museu da Indústria, acabou por ser incorporada no projecto de uma Pousada.

Por outro lado, há vários ramos de actividade que têm sido de grande importância para o desenvolvimento económico do país mas que a museologia ainda não contempla como, por exemplo: a cerâmica de construção, a metalomecânica, a indústria das madeiras, os meios de transporte tradicionais, a energia a vapor, o abastecimento de gás e o transporte aéreo, para dar apenas alguns exemplos. Também se torna imperioso estabelecer uma melhor articulação dos museus aqui estudados, quer com as escolas, quer com as agências e operadores turísticos, dado o seu potencial como âncoras relevantes do turismo – mormente do *turismo cultural* – e do desenvolvimento, local, regional e nacional.

ANEXO

NOME	DISTRITO/REGIÃO AUTÓNOMA
Museu da Indústria Baleeira	Açores
Museu da Chapelaria	Aveiro
Museu do Papel Terras de Santa Maria	Aveiro
Museu da Cortiça	Aveiro
Museu da Vista Alegre	Aveiro
Museu Marítimo de Ílhavo	Aveiro
Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga (CP)	Aveiro
Museu Convento dos Lóios	Aveiro
Museu Municipal de Vale de Cambra	Aveiro
Museu do Vinho da Bairrada	Aveiro
Museu do Carvão e das Minas do Pejão	Aveiro
Museu da Indústria Têxtil	Braga
Museu do Comércio	Braga
Núcleo Museológico de Arco de Baúlhe (CP)	Braga
Núcleo Museológico de Lousado (CP)	Braga
Museu Hidroeléctrico	Braga
Museu do Ferro e da Região de Moncorvo	Bragança
Núcleo Museológico de Bragança (CP)	Bragança
Real Filatório de Chacim	Bragança
Museu de Lanifícios da UBI	Castelo Branco
Moagem – Cidade do Engenho e das Artes	Castelo Branco
Museu da Água	Coimbra
Museu Nacional da Ciência e da Técnica	Coimbra
Museu dos Transportes Urbanos de Coimbra	Coimbra
Unidade Museológica da Central Elevatória de Água	Évora
Museu da Alfaia Agrícola	Évora
Museu da Antiga Armação de Pesca do Atum	Faro
Museu da Cortiça	Faro
Museu Municipal de Portimão	Faro
Núcleo Museológico de Lagos (CP)	Faro
Museu do Pão	Guarda

QUADRO 1

Lista de museus com coleções de património industrial (2012).

QUADRO 1*(Continuação)*

Museu da Electricidade	Guarda
Museu do Vidro	Leiria
Museu do Cimento	Leiria
Museu Nacional do Vinho	Leiria
Museu Santos Barosa	Leiria
Museu Bordalo Pinheiro	Leiria
Museu da Pólvora Negra	Lisboa
Museu de Cerâmica de Sacavém	Lisboa
Museu do Ar	Lisboa
Museu da Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva	Lisboa
Museu do Oriente	Lisboa
Museu do Fado	Lisboa
Museu Municipal de Vila Franca de Xira	Lisboa
Museu da Água da EPAL	Lisboa
Museu da Carris	Lisboa
Museu das Comunicações	Lisboa
Museu da Electricidade	Lisboa
Museu do Automóvel Antigo de Oeiras	Lisboa
Museu do Banco de Portugal	Lisboa
Museu de Alhandra	Lisboa
Museu Municipal de Torres Vedras	Lisboa
Museu Militar	Lisboa
Museu da Electricidade - Casa da Luz	Madeira
Museu do Vinho da Madeira	Madeira
Museu da Cortiça	Portalegre
Museu do Café Nova Delta	Portalegre
Museu do Carro Eléctrico	Porto
Museu dos Transportes e Comunicações	Porto
Museu do Papel Moeda	Porto
Museu Nacional da Imprensa	Porto
Museu da Ciência e da Indústria	Porto
Museu do Vinho do Porto	Porto
Museu da Indústria	Porto
Museu da Broa - Casa da Cultura de Capela	Porto

Casa da Malta / Museu Mineiro	Porto
Museu do Móvel	Porto
Museu Municipal de Santarém	Santarém
Museu dos Fósforos Aquiles de Moura Lima	Santarém
Museu Nacional Ferroviário (sede)	Santarém
Núcleo Museológico de Santarém (CP)	Santarém
Ecomuseu do Seixal	Setúbal
Museu do Arroz	Setúbal
Museu Mineiro de Lousal	Setúbal
Museu do Trabalho Michel Giacometti	Setúbal
Museu Municipal do Montijo - Casa Mora	Setúbal
Museu da Fábrica de Louça Regional de Viana	Viana do Castelo
Museu de Olaria	Viana do Castelo
Núcleo Museológico de Valença (CP)	Viana do Castelo
Núcleo Museológico de Chaves (CP)	Vila Real
Museu do Automóvel do Caramulo	Viseu

QUADRO 1

(Conclusão)

FONTES:

Rede Portuguesa de Museus (<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>);
Museus de Portugal (<http://www.museusportugal.org/>)
SILVA, Raquel Henriques da et al. (2000), *Inquérito aos Museus de Portugal, Lisboa, IPM.*

DISTRITO	N.º	%
Açores	1	1,23
Aveiro	10	12,35
Braga	5	6,17
Bragança	3	3,70
Castelo Branco	2	2,47
Coimbra	3	3,70
Évora	2	2,47
Faro	4	4,94
Guarda	2	2,47
Leiria	5	6,17
Lisboa	16	19,75
Madeira	2	2,47
Portalegre	2	2,47
Porto	10	12,35

QUADRO 2

Número de museus com coleções de património industrial por distrito/região autónoma.

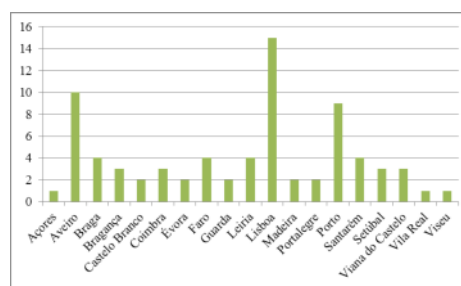
Santarém	4	4,94
Setúbal	5	6,17
Viana do Castelo	3	3,70
Vila Real	1	1,23
Viseu	1	1,23
Total:	81	100,00

FONTES:

Rede Portuguesa de Museus (<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>);
 Museus de Portugal (<http://www.museusportugal.org/>);
 SILVA, Raquel Henriques da et al. (2000), *Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, IPM.

GRÁFICO 1

Número de museus com coleções de património industrial por distrito/região autónoma.



FONTES:

Rede Portuguesa de Museus (<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>);
 Museus de Portugal (<http://www.museusportugal.org/>);
 SILVA, Raquel Henriques da et al. (2000), *Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, IPM.

REFERÊNCIAS

- ANDRIEUX, Jean-Yves (1992), *Le patrimoine industrielle*, col. "Que sais-je?", n.º 2657, Paris, Presses Universitaires de France.
- Archeologia industriale. Metodologie di recupero e fruizione del bene industriale. Atti del Convegno (Prato, 16-17 giugno 2000 (2001))*, Firenze. Ed. Edifir.
- BERGERON, Louis e DOREL-FERRE, Gracia (1996), *Le patrimoine industriel. Un nouveau territoire*, Paris, Ed. Liris.
- COIMBRA, Artur Ferreira (2002), «Central hidroeléctrica de Santa Rita, Fafe», in MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel (coord.) (2002), *Património Industrial do Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (dois vols., um dos quais é constituído pelos ANEXOS: *Levantamento do Património Industrial do Vale do Ave*).
- CRIMP, Douglas (2000, 4.ª reimp.), *On the Museum's Ruins*, Cambridge-Massachusetts-Londres, MIT Press.
- CUSTÓDIO, Jorge (2005), «A emergência e a génese dos Museus Industriais e de Empresa em Portugal», *Boletim Trimestral da Rede Portuguesa de Museus*, n.º 18, Dezembro de 2005, p. 11-16.

- CUSTÓDIO, Jorge (1999), «Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, S. A., p. 21.
- CUSTÓDIO, Jorge e FOLGADO, Deolinda (1999), *Caminho do Oriente. Guia do Património Industrial*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CUSTÓDIO, Jorge e BARROS, G. Monteiro de (1984), *O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos*, s./l., Ferrominas, EP.
- DUARTE, Ana Maria Lopes (1998), «Subsídios para a história dos museus de autarquia», in FILIPE, Graça (coord.) (1998), *Actas do VII Encontro Nacional "Museologia e Autarquias". Experiências, perspectivas*, Câmara Municipal do Seixal, 1998, p. 123-131.
- «Ecomuseu Municipal do Seixal». Disponível em: www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm (acedido em 17-04-2012).
- FALK, John H. e DIERKING, Lynn (2000), *Learning from Museums. Visitor Experiences and Making of Meaning*, Walnut Creek, Roman & Littlefield.
- FILIPE, Graça (coord.) (1998), *Actas do VII Encontro Nacional "Museologia e Autarquias". Experiências, perspectivas*, Câmara Municipal do Seixal, 1998.
- GOMES, Maria Fernanda Daniel Lopes (2009), «Museus Mineralógicos – Armazéns de minerais ou preceiros de Ensino? Três Museus – Três perspectivas». Disponível em: letras.up.pt/uploads/ficheiros/8130.pdf (Acedido em 17-04-2012).
- GOUVEIA, Henrique Coutinho e CARVALHO, Margarida Chorão de (2003), *Musealização de sítios na bacia hidrográfica do Mondego. Conjuntos de moinhos de vento na Portela de Oliveira e de fornos de cal do Casal de Santo Amaro, no concelho de Penacova*, Penacova, Município de Penacova.
- «PATRIMÓNIO/KIT03. Património Industrial». Disponível em http://www.monumentos.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/Estudos%20e%20Documentos/KIT03.pdf (acedido em 31-03-2012).
- LINDQVIST, Svante (Editor) (2000), *Museums of Modern Science*, Estados Unidos da América, Science history Publications
- LIRA, Sérgio (s./d.), «Um caso de reutilização de património arquitectónico industrial. O Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira». Disponível em ufpbdigital.ufp.pt/dspace/handle/10284/737 (acedido em 31-03-2012).
- MARMELO, Jorge (2012), «Onde antes existiam fábricas agora moram pessoas», *Público*, de 12 de Março de 2012, p. 28-29.
- MENDES, José Amado (1995), «Novas metodologias em História Económica: a Arqueologia Industrial», *Revista Portuguesa de História*, t. XXX, p. 37-70.
- MENDES, José Amado (1998) «Cabo Mondego (Figueira da Foz): exploração mineira e indústria». *Arqueologia Industrial*, 3.a série, vol. II, no 1-2, pp. 5-21.
- MENDES, José Amado (2000), *A indústria da cal no Concelho de Penacova*, Penacova, Câmara Municipal de Penacova.
- MENDES, José Amado (2002), *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Lisboa, Ed. INAPA.
- MENDES, José Amado (2009), *História do Abastecimento de Água a Coimbra*, vol. II: 1927-2007, Coimbra, Águas de Coimbra/Museu da Água.
- MENDES, J. Amado (2009), *Estudos do Património. Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MENDES, José Amado (col. de Manuel Ferreira Rodrigues) (1992), *Santos Barosa. 100 anos no vidro*, Marinha Grande, Santos Barosa – Vidros, SA.

MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel (coord.) (2002), *Património Industrial do Vale do Ave. Um Passado com Futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE – Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave (dois vols., um dos quais é constituído pelos ANEXOS: *Levantamento do Património Industrial do Vale do Ave*).

«Moagem – Cidade do engenho e das Artes». Disponível em: www.fundaoturismo.pt (acedido em 17-04-2012).

«Museu Agrícola de Atalaia-Montijo». Disponível em <http://www.mun-montijo.pt> (acedido em 17-04-2012).

«Museu Agrícola de Entre o Douro e Minho». Disponível em: www.cm-viladoconde.pt (acedido em 17-04-2012).

«Museu Agrícola de Montemor-o-Novo», Disponível em: <http://aipd.pt> (acedido em 17-04-2012).

«Museu Agrícola de Riachos». Disponível em: <http://www.ribatejo.com/ecos/tnovas/museuriachos/museu.html> (acedido em 17-04-2012).

«Museu Bordalo Pinheiro». Disponível em: www.museubordalopinheiro.pt/0302.htm (acedido em 17-04-2012).

Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo (1999), Silves, Fábrica do Inglês, S. A.

«Museu da Água». Disponível em: <http://museudaagua.blogspot.pt/> (acedido em 17-04-2012).

«Museu da Broa». Disponível em: <http://www.rotadoromanico.com> (acedido em 17-04-2012).

«Museu da Chapelaria». Disponível em: museudachapelaria.blogspot.com (acedido em 17-04-2012).

«Museu da Cortiça», Disponível em: www.amorim.com/cor_museu.php (acedido em 17-04-2012).

«Museu da Electricidade». Disponível em: <http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/fundacoes/fundacaoedp/museudaelectricidade/pages/museuelectricidade.aspx> (acedido em 17-04-2012).

Museu de Electricidade. Casa da Luz (1997), [Funchal], Empresa da Electricidade da Madeira.

«Museu da Fábrica de Sacavém». Disponível em: http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/museus_rpm (acedido em 17-04-2012).

«Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave». Disponível em: www.museudaindustriatextil.org (acedido em 16-04-2012).

«Museu de Olaria». Disponível em: www.museuolaria.org (acedido em 17-04-2012).

«Museu de Vila Franca de Xira». Disponível em: <http://www.cm-vfxira.pt> (acedido em 17-04-2012).

«Museu do Carro Eléctrico da Cidade do Porto». Disponível em: www.museudocarroelectrico.pt (acedido em 17-04-2012).

- «Museu do Comércio». Disponível em: <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=3812> (acedido em 17-04-2012).
- «Museu do Pão». Disponível em: www.museudopao.pt (acedido em 17-04-2012).
- «Museu do Papel Terras de Santa Maria». Disponível em: www.museudopapel.org (acedido em 17-04-2012).
- «Museu do Papel». Disponível em: www.museudopapel.org (acedido em 17-04-2012).
- «Museu do Vidro». Disponível em: www.lifecooler.com/Portugal/patrimonio/MuseudoVidro (acedido em 17-04-2012).
- «Museu do Vinho da Bairrada». Disponível em: <http://www.cvbairrada.pt> (acedido em 17-04-2012).
- «Museu Mineiro do Lousal». Disponível em: www.cm-grandola.pt (acedido em 17-04-2012).
- «Museu Santos Barosa da Fábrica do Vidro». Disponível em: http://www.santosbarosa.pt/index_p.php?num=5 (acedido em 17-04-2012).
- Museus de Portugal*. Disponível em: <http://www.museusportugal.org/> (acedido em 16-04-2012).
- «Património Industrial e valorização do Território. A Mina de São Domingos». Disponível em: territoriosustentavel.dcea.fct.unl.pt (acedido em 17-04-2012).
- PINHEIRO, Elisa Calado (coord.) (2008), *Rota da Lã Translana. Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal). Comarca Tâjo-Salor-Belemonite (Espanha)*, vols. I e II, Covilhã, Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- PINTO, Elisabete de Sousa (2004), «Contribución de la investigación histórica para la valorización del Patrimonio Industrial. El caso de la zona de Couros, en Guimarães», in *Rutas Culturais y Turísticas del Patrimonio Industrial* (2004), col. «Los Ojos de la Memoria», n.º 4, Gijón – Astúrias, INCUNA, Asociación de Arqueología Industrial, p. 66- 79.
- PINTO, José M. Soares & CALLAPEZ, Pedro M. (s. d.), «O património mineiro do Cabo Mondego e a sua importância museológica». Disponível em: www.socgeol.org/documents/type_5/VIICNGVolIII054.pdf (acedido em 17-04-2012).
- POULOT, Dominique (1997), *Musée, Nation, Patrimoine*. 1789-1815, França, Ed. Gallimard.
- RAMOS, Ricardo Jorge de Brito (2011), *Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu. Museu do Fado, Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Museu do Oriente*, Lisboa (Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Reabilitação de Arquitectura e dos Núcleos Urbanos, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, mimeog.).
- «Real Filatório de Chacim – Paisagem de Trás-os-Montes». Disponível em: trasmontesdepaisagens.blogs.sapo.pt/23294.html (acedido em 17-04-2012).
- Rede Portuguesa de Museus*. Disponível em: <http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/rpm/ContentDetail.aspx>, (acedido em 16-04-2012).
- ROCHA, Nuno Alexandre Dias (2010), *Couto Mineiro do Espadanal (Rio Maior). História, Património, Identidade*. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa.
- Rutas Culturais y Turísticas del Patrimonio Industrial* (2004), col. «Los Ojos de la Memoria», n.º 4, Gijón – Astúrias, INCUNA, Asociación de Arqueología Industrial.
- SILVA, Raquel Henriques da et al. (2000), *Inquérito aos Museus de Portugal*, Lisboa, IPM.

SOUSA, Antero Vieira de, *Museu da Electricidade* (1983). *Cadernos de Museologia*, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia.

TOBELEM, Jean-Michel (2007), *Le nouvelle âge des musées. Les institutions culturelles au défi de la gestion*, Paris, Armand Colin.

VITERBO, Sousa (1896), «Archeologia industrial portuguesa: Os Moinhos», *O Archeologo Português*, vol. II, números 8 e 9, Agosto e Setembro de 1896, p. 193-204.

WITCOMB, Andrea (2003), *Re-Imagining the Museum. Beyond the Mausoleum*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

«Unidade Museológica da Central Elevatória de Água». Disponível em: <http://www2.cm-evora.pt/piphe/> (acedido em 17-04-2012).

«10º Aniversário do Museu da Carris». Disponível em: www.youtube.com/watch?v=f3HN3cLx3zA (acedido em 16-04-2012).

Rota da Lã – Translana: uma obra de referência sobre o património da indústria de lanifícios

José Manuel Lopes Cordeiro
jmlopes.cordeiro@gmail.com
Universidade do Minho

ABSTRACT

This article deals with a critical approach of the book entitled “Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira” while trying to emphasise its contribution to the knowledge of the historical and socio-economic reality as well as the heritage of the Beira Interior and the Tajo-Salor-Almonte regions, and the development of a cultural project on the area of tourism. Some innovating aspects are here highlighted, namely the study of the transhumance as a good example of how the studies on regional aspects favour a more rigorous and profound understanding of past historical realities.

KEY-WORDS

Woollen industry, cultural heritage, Beira Interior, Tajo-Salor-Almonte borough.

RESUMO

Este artigo efectua uma apreciação crítica do livro Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira, procurando salientar o contributo que o mesmo presta ao conhecimento da realidade histórica, patrimonial e sócio-económica das regiões da Beira Interior e da Comarca Tajo-Salor-Almonte, e a sua importância para o desenvolvimento de um projecto de turismo cultural. São destacados alguns aspectos inovadores que apresenta, nomeadamente o estudo da transumância, assim como o facto de constituir um

bom exemplo de como os estudos de âmbito regional proporcionam uma mais rigorosa e aprofundada compreensão das realidades históricas do passado.

PALAVRAS-CHAVE

Indústria de lanifícios, património industrial, turismo cultural, Beira Interior, Comarca Tajo-Salor-Almonte.

Se, como acontece frequentemente a quem se interessa pela investigação histórica, deparássemos com este título – Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira –, num qualquer catálogo ou lista bibliográfica, estaríamos longe de imaginar a enorme valia científica que o mesmo apresenta e do pormenor com que aborda o tema da indústria de lanifícios nas regiões da Beira Interior e da Extremadura espanhola, concretamente na Comarca Tajo-Salor-Almonte. Na realidade, ao contrário do que o título parece indicar, não se trata simplesmente de uma proposta de itinerário cultural sobre o património industrial da lã, mas de uma obra de grande envergadura científica que analisa pormenorizadamente todos os aspectos – históricos, geográficos, patrimoniais, económicos, etnográficos, antropológicos, etc – naquelas regiões tão profundamente marcadas pelas actividades relacionadas com a actividade laneira.

Esta obra, editada no âmbito do Projecto Rota da Lã – Translana I e II (2003-2009), Programa INTERREG III A, e coordenada por Elisa Calado Pinheiro – que há muitos anos se dedica a estudar a indústria de lanifícios na Beira Interior e é uma reconhecida especialista na matéria –, compõe-se de dois volumes encadernados, de grande formato, com 501 + 932 páginas, profusamente ilustrados – fotografias e cartografia –, acompanhados por um DVD interactivo, que apresentam um conjunto variado de estudos concebidos para fundamentar cientificamente a construção de um itinerário turístico-cultural com base no diversificado património da indústria de lanifícios das duas regiões citadas. O primeiro apresenta, precisamente, os estudos que fundamentam a construção do itinerário, assim como os próprios itinerários, e o segundo contempla os inventários das vias agro-pecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios, naquelas duas regiões, abordados de uma forma bem fundamentada e extremamente pormenorizada, profusamente ilustrados e acompanhados de abundante e rigorosa cartografia.

O primeiro volume aborda, inicialmente, o enquadramento geográfico e a caracterização das regiões em estudo, a que se segue a contextualização espaço-temporal da lã, entendida como um património peninsular vivo, concluindo com a apresentação da Rota da Lã – Translana numa perspectiva patrimonial. Como foi referido, o segundo volume apresenta os inventários das vias pecuárias na Comarca Tajo-Salor-Almonte e na Beira Interior, e um pormenorizado inventário do património industrial, particularmente na Beira Interior – distritos de Castelo Branco e Guarda –, apresentando em anexo as fichas de inventário das vias pecuárias e do património industrial, as unidades de alojamento, os museus e centros de interpretação, assim como as empresas de animação turística existentes na Beira Interior, uma lista do património classificado e em vias de classificação (em 2007-2008) – estes últimos elementos referem-se apenas a Portugal –, e ainda um índice toponímico e outro onomástico.

Importa salientar a inclusão de uma extensa lista das fontes orais utilizadas no decurso da realização do trabalho de inventário das vias pecuárias e do património industrial, agrupadas por concelhos e freguesias, com indicação da idade dos entrevistados e a respectiva identificação profissional, assim como a data da realização da entrevista. Por seu turno, o DVD insere uma aplicação que possibilita, de uma forma interactiva, explorar pormenorizadamente e utilizando três escalas – 1:1000k, 1:250k e 1:100k – os inventários das vias pecuárias e do património industrial.

Após uma detalhada descrição dos objectivos e metas do projecto, assim como dos recursos e metodologias de intervenção, o primeiro volume apresenta uma caracterização das regiões em estudo, tanto ao nível da caracterização física como humana, incluindo as suas actividades económicas. De acordo com Pedro Leitão Pais, que analisa a evolução dos sectores de actividade económica na Beira Interior de 1940 a 2001, esta revelou “uma economia fortemente ruralizada, caracterizada por um fraco desenvolvimento sócio-económico, verificado até muito tarde. Apesar de alguns avanços que vieram a registar-se no domínio da mecanização e da inovação tecnológica, a quebra acentuada das actividades do sector primário, a partir da década de 60, deveu-se, sobretudo, ao êxodo rural e à emigração, que fizeram diminuir a mão-de-obra disponível e conduziram ao abandono dos campos. De facto, não se verificou, de forma significativa, a passagem ou a mudança de activos de um sector para outro, mas antes o esvaziamento do sector primário” (p. 61). E no que respeita à Covilhã, segundo o mesmo autor, salienta-se “... a sua mono-especialização na produção de lanifícios, que manteve mais de metade da sua população afectada à indústria, até 1991 (54%)” (p. 61).

A caracterização espaço-temporal da lã, considerada como um património peninsular vivo, é pormenorizadamente desenvolvida no capítulo seguinte, da autoria de Elisa Calado Pinheiro. Iniciando a abordagem por uma descrição das diferentes variedades de lãs e gados, e da sua distribuição geográfica a nível mundial, são de seguida analisados os principais mercados laneiros, assim como os mais importantes centros industriais de lanifícios. Contudo, um dos mais importantes e inovadores contributos que esta obra apresenta encontra-se sintetizado no capítulo seguinte, no qual a autora desenvolve o tema da transumância peninsular, desdobrado em três vertentes: o conceito e as práticas associadas, a transumância transfronteiriça (Portugal – Espanha) e a transumância em Portugal, concretamente na região da Beira Interior. De facto, até agora, uma actividade económica e social tão significativa como a transumância apenas merecera a atenção por parte da falecida medievalista Maria José Lagos Trindade e pouco mais. Em parte, esta carência explica-se pela prevalência das análises efectuadas a nível nacional – que oferecem menos dificuldades, nomeadamente no acesso a fontes históricas –, em detrimento dos estudos de carácter regional ou local, os quais proporcionam uma compreensão muito mais aprofundada e rigorosa dos fenómenos económicos e sociais. Felizmente, nos últimos anos, aquela concepção começou a ser ultrapassada, com o surgimento de importantes monografias, tanto a nível local como regional, das quais esta obra constitui um excelente exemplo.

Com a autora refere, ao contrário de Espanha onde as vias da transumância são objecto de protecção legal, sendo consideradas património nacional, em

Portugal, “a inexistência de qualquer medida de protecção legal sobre as vias pecuárias tem contribuído para acelerar a sua rápida extinção, apesar da delapidação patrimonial a diversos níveis que a sua perda implica” (p. 121). Deste modo, constituiu um trabalho altamente meritório – tanto do ponto de vista científico como da recuperação da memória histórica – o trabalho realizado para construção desta Rota da Lã – Translana, envolvendo o inventário dos distritos da Guarda e de Castelo Branco com vista ao reconhecimento das vias de transumância e a identificação do seu património industrial, o qual, no que respeita a este último, proporcionou a elaboração de 338 fichas. Analisando a evolução histórica da transumância na Beira Interior, a autora explica, com base em Orlando Ribeiro, que um dos factores que contribuiu para o desaparecimento dos vestígios físicos da deslocação sazonal dos rebanhos se deveu ao facto de em Portugal, as canadas não terem tido um “carácter fixo e permanente dos caminhos pastoris espanhóis, da mesma forma que nunca tiveram a mesma protecção” (pp. 145-6), a que se somou o facto de “ao contrário do que sucedeu em Espanha, a transumância nunca chegou a ser, excepto localmente, um modo de vida exclusivo ou dominante, tendo-se, só tardiamente, efectuado a regulamentação régia desta actividade” (p. 152). Para além destes factores, em Portugal, a progressiva e generalizada destruição das canadas também se deveu “à intensificação do arroteamento agrícola dos campos (...), ao intenso processo de arborização de pinheiros e eucaliptos” (p. 164) e à sobreposição de vias rodoviárias. O estudo de Elisa Calado Pinheiro termina com a reconstituição histórica das rotas da transumância na Beira Interior, abordando os diferentes aspectos a elas associados – as pastagens, os contingentes de gado, os pastores, e os criadores de gado, pastores e guardadores de rebanhos naquela região – acompanhado de vários quadros estatísticos que traduzem algumas daquelas realidades, desde o início do século XIX a meados do século XX.

A história dos lanifícios na península Ibérica constitui o tema abordado no capítulo seguinte, também da autoria de Elisa Calado Pinheiro. Após um breve apontamento sobre alguns centros laneiros em Espanha – com destaque para a Estremadura, o pólo industrial de Béjar, em Castela e Leão, e a Catalunha –, a autora apresenta uma desenvolvida evolução histórica dos lanifícios em Portugal (nas suas linhas mestras) e na Beira Interior, desde a sua fase pré-industrial aos finais do século XX. Entre os vários aspectos que merecem ser salientados contam-se, como a autora bem refere, a importância dos factores sócio-económicos na implantação da indústria de lanifícios naquela região, nomeadamente a disponibilidade do capital da forte comunidade de cristãos-novos – com implantação na Covilhã, Fundão, Belmonte e Celorico da Beira –, que nesta região do interior encontravam uma rentável oportunidade de negócio, “aliada a uma maior segurança pessoal, face ao isolamento do território que propiciava o afastamento da Inquisição” (p. 224).

Outro aspecto que merece destaque refere-se à questão da introdução da moderna maquinaria têxtil, disponibilizada pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, que na Covilhã se reveste de um considerável pioneirismo, iniciando-se entre 1795 e 1800 – engenhos de cardar e de fiar movidos a sangue, na fábrica de Simão Pereira da Silva, infelizmente destruída durante a terceira invasão napoleónica (p. 263) –, embora a tecelagem, tal como aconteceu noutros sectores têxteis (algodão), tenha conhecido um processo de modernização bastante mais lento, prolongando-se por todo o século XIX. Efectivamente, em 1890 ainda

existiam 2.116 teares manuais, e apenas 125 teares mecânicos, embora noutras regiões industriais do país como, por exemplo, a área económica do Porto, a situação fosse equivalente. Já no que diz respeito à difusão da máquina a vapor, a Covilhã apenas registou um atraso relativo, se encararmos esta realidade a nível nacional. É verdade que a disponibilidade de energia hidráulica, proporcionada pelas ribeiras da Goldra e da Carpinteira, manteve a Covilhã praticamente à margem da utilização da energia a vapor, durante o século XIX. Na Beira Interior, “a primeira fábrica a instalar a energia a vapor foi a ‘Morões & Cª’ fundada em 1853, em Castelo Branco” (p. 263), mantendo-se esta forma energética “sempre subsidiária da energia hidráulica, complementando-a apenas nos períodos de maior estiagem” (p. 264), até à introdução da energia eléctrica a partir das primeiras décadas do século XX. Mas, o que importa realçar, é que com excepção de Lisboa e Porto, onde a diferença era significativa, em quase todos os outros distritos do País existia uma situação equivalente à do distrito de Castelo Branco, com a supremacia da energia hidráulica sobre a energia a vapor. De facto, em Portugal, com excepção de Lisboa e Porto, apenas na transição da década de 1880 para a de 1890 a utilização da energia a vapor suplantou a da energia hidráulica, situação que se verificou igualmente na indústria de lanifícios da Covilhã, não obstante o vapor ter também, a partir de então, de concorrer com a electricidade. Como a autora salientou, no que respeitava à Covilhã, “de acordo com os dados do Inquérito Industrial realizado nesta última data [1881], existiam então ainda só 13 motores a vapor, com uma potencia de 202 cavalos, a par de 86 rodas hidráulicas, de 519 cavalos. Em 1890, de acordo com os dados do Inquérito Industrial realizado nesta data, eram já 99 os motores [a vapor] instalados, com uma potencia de 519 cavalos, complementando a energia que continuava a ser produzida por 78 rodas hidráulicas, de 472 cavalos (...)” (p. 282). Não deixa também de ser interessante constatar que, nesta época, a metalurgia nacional proporcionava todos os motores de que a indústria necessitava, como o confirma o caso da Covilhã, cujas fábricas de lanifícios foram então equipadas com máquinas a vapor fabricadas nas metalurgias do Porto – Fundições do Ouro, do Bolhão e de Massarelos (p. 287).

A questão do protecționismo é também salientada pela autora, embora consideremos que talvez devesse merecer um maior destaque, dada a sua importância – e permanência – nas reivindicações dos industriais portugueses ao longo do século XIX. De facto, os industriais da Covilhã não fugiram à regra, nomeadamente quando os Governos da época se preparavam para assinar tratados internacionais de comércio, os quais implicavam uma negociação nas tarifas a aplicar à importação de produtos manufacturados. Foi o que se verificou, por exemplo, aquando da celebração do Tratado de Comércio e Navegação com a França, assinado em 11 de Julho de 1866, que os industriais da Covilhã contestaram, tendo para o efeito reunido, em Maio de 1867, sob a presidência do comendador José Mendes Veiga acompanhado pelas personalidades locais mais importantes, tendo aprovado uma representação contra o Tratado subscrita por 329 industriais, que Fradesso da Silveira viria a apresentar na sessão parlamentar de 23 de Maio desse ano, na Câmara dos Deputados. Idêntica contestação verificou-se alguns anos mais tarde, aquando da celebração do novo Tratado de Comércio entre Portugal e a França que veio a ser assinado em 19 de Dezembro de 1881, e que os industriais da Covilhã também contestaram energicamente – aliás, tal como os industriais

dos outros centros industriais do país – com a realização de um “comício popular e industrial”, em 2 de Fevereiro de 1882, envolvendo todas as forças vivas locais, desde a Câmara Municipal aos maiores industriais, e que contou com mais de 3.000 participantes, no qual foi aprovada uma representação contestando aquele Tratado. Contudo, a questão do protecçãoismo e das suas consequências não se limitou ao século XIX, percorrendo igualmente todo o século XX, praticamente até à entrada de Portugal na União Europeia. Como a autora assinala, após o 25 de Abril de 1974, a indústria de lanifícios da Covilhã registou sérias dificuldades em se adaptar à nova situação, entrando em crise, pois estava “habituada ao protecçãoismo aduaneiro, aos baixos custos salariais” e aos benefícios proporcionados pelo mercado colonial (p. 302). “A indústria portuguesa de lanifícios é então caracterizada como deficientemente estruturada, acusando carências significativas ao nível das condições técnicas e dos elevados custos de produção. Acusava-se então o predomínio de pequenas e médias empresas – 75% das fábricas empregavam até 50 operários e só 43 empresas compreendiam mais de 100 operários – e a escassa modernização dos equipamentos (75% do equipamento das fiações de penteado e de cardado e 87% do equipamento das tecelagens eram anteriores ao fim da 2ª Guerra Mundial) como os seus mais acentuados pontos fracos. Apenas 1% dos teares eram automáticos, muito longe dos 27% da França, dos 31% da Dinamarca ou dos 34% da Suíça” (p. 303).

Os dois últimos capítulos deste primeiro volume introduzem, em concreto, a temática da Rota da Lã – Translana, apresentando-a numa perspectiva patrimonial e, seguidamente, efectuando a descrição dos diferentes percursos que a integram, no âmbito da sua valorização turística. No seu estudo “As regiões de montanha e a transumância em Portugal”, Rui Ferreira destaca um aspecto fundamental que demonstra o enorme potencial deste projecto de turismo cultural, e que consiste no facto de que “apesar de extinta, a longa transumância continua presente na memória identitária das populações locais, sobretudo daquelas que mais directamente contactaram com o fenómeno, podendo constituir um importante elemento de diferenciação cultural e de valorização de um território marginal, que se estende muito para além dos limites da Serra [da Estrela]” (p. 315). Deste modo, “as rotas estabelecidas reflectem, primordialmente, os caminhos percorridos no século passado, mas que são, certamente, reflexo de uma tradição muito mais antiga que foi sendo transmitida pelos pastores de geração em geração” (p. 316).

Finalmente, no último capítulo, Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais, abordam as potencialidades e a valorização turística da Beira Interior com base na exploração da Rota da Lã – Translana. O leitor já se terá apercebido a enorme oportunidade que este projecto de turismo cultural constitui para a promoção do desenvolvimento sócio-económico de uma região periférica do interior de Portugal. No entanto, como os autores bem sublinham, para que o mesmo venha a ter sucesso e possa concretizar, neste domínio, os seus objectivos, “torna-se, com efeito, necessária a construção de equipamentos que, por um lado, permitam a deslocação (transportes e organização de viagens) e, por outro, assegurem a permanência da actividade turística (equipamentos de alojamento, restauração, infra-estruturas desportivas, entre outros espaços de consumo)” (p. 366). No que respeita à Rota da Lã e aos percursos turísticos na Beira Interior, os autores abordam os diversos aspectos relacionados com as vertentes

associadas ao património agro-pastoril e ao património industrial, destacando dois aspectos essenciais: primeiro, que o trabalho desenvolvido no âmbito do Projecto Rota da Lã – Translana, “envolvendo o inventário, a georeferenciação, a caracterização e a classificação dos elementos patrimoniais associados à cultura laneira da região de estudo – vias de transumância e unidades fabris – representou o primeiro passo de um caminho que ambiciona contribuir para a conservação, a reabilitação ou a reconversão de muitos destes bens e espaços, que se querem manter, tão preservados, quanto vivos e funcionais, procurando em todos eles salvaguardar as memórias que carregam e que constituem verdadeiramente o espírito do lugar” (p. 383). E, em segundo lugar, que a “valorização turística da Rota da Lã na região da Beira Interior projecta-se atendendo prioritariamente às pessoas que nela habitam, subordinando-se à sua cultura e expressão social. Mais do que preparar os lugares para serem visitáveis, é preciso que sejam, em primeiro lugar, habitáveis, enquanto espaços de qualidade, sobretudo de qualidade de vida” (p. 383).

O volume termina com a apresentação dos diferentes percursos turísticos, acompanhados de uma excelente cartografia e de ilustrações a cores – tal como, aliás, o conjunto da obra –, extremamente apelativas, que nos convidam à descoberta imediata desta deslumbrante riqueza patrimonial. Os percursos encontram-se divididos em dois grandes temas, as rotas da transumância (os quatro primeiros itinerários são apresentadas por Rui Ferreira, e os restantes por Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais) e as rotas do património industrial (apresentadas por Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais). No que respeita às primeiras, são-nos apresentados seis itinerários: Itinerário 1 – Transumância de longo curso no Sul da Serra da Estrela. Itinerário 2 – Transumância local na Serra da Estrela: percurso BTT (Cortes do Meio – Argenteira). Itinerário 3 – Cabanas de pastores: percurso pedonal (Vale do rio Zêzere a montante de Manteigas). Itinerário 4 – Caminho da antiga transumância de longo curso: percurso pedonal (Loriga). Itinerário 5 – Rota da transumância para o vale do Douro (Prados – Pocinho). Itinerário 6 – Rota da Garganta de Loriga (percurso pedestre). Quanto às rotas do património industrial, é apresentado um grande itinerário – a rota dos centros laneiros na Beira Interior –, e três itinerários que integram a “Rota da Covilhã – cidade fábrica”: Itinerário 1 – Percurso da Ribeira da Goldra. Itinerário 2 – Percurso da Ribeira da Carpinteira. Itinerário 3 – Percurso do Centro Histórico. Finalmente, é também apresentada a Rota da Lã – Translana, ligando a Covilhã a Malpartida de Cáceres, assim como a Rota da Lã nos itinerários turísticos da Comarca Tajo-Salor-Almonte, já em território da Estremadura espanhola.

Como foi referido, o segundo volume desta obra contempla os inventários das vias pecuárias e do património industrial associado aos lanifícios, na Comarca Tajo-Salor-Almonte e na Beira Interior, abordados de uma forma bem fundamentada e extremamente pormenorizada, profusamente ilustrados e acompanhados de abundante e rigorosa cartografia. Na nota explicativa inicial, Elisa Calado Pinheiro e Pedro Leitão Pais abordam as linhas gerais que presidiram à investigação desenvolvida no âmbito deste Projecto Rota da Lã – Translana e, em particular, os aspectos relacionados com o trabalho de inventário, ao mesmo tempo que ressaltam a diferente atenção que em Portugal, ao contrário do que se verifica em Espanha, merece a preservação das vias da transumância. De facto, enquanto no nosso país nunca se verificou qualquer

atenção por parte dos organismos responsáveis pelo património no sentido de se proceder ao estudo e preservação de uma actividade tão importante na economia e na organização do espaço – e, daí, o enorme mérito deste Projecto e do trabalho realizado –, no país vizinho, já no longínquo ano de 1931, o Governo da 2ª República criou um regime jurídico-administrativo aplicável às vias pecuárias como “bienes de dominio publico, y, en cuanto tales, reivindicables y rescatables”. “Posteriormente, em 1995, é aprovada no parlamento espanhol, a Nueva Ley de Vias Pecuárias que veio consolidar a protecção da rede nacional de canadas em Espanha (...)” (p. 13).

Relativamente às dificuldades que surgiram no trabalho de investigação, os autores salientam que “apesar das limitações impostas pelo facto de a transumância constituir hoje uma actividade em franca decadência e em extinção, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, foi possível, através de um exaustivo e sistemático reconhecimento de campo nas regiões de estudo de Portugal e de Espanha, e com o indispensável auxílio da memória dos pastores e de outros habitantes locais mais antigos, registar e comprovar no terreno as marcas dos movimentos do gado na paisagem” (p. 13). Para o desenvolvimento da investigação ao nível do trabalho de campo foi também criada uma ficha de inventário das vias pecuárias, tendo sido definidas as tipologias do património associado, a fim de se registarem com precisão “não apenas os elementos directamente associados à actividade agro-pastoril, mas também outros bens com significativo valor cultural, que pudessem complementar e diversificar os motivos de interesse de cada lugar” (p. 14), tendo em vista a sua futura exploração turística. Os autores apresentam, seguidamente, a totalidade das fichas de inventário decorrentes do trabalho realizado – com as correspondentes fotografias e cartografia –, as quais nos dão uma ideia precisa do rigor e do volume de trabalho realizado, ao mesmo tempo que constituem um importante repositório do património agro-pastoril das duas regiões em estudo.

Uma metodologia equivalente foi utilizada no trabalho de inventário do património industrial, coordenado por Elisa Calado Pinheiro. No excelente texto que constitui a nota explicativa inicial, a autora aborda todos os condicionalismos presentes no trabalho desenvolvido, decorrentes da extrema complexidade que caracteriza o património industrial dos lanifícios na região da Beira Interior, com particular incidência na cidade da Covilhã. Seguidamente, e “com a finalidade de clarificar os critérios, os conceitos e a simbologia utilizados no âmbito deste registo patrimonial, apresentam-se alguns dos princípios que presidiram à estruturação do trabalho realizado, bem como uma especificação sucinta do conteúdo de cada uma das entradas seleccionadas para o balizar” (p. 465): a delimitação do conceito de património industrial e âmbito do inventário, o plano das fichas de inventário, o plano da cartografia das unidades patrimoniais, as secções / operações de transformação da indústria de lanifícios, concluindo com o apuramento de alguns dados resultantes da inventariação realizada. A autora apresenta de seguida a totalidade das fichas de inventário do património industrial dos lanifícios na Comarca Tajo-Salor-Almonte – embora, nesta região da Estremadura espanhola, o mesmo se tenha limitado aos lavadouros de lãs, o único património existente – e na Beira Interior, os quais totalizam 338 unidades patrimoniais, localizando-se 93 no distrito da Guarda e 245 no distrito de Castelo Branco, das quais 193 se situam no concelho da Covilhã, cada uma delas acompanhada da respectiva fotografia

(muitas vezes, mais do que uma, e algumas delas históricas) e cartografia. Para além de uma extensa e cuidada bibliografia, como foi referido inicialmente, a obra inclui um índice toponímico e outro onomástico, a lista das fontes orais utilizadas no trabalho de inventário e, em anexo, um DVD interactivo que permite explorar pormenorizadamente os inventários das vias pecuárias e do património industrial realizados.

São várias as conclusões que se podem retirar da leitura desta obra. Em primeiro lugar, e sem sombra de dúvidas, estamos perante um dos mais importantes trabalhos de investigação científica – no âmbito da história económica, do património industrial, mas também da antropologia, da etnografia, da geografia – realizados nas últimas décadas em Portugal. Um trabalho que se impunha – dado o vertiginoso desaparecimento dos vestígios materiais das vias pecuárias e do património industrial que se têm vindo a suceder nas últimas décadas –, que vem preencher uma importante lacuna existente na historiografia portuguesa, nomeadamente no que diz respeito à recuperação de uma memória tão importante do ponto de vista económico e social como é a da transumância, até agora completamente ignorada. Para além disto, uma vez mais se comprova a importância dos estudos de âmbito regional, e local, para uma mais rigorosa e aprofundada compreensão das realidades históricas do passado, aqui realizados de uma forma exemplar. Constitui, em suma, uma incontornável obra de referência que, não obstante as insuficiências apontadas pelos próprios autores, tão cedo – se alguma vez o for – será ultrapassada, prestando valiosos serviços a todos que pretendam conhecer, com rigor, o passado das actividades laneiras nas duas regiões estudadas.

Há, contudo, outras considerações que merecem ser salientadas. É que para além do incontestável valor científico desta obra, e do valioso serviço que presta à investigação, ressalta da sua leitura uma atitude de prestação de um tributo à comunidade, um verdadeiro acto cívico que, embora não seja muito frequente em iniciativas deste tipo, não deixa de constituir a postura correcta com que a investigação se deve relacionar com a sociedade. Importa ainda destacar um outro aspecto, que se prende com a íntima ligação que este trabalho entretém com o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Como facilmente se depreende, a concretização deste Projecto traduz um dos objectivos que consideramos indispensáveis os museus desenvolverem, a fim de fundamentarem com a imprescindível qualidade as suas iniciativas, e que muitas vezes se encontra arredado das suas preocupações: o trabalho de investigação. Com a realização deste Projecto Rota da Lã – Translana, o Museu de Lanifícios demonstrou a importância e a necessidade da investigação para o êxito da sua missão, e seguramente que o mesmo se irá reflectir ainda mais na qualidade das actividades que tem vindo a realizar.

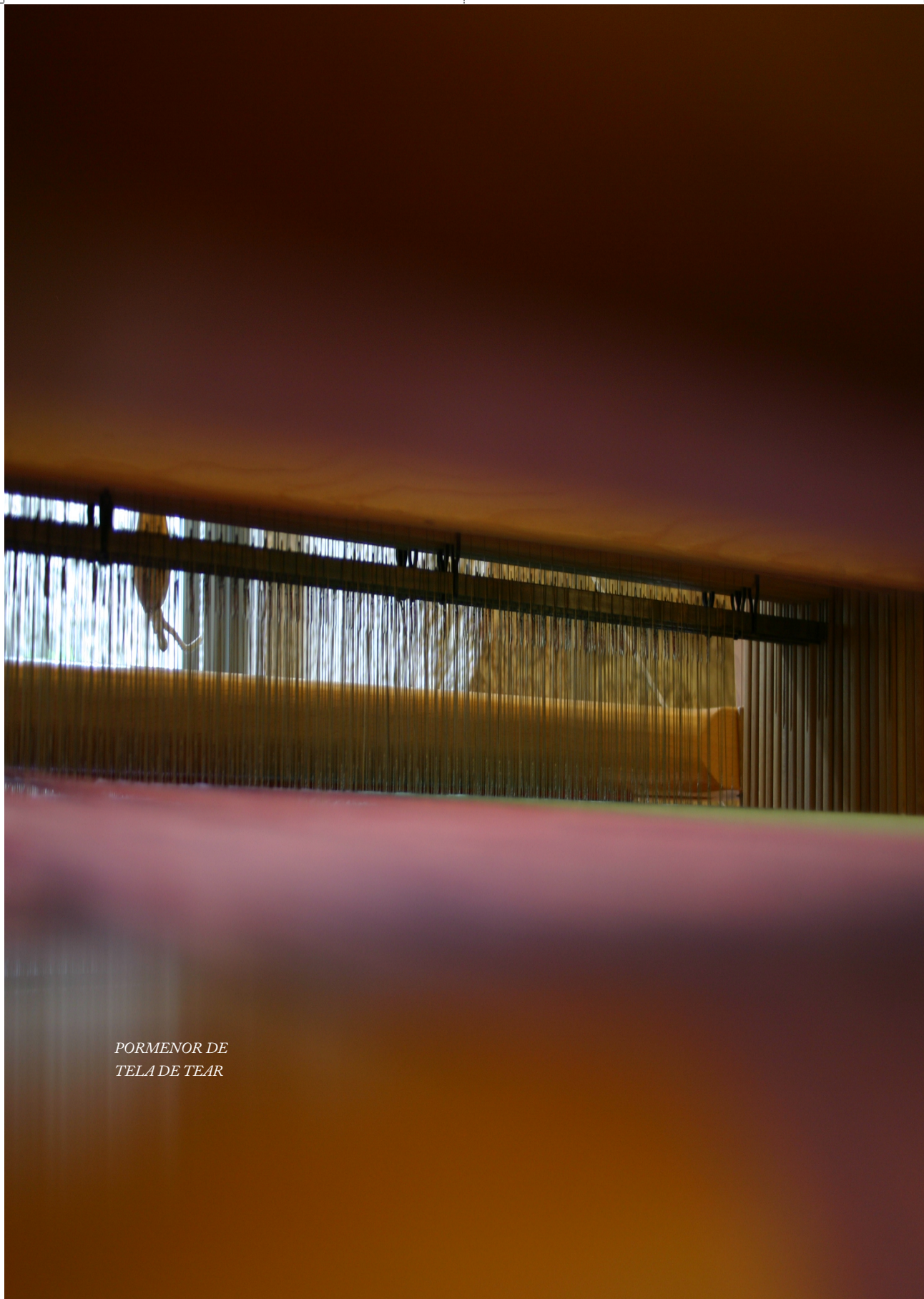
Será, contudo, necessário, desenvolver a divulgação deste enorme capital de conhecimentos sobre as actividades laneiras, para que todos possam usufruir da assinalável riqueza patrimonial que se lhe encontra associada, nomeadamente concretizando os objectivos que a nível turístico os autores apontam como indispensáveis: a valorização turística da Rota da Lã – Translana, através da criação das infra-estruturas indispensáveis para que a mesma possa contribuir, efectivamente, para o desenvolvimento sócio-económico destas regiões do interior, cada vez mais abandonadas, indo ao encontro, aliás, dos

objectivos do próprio Projecto Rota da Lã – Translana. Por último, last but not least, é indispensável felicitar a coordenadora, a equipa e as instituições que possibilitaram a concretização deste ciclópico trabalho – a Universidade da Beira Interior e a Asociación para el Desarrollo de la Comarca Tajo-Salor-Almonte –, que sem qualquer dúvida constitui um marco incontornável nos estudos relativos ao património industrial alguma vez realizados em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

Pinheiro, Elisa Calado (Coord.), *Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira, Beira interior (Portugal), Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2009, 2 vols. com DVD Interactivo, ISBN 978-989-95085-3-8.





*PORMENOR DE
TELA DE TEAR*



*FORNALHA,
REAL FÁBRICA DE
PANOS*



Museu de Lanifícios
Universidade da Beira Interior